

Aula 10

*TSE - Concurso Unificado (Analista
Judiciário - Área Administrativa) Direito
Constitucional - 2023 (Pré-Edital)*

Autor:

**Equipe Direito Constitucional
Estratégia Concursos**

Índice

1) Ministério Público (art. 127 - art. 130, CF/88)	3
2) Conselho Nacional do Ministério Público (art. 130-A, CF/88)	21
3) Advocacia Pública (art. 131 - art. 132, CF/88)	25
4) Advocacia (art. 133, CF/88)	30
5) Defensoria Pública (art. 134 - art. 135, CF/88)	31
6) Questões Comentadas - Funções Essenciais à Justiça - CEBRASPE	36
7) Questões Comentadas - Funções Essenciais à Justiça - FCC	73
8) Questões Comentadas - Funções Essenciais à Justiça - FGV	109
9) Lista de Questões - Funções Essenciais à Justiça - CEBRASPE	135
10) Lista de Questões - Funções Essenciais à Justiça - FCC	150
11) Lista de Questões - Funções Essenciais à Justiça - FGV	168

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

Ministério Público

Conceito e Natureza Jurídica

Segundo o art. 127, CF/88, “o Ministério Público é **instituição permanente**, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a **defesa da ordem jurídica**, do **regime democrático** e dos **interesses sociais e individuais indisponíveis**”.

Para melhor fixar o seu conceito, interessa saber que a palavra ministério deriva do latim “*manus*”, que significa mão. Desde seus primórdios, o Ministério Público era considerado “*a mão do rei*”, sendo exercido por procuradores que defendiam os interesses do monarca. A partir do século XVIII, passou a ser conhecido, também, como *Parquet*, palavra em francês que significa assoalho. A explicação é que seus representantes se sentavam no assoalho da sala de audiência, para não serem confundidos com os magistrados.

Segundo a doutrina dominante, o Ministério Público **não integra a estrutura de nenhum dos três Poderes**.¹ Trata-se de **instituição autônoma e independente**, que não está subordinada a nenhum dos poderes estatais. A própria Constituição Federal de 1988, ao tratar do Ministério Público, o faz em capítulo separado do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Não é sem polêmica, todavia, que a doutrina posiciona o Ministério Público como entidade não-integrante dos três Poderes. Para o Prof. José Afonso da Silva, por exemplo, o Ministério Público é instituição vinculada ao Poder Executivo.² Há, ainda, quem defenda a tese de que o Ministério Público seria um “quarto poder”. Para fins de concurso público, a posição mais segura é a de que trata-se de **instituição autônoma e independente** e que não está vinculada a nenhum poder.

O Ministério Público teve sua competência **significativamente ampliada** pela Constituição Federal de 1988. Segundo Gilmar Mendes, essa instituição teve seus poderes alargados, voltando-se para a “*defesa dos interesses mais elevados da convivência social e política, não apenas perante o Judiciário, mas também na ordem administrativa*.”³

A doutrina considera que o **Ministério Público**, por ser guardião do regime democrático, é uma **cláusula pétreia implícita** do texto constitucional, não podendo ser abolido por emenda constitucional.

¹ Nesse sentido: MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional*, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010

² SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 35ª edição, Ed. Malheiros, São Paulo, 2012, pp. 598.

³ MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet, COELHO, Inocêncio Mártires. *Curso de Direito Constitucional*, 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 1041.

Organização e Estrutura do Ministério Público

O Ministério Público abrange o Ministério Público da União (MPU) e os Ministérios Públicos dos Estados - MPE (art. 128, I e II, CF).

O Ministério Público da União (MPU) abrange:

- a) O Ministério Público Federal (MPF);
- b) O Ministério Público do Trabalho (MPT);
- c) O Ministério Público Militar (MPM);
- d) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Existe, ainda, o Ministério Público Eleitoral (MP Eleitoral), que não tem estrutura própria, sendo composto de membros do MPE e do MPF.



O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (**MPDFT**), ao contrário do que muitos podem ser levados a pensar, **integra o Ministério Público da União (MPU)**. Não se trata, portanto, de um Ministério Público Estadual. Assinale-se que compete exclusivamente à União organizar e manter o Ministério Público do DF e Territórios (art. 21, XIII, CF/88).



A organização do Ministério Público da União (MPU) e do Ministério Público dos Estados (MPE) é efetuada com base em **leis complementares** (art. 128, § 5º, CF/88). No primeiro caso (organização do MPU), uma lei complementar federal versa sobre o tema; no segundo caso (organização dos MPEs), cada estado edita lei complementar para organizar seu próprio Ministério Público.

A lei de **organização do Ministério Público da União** é da **iniciativa concorrente** do Presidente da República e do Procurador-Geral da República. Já as leis de organização dos Ministérios Públicos Estaduais são de iniciativa do respectivo Procurador-Geral de Justiça.

Nesse sentido, o STF já julgou **inconstitucionais** dispositivos legais que tratavam de atribuições do Ministério Público de **iniciativa do Poder Legislativo**.⁴ Também foi julgada **inconstitucional** emenda à Constituição estadual que cuidava tanto de normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados quanto de atribuições dos órgãos e membros do *parquet* estadual⁵. No mesmo sentido, a atribuição de iniciativa **privativa** ao Governador do Estado para leis que disponham sobre a organização do Ministério Público Estadual é considerada **inconstitucional** pelo STF⁶.



É **inconstitucional** lei estadual que prevê movimentação funcional entre membros do Ministério Público, mediante procedimentos e critérios diversos dos estabelecidos pelo modelo federal. [ADI 6328/GO, relator Min. Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 15.8.2022].

Há, ainda, a previsão constitucional de uma **lei federal** sobre **normas gerais** de organização do Ministério Público dos Estados, Distrito Federal e Territórios. Para isso, não há a exigência de lei complementar, bastando lei ordinária para tratar do tema.

Em resumo, temos:

- a)** Organização do MPU: matéria de lei complementar federal
- b)** Organização dos MPEs: matéria de lei complementar estadual.
- c)** Normas gerais de organização dos MPEs e MPDFT: lei ordinária federal.

Por fim, enfatizamos que **não há hierarquia** entre o Ministério Público da União (MPU) e os Ministérios Públicos Estaduais (MPEs). O Procurador-Geral da República (PGR) exerce a chefia do Ministério Público da União, mas não a dos Ministérios Públicos Estaduais (MPEs).

Apesar disso, segundo o STF, eventual **conflito de atribuições** entre um membro de Ministério Público Estadual (MPE) e um membro do Ministério Público Federal (MPF) será **resolvido pelo Conselho Nacional do Ministério Público**.⁷ Pode-se afirmar, por analogia, que o conflito de atribuições entre membros de

⁴ ADI 5351/DF, Rel. Min. Cármel Lúcia, julgamento virtual finalizado em 18.6.2021

⁵ ADI 5281/RO e ADI 5324/RO, Rel. Min. Cármel Lúcia, julgamento virtual finalizado em 11.5.2021 (terça-feira), às 23:59

⁶ ADI 400/ES, Rel. Min. Nunes Marques, Red. Ac. Min. Roberto Barroso, julgamento virtual finalizado em 20.6.2022.

⁷ Pet. 5235 AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 21/12/2020.

diferentes Ministérios Públicos Estaduais também será solucionado pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Segundo o STF, "a solução de conflitos de atribuições entre ramos diversos dos Ministérios Públicos pelo CNMP, nos termos do artigo 130-A, § 2º, e incisos I e II, da Constituição Federal e no exercício do controle da atuação administrativa do Parquet, é a mais adequada, pois reforça o mandamento constitucional que lhe atribuiu o controle da legalidade das ações administrativas dos membros e órgãos dos diversos ramos ministeriais, sem ingressar ou ferir a independência funcional".



1) Conflito de atribuições entre membros do Ministério Público do mesmo estado: É solucionado pelo Procurador-Geral de Justiça (PGJ) daquele estado (art. 10, X, da Lei nº 8.625/93)

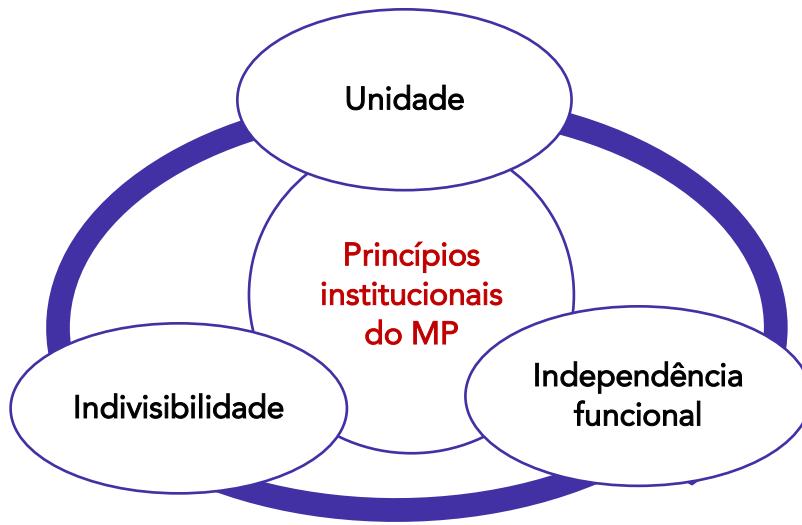
2) Conflito de atribuições entre membros de ramos distintos do Ministério Público da União (MPU): Como exemplo, imagine um conflito de atribuições entre um Procurador do Trabalho (membro do MPT) e um Procurador da República (membro do MPF). Esse conflito é solucionado pelo Procurador-Geral da República (art. 26, VII, da Lei Complementar nº 75/93).

3) Conflito de atribuições entre dois membros do Ministério Público Federal (MPF): É solucionado pelas Câmaras de Coordenação e Revisão, que são órgãos do MPF responsáveis pela coordenação, integração e revisão do exercício funcional na instituição. Da decisão da Câmara de Coordenação e Revisão que soluciona o conflito de atribuições, é cabível recurso para o Procurador-Geral da República (PGR).

4) Conflito de atribuições entre um membro do Ministério Público Estadual (MPE) e um membro do Ministério Público Federal (MPF), ou entre membros de Ministérios Públicos Estaduais diferentes: Nas petições nº 5.235 e 5.577, o STF decidiu que ele será solucionado pelo CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

Princípios Institucionais do Ministério Público

De acordo com o art. 127, § 1º, da Constituição, são princípios institucionais do Ministério Público a **unidade**, a **indivisibilidade** e a **independência funcional**.



a) O **princípio da unidade** impõe que o Ministério Público deve ser considerado um único órgão (uma única instituição), sob a direção de uma única pessoa (um único Procurador-Geral). O Ministério Público é uno, composto por um só corpo institucional, que visa promover o interesse público e o bem comum.⁸

É claro que, para atender o princípio federativo, o Ministério Público está **organicamente dividido**. Há o Ministério Público da União (MPU) e os Ministérios Públicos Estaduais (MPEs), cada um deles com seu chefe. Essa divisão existe em razão da repartição constitucional de competências entre os entes federativos e não impede que consideremos a existência de um MP nacional.

Em razão dessa divisão orgânica, a doutrina considera que a **unidade somente se aplica dentro de cada um dos Ministérios Públicos**. Enfatizando: não existe unidade entre o Ministério Público da União e os Estaduais; a unidade se dá no âmbito de cada Ministério Público.

b) O **princípio da indivisibilidade** permite que os integrantes do Ministério Público possam ser substituídos uns pelos outros ao longo do processo, desde que sejam da mesma carreira. Por esse princípio, os membros do Ministério Público **não estão vinculados a um processo** e, justamente por isso, podem ser substituídos.

É importante salientar que o princípio da indivisibilidade está intimamente **relacionado ao princípio da unidade**, sendo verdadeiro corolário (consequência) deste. Explico: pelo princípio da unidade, a atuação de um membro do Ministério Público representa a atuação da própria instituição do Ministério Público. Como decorrência lógica disso, não há qualquer consequência para o processo quando um membro do MP é substituído por outro.

c) O **princípio da independência funcional** se manifesta em duas acepções: independência externa ou orgânica (referindo-se ao Ministério Público como um todo) e independência interna (referindo-se a cada membro individualmente).

⁸ In: CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. Ed. Saraiva, São Paulo: 2013, pp. 1521.

Na primeira acepção, o Ministério Público deve ser compreendido como uma instituição que **não está sujeita a qualquer interferência** de outro órgão ou Poder da República. O Ministério Público deve buscar a satisfação do interesse social e do bem comum (e não o cumprimento de ordens deste ou daquele Poder!).

Na segunda acepção, fica claro que os membros do Ministério Público se **vinculam apenas ao ordenamento jurídico e à sua convicção**. Os membros do Ministério Público não estão subordinados a qualquer hierarquia funcional. A hierarquia que existe dentro do Ministério Público é meramente administrativa. Nem mesmo o Procurador-Geral da República poderá ordenar a um membro do Ministério Público Federal que atue num ou noutro sentido. Cada membro do Ministério Público é livre para agir, dentro dos limites da lei, segundo a sua própria consciência.

A independência funcional **limita o princípio da indivisibilidade**. Explico: a independência funcional impõe a necessidade de que existam **regras preestabelecidas para a substituição** de membros do Ministério Público no curso de um processo. Isso busca evitar que algum membro do Ministério Público seja arbitrariamente afastado do processo por estar atuando em determinado sentido.

Princípio do “promotor natural”

O princípio do promotor natural está **implícito** em nosso ordenamento jurídico, tendo sido concebido pela doutrina e pela jurisprudência. Sua concepção deriva do conhecido princípio do juiz natural, segundo o qual “*ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente*” (art. 5º, LIII, CF/88).

Pelo **princípio do promotor natural**, a **designação** de um membro do Ministério Público para atuar em determinado processo deve obedecer a **regras objetivas, segundo critérios preestabelecidos**. Com isso, busca-se evitar designações casuísticas e arbitrárias, impedindo-se, dessa maneira, a figura do “*acusador de exceção*”.

A jurisprudência do STF já está firmada no sentido de **reconhecer a existência do princípio do promotor natural**. Segundo a Corte, “*o postulado do promotor natural consagra uma garantia de ordem jurídica, destinada tanto a proteger o membro do Ministério Público, na medida em que lhe assegura o exercício pleno e independente do seu ofício, quanto a tutelar a própria coletividade, a quem se reconhece o direito de ver atuando, em quaisquer causas, apenas o Promotor cuja intervenção se justifique a partir de critérios abstratos e predeterminados, estabelecidos em lei.*”⁹

O posicionamento do STF **nem sempre foi nesse sentido**. Entre os anos de 2008 e 2011, a Corte não reconhecia que o princípio do promotor natural estava implícito no nosso ordenamento jurídico, uma vez que violaria o princípio da indivisibilidade (princípio que admite a substituição de um membro do MP no decorrer do processo). Atualmente, o entendimento do STF é o de que o princípio do promotor natural **está, sim, implícito no ordenamento jurídico e não viola o princípio da indivisibilidade**. O membro do Ministério Público pode ser substituído no decorrer do processo, mas tal substituição não poderá ser arbitrária.

As bases sobre as quais se assentam o princípio do promotor natural são a **independência funcional** e a **garantia de inamovibilidade** dos membros do Ministério Público. Nesse sentido, o STF já reconheceu que “*a*

⁹ HC 103.038/PA. Segunda Turma. Rel. Min. Joaquim Barbosa. Julgamento em 11/10/2011.

matriz constitucional desse princípio assenta-se nas cláusulas da independência funcional e da inamovibilidade dos membros da instituição".¹⁰

Autonomia funcional, administrativa e orçamentário-financeira

A Constituição Federal de 1988 reconhece **autonomia funcional, administrativa e orçamentário-financeira** ao Ministério Público. São **garantias institucionais** do Ministério Público, destinadas a permitir que este órgão possa atuar com independência e sem interferência de nenhum outro Poder. Juntas, essas garantias institucionais **asseguram o autogoverno** do Ministério Público.¹¹

A **autonomia administrativa** do Ministério Público se materializa na sua competência para **propor ao Poder Legislativo** a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. Assim, o Ministério Público tem iniciativa privativa para **propor projetos de leis** sobre essas matérias. Nesse sentido, o STF entende que "*o Ministério Público pode deflagrar o processo legislativo de lei concernente à política remuneratória e aos planos de carreira de seus membros e servidores*".

Ainda no campo da autonomia administrativa, o Procurador-Geral da República e os Procuradores-Gerais de Justiça têm iniciativa para propor **projeto de lei complementar** que estabeleça a **organização, as atribuições e o estatuto** de cada Ministério Público.

A **autonomia orçamentário-financeira**, por sua vez, se manifesta pela prerrogativa de que o Ministério Público **elabore a sua proposta orçamentária**, encaminhando-a ao Poder Executivo. Cabe destacar que a proposta orçamentária do Ministério Público deverá ser elaborada em conformidade com os **limites definidos pela lei de diretrizes orçamentárias** (LDO).

Indo ao encontro desse entendimento, o STF decidiu ser constitucional dispositivo de lei estadual que prevê a autonomia financeira do Ministério Público. Decorre da própria sistemática constitucional a possibilidade de o Ministério Público gerir-se sob o ângulo financeiro, inclusive apresentando proposta orçamentária, como corolário da independência funcional assegurada no artigo 127, § 1º, da Constituição Federal. O tratamento é simétrico àquele conferido ao Poder Judiciário, sem qualquer distinção, no artigo 99, § 1º, da CF¹².

E se o Ministério Público não encaminhar ao Poder Executivo a proposta orçamentária dentro do prazo definido pela LDO?

Nesse caso, devido à inércia do Ministério Público, o **Poder Executivo deverá considerar**, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os **valores aprovados na lei orçamentária vigente**, ajustados de acordo com os limites estipulados na LDO.

¹⁰ HC 67.759, Rel. Min. Celso de Mello. Julgamento em 06.08.1992.

¹¹ In: CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à Constituição do Brasil**. Ed. Saraiva, São Paulo: 2013, pp. 1522-1523.

¹² ADI 2381/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio, Red. p/ Ac. Min. Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 30.4.2021 (sexta-feira), às 23:59

Outra pergunta: e se o Ministério Público encaminhar a proposta orçamentária em desacordo com os limites estipulados pela LDO?

Se isso acontecer, o Poder Executivo deverá “cortar” despesas da proposta orçamentária do Ministério Público para adequá-la à LDO. Em outras palavras, o **Poder Executivo procederá aos ajustes necessários** para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

Por fim, durante a execução orçamentária do exercício, **não poderá haver** a realização de despesas ou a assunção de obrigações que **extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias**, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

Funções Institucionais do Ministério Público

Segundo a doutrina, o Ministério Público assume o importante papel de ***custos societatis*** (“guardião da sociedade”) e de ***custos legis*** (“guardião da lei”). Para desempenhar essa importante missão, a Constituição atribui ao Ministério Público uma série de funções.

As funções institucionais do Ministério Público estão relacionadas no art. 129, CF/88. Trata-se de **rol não-exaustivo**, uma vez que o art. 129, IX, dispõe que podem ser atribuídas outras funções ao Ministério Público, desde que sejam compatíveis com sua finalidade institucional.

Segundo Dirley da Cunha Jr., a Constituição consagra o **monopólio institucional** das funções do Ministério Público¹³ ao dispor, no art. 129, § 2º, que “*as funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira*”. Os membros do Ministério Público deverão **residir na comarca da respectiva lotação**, salvo autorização do chefe da instituição.

Vejamos, a seguir, as funções institucionais do Ministério Público:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

- I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- IV - promover a ação de constitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;
- V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

¹³ CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª edição. Ed. Juspodim, 2012, pp. 1187.

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

O Ministério Público é responsável por **promover**, privativamente, a **ação penal pública** (art. 129, I). Todavia, existe também a **ação penal privada subsidiária da pública**, que poderá ser ajuizada quando a ação penal pública não tiver sido intentada dentro do prazo legal.

O Ministério Público também tem como função **promover o inquérito civil** e a **ação civil pública** (art. 129, III), cujo objetivo é a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. O inquérito civil é conduzido pelo Ministério Público com vistas a obter elementos que subsídiam a ação civil pública. Destaque-se que a ação civil pública **não é exclusiva do Ministério Público**, podendo ser apresentada por diversos outros legitimados.

Segundo o STF, a Defensoria Pública possui competência para ajuizar ação civil pública para a **tutela de interesses transindividuais** (direitos difusos e coletivos) e **individuais homogêneos**. Ao propor ação civil pública, a Defensoria Pública deve buscar a tutela dos interesses dos economicamente necessitados, ou seja, deve haver pertinência temática entre o objeto da ação e as funções institucionais da Defensoria Pública.¹⁴

Muito se questiona se o **poder de investigação criminal** é ou não exclusivo da polícia. Segundo a **teoria dos poderes implícitos**, quando a Constituição outorga competência explícita a determinado órgão estatal, implicitamente atribui, a esse mesmo órgão, os meios necessários para a efetiva e completa realização de suas funções.

Com base nessa teoria, o STF, ao analisar a temática dos poderes investigatórios do Ministério Público, entendeu que a **denúncia poderia ser fundamentada em peças de informação obtidas pelo próprio “Parquet”**, não havendo necessidade de prévio inquérito policial.

Nas palavras da Ministra Ellen Gracie:

“é princípio basilar da hermenêutica constitucional o dos poderes implícitos, segundo o qual, quando a Constituição Federal concede os fins, dá os meios. Se a atividade-fim – promoção da ação penal pública – foi outorgada ao Parquet em foro de privatividade, não haveria como não lhe oportunizar a colheita de prova para tanto, já que o CPP autoriza que peças de informação embasem a denúncia. Assim, reconheço a possibilidade de, em

¹⁴ ADI 3943, Rel. Min. Carmen Lúcia. 07.05.2015.

algumas hipóteses, ser reconhecida a legitimidade da promoção de atos de investigação por parte do Ministério Público, mormente quando se verifique algum motivo que se revele autorizador de tal investigação”.¹⁵

Essa competência do Ministério Público é **plenamente aceita pela doutrina** e pode ser ilustrada pelos arts. 129, VI, segundo o qual o Ministério Público pode “*expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva*”.

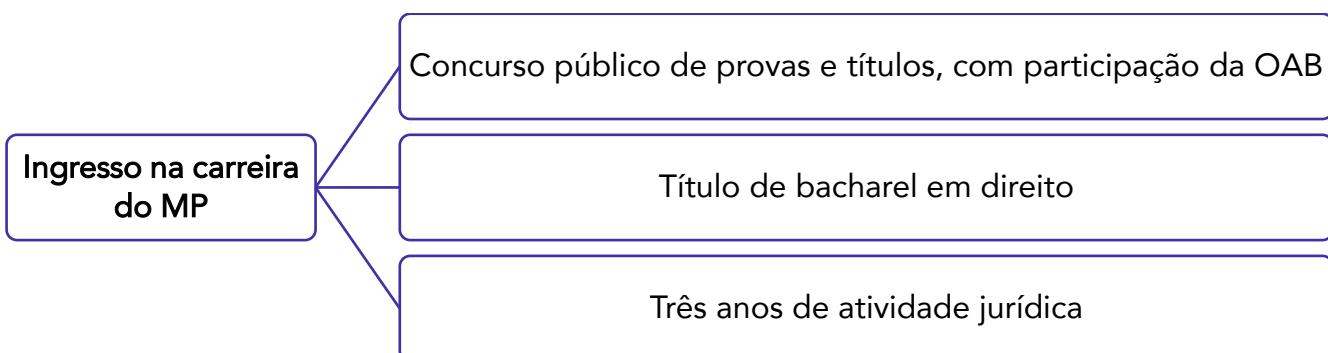
Caso não queira conduzir a investigação criminal, o Ministério Público pode **requisitar diligências investigatórias** e a **instauração de inquérito policial** (art. 129, VIII). O inquérito policial é procedimento administrativo conduzido por Delegado de Polícia com vistas a subsidiar uma ação penal. Assim, o Ministério Público pode requisitar que a Polícia Civil instaure um inquérito policial.

O Ministério Público, no desempenho da sua função de “*custos societatis*”, é responsável pelo **controle externo da atividade policial**. O art. 129, VII, que confere tal competência ao Ministério Público, é norma constitucional de **eficácia limitada**, dependente de regulamentação por **lei complementar**. O controle externo da atividade policial consiste na fiscalização da Polícia pelo Ministério Público. É denominado “externo” porque o Ministério Público não integra a estrutura da Polícia.

Por fim, há que se destacar que o Ministério Público tem competência para defender judicialmente os **direitos e interesses das populações indígenas** (art. 129, V).

Ingresso na carreira

Determina a Carta Magna (art. 129, § 3º) que o ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante **concurso público de provas e títulos**, assegurada a **participação da Ordem dos Advogados do Brasil** em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, **três anos de atividade jurídica** e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.



Com base no art. 129, § 3º, da Constituição, o STF considerou constitucional resolução que determina que a inscrição do concurso público para a carreira do Ministério Público só pode ser feita por bacharel em Direito com, **no mínimo, três anos de atividade jurídica**, cuja comprovação se dá no **momento da inscrição definitiva no concurso**. O Pretório Excelso entendeu que essa exigência atendeu o objetivo da EC 45/2004,

¹⁵ RE 535.478, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 28.10.2008, DJE de 21.11.2008.

que pretendeu selecionar profissionais experientes para o exercício das funções do Ministério Público (ADI, 3.460/DF, decisão de 31.08.2006).

Outro ponto que merece um destaque é o seguinte: os 3 anos de atividade jurídica somente podem ser contados **após a obtenção do título de bacharel em Direito**.

Garantias Funcionais

Além das garantias institucionais do Ministério Público (autonomia funcional, administrativa e orçamentário-financeira), existem garantias próprias dos seus membros, às quais denominamos **garantias funcionais**. As garantias funcionais **não podem ser consideradas privilégios**, mas sim **prerrogativas** que possuem os membros do Ministério Público para lhes preservar a liberdade de convicção, com o objetivo de resguardar a autonomia da instituição.

Segundo Alexandre de Moraes, esse é um objetivo tão importante que o art. 85, II, CF/88 considera **crime de responsabilidade** do Presidente da República a prática de **atos atentatórios ao livre exercício do Ministério Público**.¹⁶

São três as garantias funcionais dos membros do Ministério Público: **i) vitaliciedade; ii) inamovibilidade e; iii) irredutibilidade de subsídio**.

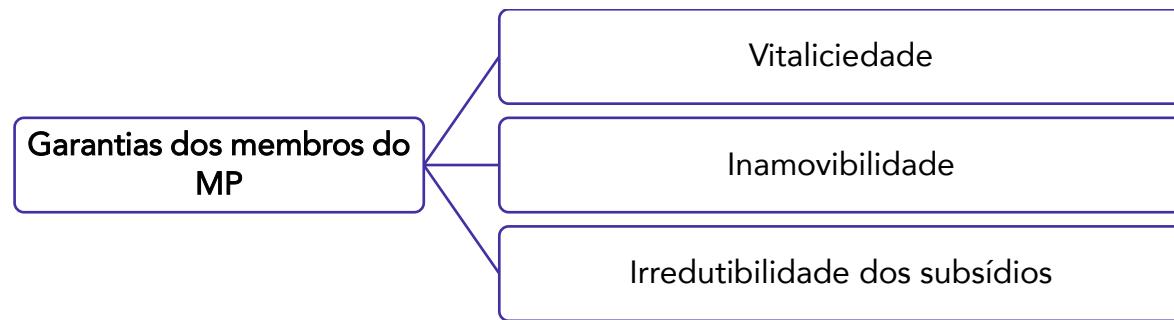
A **vitaliciedade** garante que o membro do “Parquet” não poderá perder o cargo senão por **sentença judicial transitada em julgado**. É adquirida após 2 (dois) anos de exercício, uma vez concluído o estágio probatório.

A **inamovibilidade** é garantia que **impede que o membro do Ministério Público seja removido de ofício**, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa. Assim, a remoção de um membro do Ministério Público deverá ocorrer, em regra, por sua própria iniciativa.

Segundo o art. 130-A, § 2º, III, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem competência para determinar a remoção de membro do Ministério Público. Nesse caso, trata-se de verdadeira **sanção administrativa** aplicada pelo CNMP, que não viola a garantia de inamovibilidade.

A **irredutibilidade de subsídio**, por sua vez, visa proteger os ganhos dos membros do Ministério Público contra ingerências políticas. Destaque-se que essa irredutibilidade é nominal (e não real), ou seja, não leva em consideração a inflação.

¹⁶ MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional*, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 1623.



Vedações aos membros do Ministério Público

A Constituição Federal, além de estabelecer as garantias do Ministério Público, também prevê certas **vedações aos seus membros**, com o objetivo de preservar a própria instituição. A doutrina considera que essas vedações são verdadeiras **garantias de imparcialidade**.

Segundo o art. 128, § 5º, III, as vedações aos membros do Ministério Público são as seguintes:

- a) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) Exercer a advocacia;
- c) Participar de sociedade comercial, na forma da lei;
- d) Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;
- e) Exercer atividade político-partidária;
- f) Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

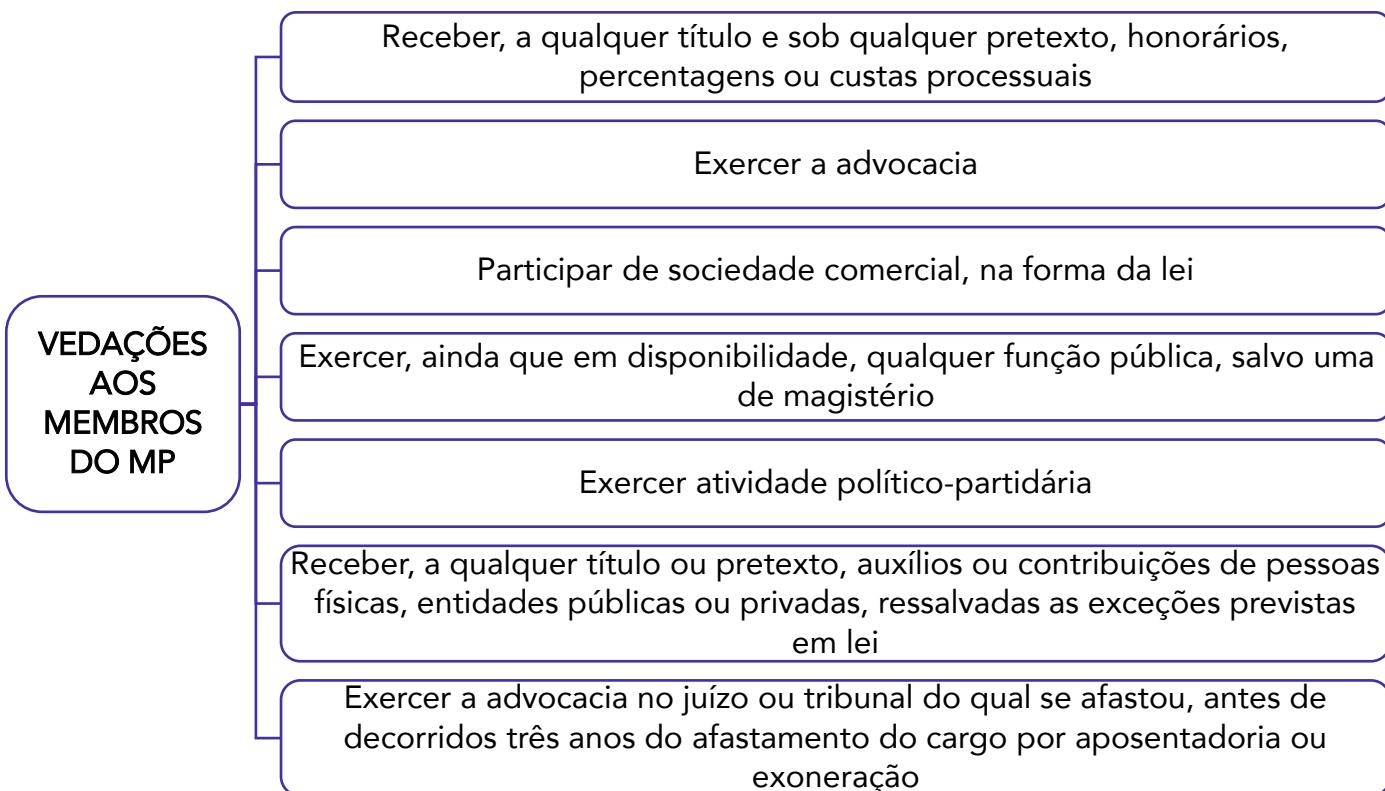
É relevante comentarmos acerca da **vedação ao exercício da advocacia**. Quando em exercício, os membros do Ministério Público estão **absolutamente** impedidos de exercer a advocacia. No entanto, após terem se afastado do cargo (por aposentadoria ou exoneração), a CF/88 permite que eles exerçam a advocacia. Porém, deverão observar a chamada “**quarentena de saída**”.

Assim, o membro do Ministério Público não poderá exercer a advocacia no juízo ou tribunal junto ao qual atuava antes de decorridos **três anos do afastamento** do cargo por aposentadoria ou exoneração. Veja: no dia seguinte ao afastamento, o membro do Ministério Público já pode exercer a advocacia; no entanto, para exercer a advocacia **junto ao tribunal perante o qual oficiava**, precisará aguardar um período de três anos, ou seja, deverá observar a “quarentena de saída”.

Por último, vale ressaltar o que dispõe o art. 29, § 3º, do ADCT. Segundo esse dispositivo, os membros do Ministério Público admitidos antes da promulgação da CF/88 poderiam optar pelo regime anterior, no que

diz respeito às garantias e vedações. Com isso, os integrantes da carreira do MPU¹⁷ que nela ingressaram antes da Constituição Federal e que optaram pelo regime anterior podem exercer a advocacia.

O quadro-resumo a seguir reúne as garantias e vedações dos membros do Ministério Público:



Chefia do Ministério Público

Procurador-Geral da República

O Ministério Público da União (MPU) tem por chefe o **Procurador-Geral da República (PGR)**, **nomeado pelo Presidente da República** dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução (art. 128, § 1º, CF).

Explicando de maneira esquematizada:

- a) O PGR é nomeado pelo Presidente da República.
- b) O PGR deve ter mais de 35 anos e deve ser integrante do MPU.

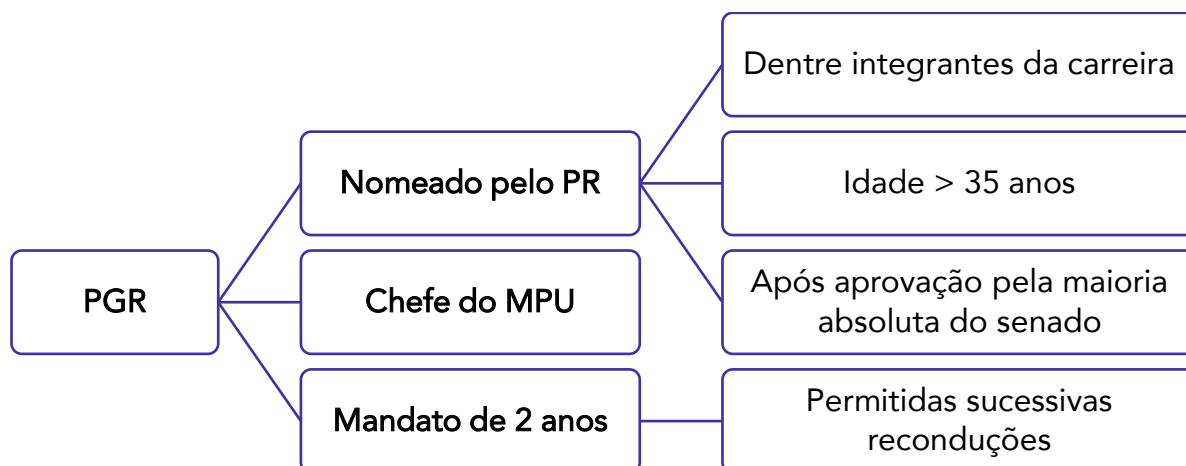
¹⁷ Essa possibilidade somente existe para os integrantes do MPU. Os integrantes dos MPE's e do MPDFT já estavam, mesmo antes da CF/88, submetidos à vedação ao exercício da advocacia.

- c) O PGR, antes de ser nomeado pelo Presidente, deve ser aprovado pelo Senado Federal (votação secreta).
- d) O mandato do PGR é de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

É importante observar que a Constituição **não limita o número de reconduções**. Contudo, o art. 25 da Lei Complementar nº 75/93 determina que a recondução deverá ser **precedida de nova aprovação do Senado Federal**. A recondução se assemelha, assim, a uma nova nomeação.

Destaca-se, ainda, que o Presidente da República poderá escolher **qualquer membro do Ministério Público da União** (ou seja, do Ministério Público Federal, do Trabalho, Militar ou do Distrito Federal e Territórios) para o cargo de PGR. Nesse sentido, entende o STF que o Procurador-Geral pode provir de quaisquer das carreiras do Ministério Público da União (MS 21.239, DJ de 23.04.1993).

O Procurador-Geral da República (PGR) poderá ser **destituído** por iniciativa do Presidente da República, desde que haja **autorização do Senado Federal**, por maioria absoluta.



Procuradores-Gerais de Justiça

Os Procuradores-Gerais de Justiça são os **Chefes dos Ministérios Públicos dos Estados (MPEs)**. O Chefe do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) também é denominado Procurador-Geral de Justiça. Vejamos o que determina a CF/88 sobre o tema:

Art. 128.....

§ 3º - Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Assim como o Procurador-Geral da República, os Procuradores-Gerais de Justiça também são nomeados pelo **Chefe do Poder Executivo**. O **Governador** nomeia os Chefes dos MPEs e o **Presidente da República** nomeia o Chefe do MPDFT. A nomeação do Chefe do MPDFT pelo Presidente da República se deve ao fato de que a União é competente para organizar e manter o MPDFT (art. 21, XIII, CF/88).

Os Procuradores-Gerais de Justiça são nomeados para **mandato de 2 (dois) anos**, sendo permitida apenas **uma recondução**. É diferente do que ocorre para o Procurador-Geral da República, que pode ser reconduzido múltiplas vezes. Não incidirá, nesse caso, o princípio da simetria.¹⁸

No processo de **nomeação** dos Procuradores-Gerais de Justiça, **não há qualquer participação do Poder Legislativo**. Será elaborada **lista tríplice** pela própria instituição (MPE ou MPDFT), a qual será enviada ao Chefe do Poder Executivo, que escolherá um nome para ser nomeado como Procurador-Geral de Justiça. Segundo o STF, é **inconstitucional** lei que exija prévia aprovação do nome do Procurador-Geral de Justiça pela maioria absoluta do Legislativo local, por força do art. 128, § 3º, da CF/88, que estabelece como única exigência a lista tríplice, na forma da lei.¹⁹

Já no processo de **destituição** dos Procuradores-Gerais de Justiça, haverá **participação do Poder Legislativo**. Segundo o art. 128, § 4º, CF/88, os Procuradores-Gerais nos estados poderão ser destituídos por deliberação da **maioria absoluta da Assembleia Legislativa**. Por sua vez, a destituição do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios depende de deliberação da **maioria absoluta do Senado Federal**.

Questão relevante que surge diz respeito à vacância do cargo de Procurador-Geral no curso do mandato. Deverá, nesse caso, o novo Procurador-Geral assumir pelo tempo que falta para completar os dois anos (mandato-tampão) ou cumprir um novo mandato de dois anos completos?

Nesse caso, o Procurador-Geral deverá cumprir um **novo período de dois anos**. Nesse sentido, decidiu o STF que é **inconstitucional**, por ofensa ao art. 128, § 3º, da Carta Magna, **lei que preveja**, no caso de vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a eleição e nomeação de novo Procurador-Geral para que **complete o período restante** do mandato do seu antecessor.²⁰

Procurador-Geral do Trabalho e Procurador-Geral da Justiça Militar

Segundo a LC nº 75/93, o Estatuto do MPU, o **Procurador-Geral do Trabalho (PGT)** será o Chefe do Ministério Público do Trabalho, **nomeado pelo PGR**, dentre membros da Instituição, com mais de 35 anos de idade e 5 anos na carreira, integrantes de **lista tríplice** escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores, para um mandato de 2 anos, permitida uma recondução, observado o mesmo processo.

Caso não haja número de candidatos (três) com mais de 5 anos de carreira, poderão concorrer ao cargo os Procuradores com mais de 2 anos na carreira. A exoneração do PGT, antes do término do mandato, será proposta ao PGR pelo Conselho Superior, mediante deliberação obtida com base em voto secreto de 2/3 de seus integrantes.

Já os arts. 120 e 121 da LC nº 75/93 estabelecem regra semelhante para a nomeação do **Procurador-Geral da Justiça Militar**, Chefe do Ministério Público da Justiça Militar. Ele será igualmente **nomeado pelo PGR**, dentre membros da Instituição, com mais de 35 anos de idade e 5 anos na carreira, integrantes de **lista**

¹⁸ STF, ADI 452, DJ de 31.10.2002

¹⁹ ADI 1.228-MC/AP, DJU de 02.06.1995; ADU 1.506-SE, DJU de 12.11.1999; ADI 1.962-RO, 08.11.2001 .

²⁰ ADI 1.783-BA, rel. Min. Sepúlveda Pertence, 11.10.2001.

tríplice escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores, para um mandato de 2 anos, permitida uma recondução, observado o mesmo processo.

Caso não haja número de candidatos (três) com mais de 5 anos de carreira, poderão concorrer ao cargo os Procuradores com mais de 2 anos na carreira. A sua exoneração, antes do término do mandato, será proposta ao PGR pelo Conselho Superior, mediante deliberação obtida com base em voto secreto de 2/3 de seus integrantes.

Por fim, o chefe do Ministério Público Eleitoral é o próprio PGR.

Ministério Público junto às Cortes de Contas

Quando se fala em Cortes de Contas, estamos nos referindo ao Tribunal de Contas da União (TCU) e aos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios (TCEs e TCMs). Perante esses órgãos, atua um Ministério Público “especial”: o Ministério Público junto ao TCU e os Ministérios Públicos junto aos TCEs e TCMs.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) **não integra o MPU**; ao contrário, **integra a própria estrutura orgânica do TCU**. Isso porque o rol de órgãos que compõem o MPU, previsto no art. 128, I, da CF/88 é taxativo. Assim, um membro do Ministério Público da União (MPU) não pode ser designado para exercer suas funções junto ao TCU. O mesmo vale para os estados: um membro do Ministério Público do Estado (MPE) não pode ser designado para atuar perante o Tribunal de Contas daquele ente federativo.

Os Ministérios Públicos que atuam perante as Cortes de Contas **não possuem as atribuições do art. 129** da CF/88. Sua atuação se dá exclusivamente na área de competência dos Tribunais de Contas. Trata-se, conforme já afirmamos, de um Ministério Público “especial”.

A lei que regulamenta a estrutura orgânica do Ministério Público que atua junto ao TCU é de **iniciativa do próprio TCU**, conforme se deduz do art. 73, “caput”, da CF/88. Por simetria, é de **iniciativa do TCE** a lei de organização do Ministério Público que atua junto à Corte de Contas estadual.

Para firmar nosso entendimento, transcrevemos trecho de julgado do STF²¹:

“O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União não dispõe de fisionomia institucional própria e, não obstante as expressivas garantias de ordem subjetiva concedidas aos seus Procuradores pela própria Constituição (art. 130), **encontra-se consolidado na 'intimidade estrutural' dessa Corte de Contas**, que se acha investida – 'até mesmo em função do poder de autogoverno que lhe confere a Carta Política (art. 73, caput, in fine)' – da prerrogativa de **fazer instaurar o processo legislativo concernente à sua organização, à sua estruturação interna, à definição do seu quadro de pessoal e à criação dos cargos respectivos**. Só cabe lei complementar, no sistema de direito positivo brasileiro, quando formalmente reclamada a sua edição por norma constitucional explícita. A especificidade do Ministério Público que atua perante o TCU, e cuja existência se projeta num **domínio institucional absolutamente diverso daquele em que se insere o Ministério Público da União**, faz com que a regulação de sua organização, a discriminação de suas atribuições e a definição de seu estatuto sejam passíveis de veiculação mediante simples

²¹ ADI, 789, Rel. Min. Celso de Mello. Julgamento em 26.05.2004.

lei ordinária, eis que a **edição de lei complementar é reclamada**, no que concerne ao Parquet, **tão somente para a disciplinação normativa do Ministério Público comum** (CF, art. 128, § 5º)."



(Pref. Pires do Rio-GO – 2022) Entre os princípios institucionais do Ministério Público, o princípio da unidade assegura a integração de seus membros a um só órgão, sob a chefia de um procurador-geral.

Comentários:

Segundo o princípio da unidade, o Ministério Público atua a partir de um único Chefe (nesse caso, o Procurador-Geral), uma vez que se trata de uma instituição única em cada Estado e em relação ao Ministério Público Federal. Questão correta.

(PGE-RJ – 2022) A CF assegura a juízes e promotores vitaliciedade após dois anos de exercício do cargo.

Comentários:

É exatamente o que determina o art. 95 e o art. 128, § 5º, inciso I, alínea "a", da CF/88. Questão correta.

(Procurador de Salvador – 2015) A chefia do MPU cabe ao procurador-geral da República, que será escolhido pelo presidente da República entre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, a partir de lista tríplice fornecida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Comentários:

O Procurador-Geral da República é mesmo o Chefe do Ministério Público da União. Ele é nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, **não havendo que se falar em lista tríplice** fornecida pelo CNMP. Questão errada.

(TCE-CE – 2015) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Comentários:

É isso mesmo! A nomeação dos Procuradores-Gerais de Justiça é feita pelo Governador, a partir de **lista tríplice** elaborada pelo Ministério Público Estadual. O mandato do Procurador-Geral de Justiça é de 2 anos, sendo permitida uma única recondução. Questão correta.

(TRF 1ª Região – 2015) Dado o princípio da indivisibilidade, o MP é uma instituição una, podendo seus membros, que não se vinculam aos processos nos quais atuam, ser substituídos uns pelos outros de acordo com as normas legais.

Comentários:

Pelo princípio da indivisibilidade, **os membros do Ministério Público não estão vinculados aos processos nos quais atuam**, podendo, assim, ser substituídos uns pelos outros, de acordo com as normas legais. Questão correta.

(TCE-CE – 2015) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios não poderão ser destituídos por deliberação do Poder Legislativo respectivo.

Comentários:

Os Procuradores-Gerais nos estados poderão ser destituídos por deliberação da **maioria absoluta da Assembleia Legislativa**. Por sua vez, a destituição do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios depende de deliberação da **maioria absoluta do Senado Federal**. Questão errada.

(TRT 3ª Região – 2015) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Senado Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

Comentários:

O Procurador-Geral da República (PGR) poderá ser **destituído por iniciativa do Presidente da República**, desde que haja **autorização do Senado Federal**, por maioria absoluta. Questão errada.

(SEFAZ-BA – 2014) É função institucional do Ministério Público exercer o controle interno da atividade policial, na forma da sua lei orgânica.

Comentários:

O Ministério Público exerce o **controle externo** da atividade policial, na forma de lei complementar. Questão errada.

(MPE-SC – 2014) É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos

Comentários:

O Ministério Público tem competência para **promover o inquérito civil e a ação civil pública**, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Questão correta.

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi criado pela EC nº 45/2004. Trata-se de **órgão de controle externo** do Ministério Público, com atuação em todo o território nacional.¹ Ao contrário do CNJ (que integra o Poder Judiciário), o CNMP não integra o Ministério Público.

No exercício de sua missão institucional, o CNMP tem competência para efetuar o **controle da atuação administrativa e financeira** do Ministério Público e do **cumprimento dos deveres funcionais** de seus membros.

O CNMP é composto de **14 (quatorze) membros**, os quais são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. O mandato dos membros do CNMP é de 2 (dois) anos, sendo admitida uma recondução.



O texto constitucional **não estabelece** idades mínima e máxima para a nomeação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

E quais são os membros do CNMP?

Os membros do CNMP são os seguintes (art. 130-A):

- a) O Procurador-Geral da República, que o preside;
- b) 4 (quatro) membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;
- c) 3 (três) membros do Ministério Público dos Estados;
- d) 2 (dois) juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;
- e) 2 (dois) advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

¹ Há autores que consideram que o CNMP é “órgão de controle interno democratizado”, uma vez que a maior parte de seus membros integra o Ministério Público. Preferimos, aqui, apontá-lo como órgão de controle externo por ser essa a posição oficial da instituição.

- f) Dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Perceba que, na composição do CNMP, há representantes do MPU, dos MPEs, do Poder Judiciário, da Advocacia e da sociedade. Todos eles serão **nomeados pelo Presidente da República**, após **aprovação do Senado Federal**.

Algumas observações são importantes acerca da composição dos membros do CNMP:

- a) O Procurador-Geral da República é o **Presidente do CNMP**.
- b) Os membros do CNMP oriundos do Ministério Público (4 do MPU e 3 dos MPEs) são indicados pelo respectivo Ministério Público, na forma da lei.
- c) O CNMP deverá escolher, em votação secreta, um **Corregedor nacional**. O Corregedor nacional deverá ser escolhido **entre os membros do Ministério Público** que integram o Conselho, **vedada sua recondução**. As competências do Corregedor nacional são as seguintes:

- receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;
- exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;
- requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

Para complementar a atuação do Corregedor nacional, a CF/88 prevê que leis da União e dos Estados criarião **ouvidorias do Ministério Público**. O objetivo é **receber reclamações e denúncias** de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

- d) O Presidente do Conselho Federal da OAB oficiará junto ao CNMP. Logo, ele **não poderá ser membro** do Conselho.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conforme já comentamos, é responsável por efetuar o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Suas **competências** estão enumeradas no art. 130-A, § 2º, CF/88:

- a) Zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.
- b) Zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituir-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.



Exemplos de atos administrativos praticados por membro ou órgão do Ministério Público e que estão **sujeitos ao controle do CNMP** são a assinatura de um contrato administrativo, a realização de uma licitação ou mesmo a concessão de férias a servidores.

Segundo o STF, o **CNMP também tem competência** para apreciar **ato de vitaliciamento** de membro do Ministério Público, que é uma espécie de ato administrativo².

Além disso, ainda segundo o STF, cabe ao CNMP resolver eventual conflito de atribuições entre um membro de Ministério Público Estadual (MPE) e um membro do Ministério Público Federal (MPF)³.

c) Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

(*) A Reforma da Previdência **excluiu** a previsão constitucional da aplicação de **aposentadoria compulsória** como forma de sanção disciplinar a membros do Ministério Público. Isso não quer dizer que essa sanção disciplinar não possa existir, mas apenas que não tem mais previsão constitucional.



O MPU e os MPEs possuem competência disciplinar e correccional. Mas o CNMP tem competência para **avocar** ("chamar para si") **processos disciplinares e aplicar sanções administrativas** aos membros do Ministério Público.

d) Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

As bancas examinadoras adoram fazer uma pegadinha sobre essa competência do CNMP!

² MS 27542/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgamento em 04.10.2016

³ Pet. 5235 AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 21/12/2020.

Elas dizem que o CNMP pode rever processos disciplinares julgados há “mais de um ano”. Isso está **ERRADO!** Ora, se passar muito tempo do julgamento (mais de um ano!), o CNMP não poderá, em nome da segurança jurídica, rever um processo disciplinar. O CNMP somente poderá rever processos disciplinares julgados há menos de um ano.

- e) Elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

Por fim, destaca-se que os membros do Conselho Nacional do Ministério Público deverão ser processados e julgados, nos **crimes de responsabilidade**, pelo **Senado Federal**. Além disso, compete ao STF julgar as ações contra o CNMP (art. 102, I, “r”).



(TCE-RJ – 2022) A composição do Conselho Nacional do Ministério Público tem vagas destinadas a procuradores do Ministério Público junto aos tribunais de contas.

Comentários:

De acordo com o art. 130-A da CF/88, não há previsão de vagas no CNMP para integrantes do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Questão errada.

(MPE-SC – 2014) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de três anos, admitida uma recondução.

Comentários:

O CNMP é composto de **14 membros** nomeados pelo Presidente da República após aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. O mandato é de **2 (dois) anos**, admitida uma recondução. Questão errada.

(MPE-MG – 2014) O Conselho Nacional do Ministério Público é presidido pelo Procurador-Geral da República, e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados oficiará junto ao Conselho.

Comentários:

É isso mesmo. O Procurador-Geral da República é o Presidente do CNMP. O Presidente do Conselho Federal da OAB oficiará junto ao CNMP. Questão correta.

(MPE-MG – 2014) Ao Conselho Nacional do Ministério Público compete rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

Comentários:

É competência do CNMP rever os processos disciplinares de membros do Ministério Público **julgados há menos de um ano**. Questão correta.

Advocacia Pública

A Advocacia Pública é responsável pela **defesa jurídica dos entes federativos**, integrando o Poder Executivo. No âmbito federal, essa tarefa compete à Advocacia-Geral da União; nos estados, às Procuradorias estaduais. Embora não haja previsão constitucional expressa, os Municípios também criam órgãos destinados a exercer o papel da advocacia pública: são as Procuradorias municipais. A esse respeito, o STF já teve a oportunidade de decidir que os procuradores municipais integram a carreira da advocacia pública¹.



Gostaria de chamar-lhes a atenção para dois pontos relevantes:

- 1)** Dentre todas as funções essenciais à justiça, a **única que se manifesta na esfera municipal** é a **Advocacia Pública**. Com efeito, o Ministério Público e a Defensoria Pública só existem nas esferas federal e estadual.
- 2)** Uma dica para ninguém confundir as coisas: os Promotores e os Procuradores da República são membros do Ministério Público; os Procuradores Estaduais, os Procuradores Federais, Advogados da União e Procuradores da Fazenda Nacional exercem a função de “advogados públicos”.

Segundo o art. 131, CF/88, a Advocacia-Geral da União (AGU) é uma instituição com duas tarefas centrais:

- a) representar a União**, judicial e extrajudicialmente.

A representação judicial pelos advogados públicos **decorre de lei** e, portanto, fica **dispensada a juntada de instrumento de mandato** em autos de processo judicial.²

A existência da Advocacia Pública **não impede**, todavia, que o Estado constitua mandatário *ad judicia* para causas específicas.³ A representação estatal em juízo não é, dessa maneira, uma atribuição exclusiva da Advocacia Pública.

Cabe destacar que, na **execução da dívida ativa de natureza tributária**, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), observado o disposto em lei.

¹ RE 663696/MG, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 28/2/2019.

² RE 121.856-ED. Rel. Min. Paulo Brossard.

³ Pet-AgR 409, Rel. Min. Celso de Mello, DJ: 29.06.1990.

b) realizar as atividades de **consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo**, nos termos de lei complementar.

Veja só: a AGU somente presta consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo (e não aos demais Poderes!). Com efeito, a jurisprudência do STF reconhece a constitucionalidade da **manutenção de assessoria jurídica própria por Poder autônomo**.⁴ O STF reconhece até mesmo a possibilidade de que sejam criadas Procuradorias na estrutura dos Tribunais de Contas, que serão responsáveis pela representação judicial e consultoria e assessoramento jurídico das Cortes de Contas.⁵

A Advocacia-Geral da União (AGU) **integra o Poder Executivo** e o ingresso em sua carreira se dá por meio de concurso público de **provas e títulos**. A organização e funcionamento da AGU é regulada por meio de **lei complementar** (art. 131, *caput*).

A Advocacia-Geral da União tem por chefe o **Advogado-Geral da União**, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre **cidadãos maiores de trinta e cinco anos**, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 131, § 1º, CF). **Não há necessidade de aprovação** do Senado Federal para a nomeação do Advogado-Geral da União. O Presidente da República tem plena liberdade para nomear o Advogado-Geral da União, que nem mesmo precisa ser da carreira da advocacia pública.

Os Estados-membros e o Distrito Federal são representados, judicial e extrajudicialmente pelos **Procuradores dos Estados e do Distrito Federal**, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de **provas e títulos**, com a **participação da Ordem dos Advogados do Brasil** em todas as suas fases (art. 132, “caput”, CF). A eles é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias (art. 132, parágrafo único, CF).



Segundo o STF, a atuação de órgãos da Advocacia Pública **em prol de empresas públicas e sociedades de economia mista**, além de **descaracterizar o perfil constitucional atribuído às Procuradorias dos Estados**, implicaria **favorecimento indevido a entidades que não gozam do regime jurídico de Fazenda Pública**, em afronta ao princípio constitucional da isonomia⁶.

Essa decisão do STF demonstra que, conforme o art. 132 da CF/88, os órgãos de advocacia pública se voltam para a consultoria jurídica e representação judicial da **administração pública direta, autárquica e fundacional**, o que **não** abrange as empresas estatais.

⁴ ADI nº 1.557/DF. Rel. Min. Octávio Galotti. RTJ 163/95.

⁵ ADI nº 4070/RO. Rel. Min. Cármel Lúcia. 19.12.2016.

⁶ ADI 3.536/SC, rel. Min. Alexandre de Moraes, julg. em 3/10/2019.

A remuneração dos advogados públicos se dá na forma de **subsídio**. Assim, fica vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de caráter remuneratório. Nesse sentido, o STF decidiu que uma lei estadual pode destinar aos Procuradores do Estado os honorários advocatícios advindos de meios alternativos de cobrança, **desde que respeitado o teto remuneratório** previsto no art. 37, XI, da CF⁷.

Outra coisa importante: no entendimento do STF, as Procuradorias de Estado e de Município, por integrarem os respectivos Poderes Executivos, **não gozam de autonomia funcional, administrativa ou financeira**, já que a administração direta é una e não comporta a criação de distinções entre órgãos em hipóteses não contempladas explícita ou implicitamente pela Constituição Federal⁸.



Os Procuradores Estaduais **não têm foro por prerrogativa de função** perante o Tribunal de Justiça. Segundo o STF, apenas excepcionalmente é que a Constituição Federal atribuiu prerrogativa de foro para autoridades federais, estaduais e municipais. Os estados **não são completamente livres** para criar novas hipóteses de foro por prerrogativa de função por meio de suas Constituições Estaduais.

Desse modo, **é inconstitucional** norma da Constituição Estadual que atribui foro por prerrogativa de função aos Procuradores Estaduais, Procuradores da Assembleia Legislativa, Defensores Públicos e Delegados de Polícia.⁹

Segundo o STF, **é inconstitucional a criação de procuradorias autárquicas** pelos Estados-membros¹⁰. Isso porque o modelo definido pela CF/88 consagra o **princípio da unicidade** da representação judicial e consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal, atividades estas exercidas pela PGE (Procuradoria-Geral do Estado). Não podem, portanto, ser criados órgãos jurídicos paralelos pelos Estados para desempenharem essas atividades.

Há exceções ao princípio da unicidade orgânica: i) criação de Procuradorias vinculadas às Assembleias Legislativas e aos Tribunais de Contas dos Estados (TCEs); ii) possibilidade temporária, prevista no art. 69, do ADCT, de que os Estados mantenham consultorias jurídicas separadas de suas Procuradorias-Gerais, desde que, na data da promulgação da CF/88, tivessem órgãos distintos para as respectivas funções.

⁷ ADI 5910/RO, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 27/5/2022.

⁸ ADI 5029, Rel. Luiz Fux, julgado em 15/04/2020.

⁹ ADI 2553/MA. Rel. Min. Gilmar Mendes, red. p/ o acórdão Min. Alexandre de Moraes. 15.05.2019.

¹⁰ ADI 145/CE. Rel. Min. Dias Toffoli. Julgamento: 20.06.2018.



(PGE-RJ – 2022) O advogado-geral da União, escolhido pelo presidente da República, deve ser membro de carreira da Advocacia-Geral da União.

Comentários:

A nomeação de Advogado-Geral da União, feita pelo Presidente da República, é de livre nomeação entre cidadãos maiores de 35 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada (Art. 131, § 1º, CF). A Constituição Federal não exige que o referido cidadão seja membro de carreira da AGU. Questão errada.

(TCE-RJ – 2022) Aos procuradores dos estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade depois de três anos de efetivo exercício no cargo, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

Comentários:

A questão vai integralmente ao encontro do art. 132, parágrafo único, da CF/88. Questão correta.

(MPU – 2018) Aos advogados públicos serão concedidos vencimentos fixos, acrescidos ou não de gratificação.

Comentários:

Segundo o art. 135, CF/88, os advogados públicos e os defensores públicos recebem remuneração na forma de **subsídio**, ficando vedado, portanto, o acréscimo de qualquer gratificação ou adicional. Questão errada.

(TCE-PE – 2017) Aos procuradores do estado, assim como aos membros das defensorias públicas, é garantida, institucionalmente, a inamovibilidade.

Comentários:

Os procuradores do Estado não possuem a garantia da inamovibilidade. Questão errada.

(PGM-Fortaleza – 2017) De acordo com o entendimento do STF, são garantidas ao advogado público independência funcional e inamovibilidade.

Comentários:

A garantia da **inamovibilidade** é conferida pela CF/88 apenas aos magistrados, aos membros do Ministério Público e aos membros da Defensoria Pública, não podendo ser estendida aos advogados públicos. A Carta Magna também não lhes assegura a **independência funcional**, que foi conferida aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública. Questão errada.

(Advogado da União – 2015) Compete à AGU a representação judicial e extrajudicial da União, sendo que o poder de representação do ente federativo central pelo advogado da União decorre da lei e, portanto, dispensa o mandato.

Comentários:

A AGU tem competência para representar a União, judicial e extrajudicialmente. O poder de representação exercido pelo advogado da União decorre de lei e, portanto, é **dispensado o mandato**. Questão correta.

(MEC – 2015) A autonomia administrativa é garantida constitucionalmente ao Ministério Público e à defensoria pública, mas não à advocacia pública.

Comentários:

É isso mesmo. A Advocacia Pública não é dotada de autonomia administrativa, estando **vinculada ao Poder Executivo**. Questão correta.

(TRT 3ª Região – 2015) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Comentários:

O Advogado-Geral da União é o chefe da AGU. É nomeado pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de 35 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Questão correta.

(TRF 1ª Região – 2015) A AGU representa os interesses da União no âmbito judicial e na consultoria e assessoramento jurídico aos poderes da República.

Comentários:

A AGU é responsável pelo assessoramento jurídico ao Poder Executivo (e não a todos os Poderes da República!). Questão errada.

Advocacia

Segundo o art. 133, CF/88, o advogado é **indispensável à administração da justiça**, sendo **inviolável** por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. Cuida-se aqui da advocacia privada.

A Constituição consagra o princípio da indispensabilidade do advogado, o qual, todavia, **não é absoluto**. Não é necessária, por exemplo, a representação por advogado em *habeas corpus* e em certos casos submetidos aos Juizados Especiais.

O advogado goza de **imunidade material**, ou seja, imunidade relativa às suas manifestações e atos no exercício da profissão. Porém, **essa imunidade não é absoluta**. É possível que o advogado responda pela prática dos crimes de calúnia e desacato ou, ainda, pelos excessos que cometer.



(TRT 3ª Região – 2015) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Comentários:

É exatamente o que dispõe o art. 133, CF/88. Questão correta.

Defensoria Pública

A Defensoria Pública é instituição criada com vistas a dar efetividade ao art. 5º, LXXIV, da Constituição, que dispõe que o Estado prestará **assistência jurídica integral e gratuita** aos que comprovarem insuficiência de recursos.

A **competência para legislar sobre assistência jurídica e defensoria pública** é **concorrente** da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, XIII, CF). Isso significa que cabe à União definir as normas gerais e, aos Estados e Distrito Federal, definir as normas específicas sobre essas matérias.

A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a **orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa**, em todos os graus, **judicial ou extrajudicial**, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, **aos necessitados**, na forma do art. 5º, LXXIV, CF/88.



É inconstitucional norma estadual que atribua à Defensoria Pública do estado a competência de defender servidores públicos civis estaduais processados administrativa, civil ou criminalmente, pois isso se distancia das missões constitucionais tipicamente atribuídas pela CF/88 às defensorias públicas (ADI 3022, Rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 02.08.2004).

No mesmo sentido, a norma estadual que restabelece ou cria, no âmbito do Poder Judiciário local, cargos de Advogado da Justiça Militar vocacionados a patrocinar a defesa gratuita de praças da Polícia Militar é inconstitucional, visto que não se coaduna com o modelo constitucional, o qual dispõe que a função de defesa dos necessitados, quando desempenhada pelo Estado, é própria à Defensoria Pública¹.

No exercício das suas funções, é possível que a Defensoria Pública atue, inclusive contra o Estado, em defesa de hipossuficiente. Nesse caso, se o **Estado perder a ação na qual haja assistência jurídica da Defensoria Pública**, ele **pode ser condenado a pagar honorários advocatícios** (ônus da sucumbência). Segundo o STF², após a Emenda Constitucional nº 80/2014, que conferiu autonomia funcional, administrativa e orçamentária às Defensorias Públicas, o ente federativo pode ser condenado a pagar honorários em favor da sua própria Defensoria.

¹ ADI 3152/CE, relatora Min. Rosa Weber, julgamento virtual finalizado em 26.4.2022.

² AR 1937 AgR. Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 30.06.2017.

Segundo o art. 134, § 1º, CF/88, **lei complementar** organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados.

O ingresso nas carreiras da Defensoria Pública se dará mediante **concurso público de provas e títulos**. Os seus integrantes serão remunerados por meio de **subsídio** e farão jus à garantia da **inamovibilidade**. Destaque-se que os Defensores Públicos **não poderão exercer a advocacia** fora das atribuições institucionais.

Segundo o STF, **não se deve exigir** do defensor público a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil³. A atuação do defensor perante a Justiça decorre apenas de sua nomeação e posse no cargo.



Os Defensores Públícos têm a **garantia da inamovibilidade**, mas não possuem a garantia de vitaliciedade.

A Defensoria Pública foi fruto, nos últimos anos, de uma série de emendas constitucionais que reforçaram sobremaneira o seu papel. A última delas foi a EC nº 80/2014, que trouxe uma **profunda reformulação** nessa instituição:

- a)** A Defensoria Pública passou a ser considerada, assim como o Ministério Público, uma **instituição permanente**.
- b)** Deixou explícito que a Defensoria Pública irá defender os necessitados seja na **esfera judicial ou extrajudicial**.
- c)** Estabeleceu que são princípios institucionais da Defensoria Pública a **unidade**, a **indivisibilidade** e a **independência funcional**. Ressalte-se que esses princípios já estavam previstos na Lei Orgânica da Defensoria Pública; com a EC nº 80/2014, eles apenas foram constitucionalizados.
- d)** As **regras de organização da Magistratura** (promoção, ingresso no cargo, distribuição imediata de processos, dentre outras), previstas no art. 93, CF/88, serão **aplicadas, no que couber, à Defensoria Pública**.
- e)** A Defensoria Pública passou a ter **iniciativa privativa para apresentar projetos de lei** sobre: **i)** a alteração do número dos seus membros; **ii)** a criação e extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares, bem como a fixação do subsídio de seus membros; **iii)** a criação ou extinção dos seus órgãos; e **iv)** a alteração de sua organização e divisão. Com essa medida, **reforçou-se a ideia de autonomia da Defensoria Pública**, que não está, portanto, subordinada a nenhum dos Poderes.

³ RE 1240999 e ADI 4636. Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 04.11.2021.

As Defensorias Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal já haviam sido fortalecidas pelas EC nº 45/2004, EC nº 69/2012 e EC nº 74/2013. Tais emendas constitucionais asseguraram às Defensorias Públicas a **autonomia funcional e administrativa** e, além disso, a **iniciativa de sua proposta orçamentária**, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Vale a pena comentar também que, com a EC nº 69/2012, a **Defensoria Pública do Distrito Federal** passou a ser organizada e mantida pelo **próprio Distrito Federal**. Antes, essa instituição era organizada e mantida pela União.

Em razão da autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública, o STF considera **inconstitucional** norma estadual que estabeleça a **vinculação da Defensoria Pública Estadual a alguma Secretaria de Estado**.⁴ Na condição de instituição dotada de autonomia, a Defensoria Pública não pode estar vinculada ao Poder Executivo.

Também segundo o STF, a Defensoria Pública detém a **prerrogativa de requisitar**, de quaisquer autoridades públicas e de seus agentes, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à sua atuação⁵.

É importante salientar o seguinte aspecto: alguns Municípios criaram, por iniciativa legislativa própria, órgãos que prestam **assistência jurídica à população de baixa renda**. No entendimento do STF⁶, o serviço prestado pelo Município às pessoas necessitadas amplia o acesso à justiça e **não fere a autonomia das defensorias públicas**. Não se trata de defensorias públicas municipais, algo incompatível com a Constituição, mas sim de oferta de assistência jurídica.

Por fim, algumas dicas que valem a pena recordarmos: a Defensoria Pública tem legitimidade para ajuizar **ações civis públicas** (Lei nº 7.347/1985) e **mandados de injunção coletivos** (Lei nº 13.300/2016). O STF também já julgou constitucional a impetração de **habeas corpus coletivo** por parte da Defensoria Pública⁷.



No entendimento do STF, é possível o atendimento de **pessoas jurídicas** pela Defensoria Pública, desde que fique comprovada a insuficiência de recursos⁸.

É também constitucional a norma federal que criou a **Ovidoria-Geral da Defensoria Pública** nos estados-membros e estabeleceu suas competências⁹.

⁴ ADI 4056. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. 07.03.2012.

⁵ ADI 6852/DF, ADI 6862/PR, ADI 6865/PB, ADI 6867/ES, ADI 6870/DF, ADI 6871/CE, ADI 6872/AP, ADI 6873/AM e ADI 6875/RN. Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 18.2.2022.

⁶ ADPF 279. Rel. Min. Cármel Lúcia, julgamento em 03.11.2021.

⁷ HC 143.641/SP. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Julgamento: 20.02.2018

⁸ ADI 4636. Rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 04.11.2021.

⁹ ADI 4608/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 13/5/2022



(DP-DF – 2022) Às pessoas naturais e jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que comprovarem insuficiência de recursos é garantida a prestação da assistência jurídica integral e gratuita por meio da Defensoria Pública.

Comentários:

Para o STF, a Constituição Federal outorga à Defensoria Pública autonomia e regime próprio e sua função é atender aos necessitados, inclusive pessoas jurídicas, que comprovem insuficiência de recursos, na forma da lei. Questão correta.

(SEFAZ-AL – 2021) É constitucional norma estadual que atribua à defensoria pública do estado a competência de defender servidores públicos civis estaduais processados administrativa, civil ou criminalmente.

Comentários:

É o contrário do que a questão diz: o STF julgou inconstitucional norma estadual que atribuía à Defensoria Pública a competência de defender servidores públicos processados. Questão errada.

(SEFAZ-AL – 2021) A omissão estatal que inviabilize a pessoas carentes o direito fundamental à defensoria pública enseja intervenção jurisdicional que vise implementar programa constitucional destinado a conferir acesso gratuito aos desassistidos.

Comentários:

No entendimento do STF, o descumprimento, pelo Poder Público, do dever que lhe impõe o art. 134 da Constituição da República traduz grave omissão que frustra, injustamente, o direito dos necessitados à plena orientação. Logo, o Estado deve atuarativamente a fim de viabilizar o acesso dos mais necessitados à Defensoria Pública. Questão correta.

(MPU – 2018) A Constituição Federal de 1988 estendeu aos defensores públicos a garantia da inamovibilidade, originalmente concedida aos magistrados.

Comentários:

Os Defensores Púlcios, assim como os magistrados, possuem a garantia da inamovibilidade. Questão correta.

(TRE-BA – 2017) É assegurada autonomia funcional e administrativa às Defensorias Públicas estaduais e do Distrito Federal.

Comentários:

As Defensorias Públicas (da União, dos Estados e do Distrito Federal) possuem autonomia funcional e administrativa. Questão correta.

(PGM-Fortaleza – 2017) Aos defensores públicos é garantida a inamovibilidade e vedada a advocacia fora das atribuições institucionais.

Comentários:

O art. 134, § 1º, da Constituição, dispõe que “lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, **assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais**”. Questão correta.

(TCE-AM-Auditor – 2015) São princípios institucionais tanto do Ministério Público como da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, cabendo a ambos elaborar a respectiva proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Comentários:

O Ministério Público e a Defensoria Pública têm como princípios institucionais a **unidade**, a **indivisibilidade** e a **independência funcional**. As duas instituições também têm competência para elaborar a respectiva proposta orçamentária. Questão correta.

(DPE-PE – 2015) A autonomia funcional e administrativa conferida à DP não impede sua vinculação à secretaria de justiça do estado ao qual pertença, caso exista tal previsão na respectiva lei complementar estadual.

Comentários:

Segundo o STF, é inconstitucional lei estadual que estabeleça vinculação entre a Defensoria Pública e Secretaria de Estado. Questão errada.

(DPE-PE – 2015) Aos defensores públicos empossados após a promulgação da CF é permitido o exercício da advocacia privada, desde que não conflitante com o exercício de suas atribuições institucionais.

Comentários:

Os Defensores Públicos **não podem** exercer a advocacia fora das suas atribuições institucionais. Questão errada.

(MPT – 2015) A Defensoria Pública tem atribuição para a instauração de inquérito civil na defesa dos necessitados.

Comentários:

O Ministério Público é que tem competência para promover o inquérito civil. Questão errada.

(SEFAZ-BA – 2014) A garantia da inamovibilidade é conferida pela Constituição aos magistrados, aos membros do Ministério Público, aos membros da Defensoria Pública e aos procuradores do Estado.

Comentários:

Os magistrados, membros do Ministério Público e membros da Defensoria Pública possuem a garantia da inamovibilidade. Entretanto, os **advogados públicos não possuem essa garantia**. Questão errada.

QUESTÕES COMENTADAS

Ministério Público

1. CEBRASPE (CESPE) - Del Pol (PC PB)/PC PB/2022

São princípios institucionais tanto do Ministério Público quanto da Defensoria Pública expressos na Constituição Federal

- a) a unidade, a indivisibilidade e a publicidade.
- b) a unidade, a publicidade e a independência funcional.
- c) a indivisibilidade e a independência funcional, somente.
- d) a unidade e a publicidade, somente.
- e) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Gabarito: E

Comentários:

São princípios institucionais tanto do Ministério Público quanto da Defensoria Pública expressos na Constituição Federal a unidade, a indivisibilidade e a publicidade, vejamos:

Art. 127, § 1º - São **princípios institucionais do Ministério Público** a **unidade, a indivisibilidade e a independência funcional**.

Art. 134, § 4º - São **princípios institucionais da Defensoria Pública** a **unidade, a indivisibilidade e a independência funcional**, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

2. CEBRASPE (CESPE) - TDP (DPE RO)/DPE RO/Oficial de Diligência/2022

Acerca do Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

- a) O MP é uma instituição única, embora tenha divisões funcionais.
- b) A hierarquia no MP é funcional.
- c) É permitida aos membros do MP a filiação partidária.
- d) É permitido aos membros do MP em disponibilidade exercer outra função pública além do magistério.
- e) No desempenho de suas funções, o MP está subordinado ao Supremo Tribunal Federal.

Gabarito: A

Comentários:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

CF/88 - Art. 127 § 1º - São **princípios institucionais do Ministério Público** a **unidade**, a indivisibilidade e a independência funcional.

O Ministério Público é uma instituição única (embora tenha divisões funcionais).

A **alternativa B** está incorreta.

Não há hierarquia funcional no MP, mas apenas divisões de caráter administrativo.

A **alternativa C** está incorreta.

CF: Art. 128, § 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

II - as seguintes vedações:

(...)

e) exercer atividade político-partidária;

A **alternativa D** está incorreta.

A CF/88 só excepciona uma função de magistério.

CF: Art. 128, § 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

II - as seguintes vedações:

(...)

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, **salvo uma de magistério**;

A **alternativa E** está incorreta.

Não há subordinação do Ministério Público ao STF, uma vez que o MP goza de independência funcional, vejamos:

CF/88 - Art. 127 § 1º - São **princípios institucionais do Ministério Público** a **unidade**, a **indivisibilidade** e a **independência funcional**.

3. CEBRASPE (CESPE) - Sub Proc (MPCM-PA)/TCM PA/2022

Julgue os itens a seguir, acerca da disciplina constitucional do Ministério Público na Constituição de 1988.

I - Os procuradores-gerais de justiça e o procurador-geral da República são nomeados pelo chefe do Poder Executivo com base em lista tríplice formada pela respectiva carreira.

II - Bienalmente, o Conselho Nacional do Ministério Público deve escolher um corregedor nacional dentre os chefes dos Ministérios Públicos dos estados e da União.

III - Independentemente da legitimidade das pessoas jurídicas de direito público, o Ministério Público também pode ajuizar ação civil pública para defesa do patrimônio público.

IV - Nenhum membro ativo do Ministério Público pode exercer advocacia.

V - Não cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público suspender atos de membros do Ministério Público praticados no exercício da atividade-fim da instituição, ainda que juridicamente inválidos.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

Gabarito: D

Comentários:

I – INCORRETA – CF/88 - Art. 128 (...)

§ 1º O **Ministério Público da União** tem por chefe o **Procurador-Geral da República**, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º Os **Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios** **formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira**, na forma da lei respectiva, para escolha de seu **Procurador-Geral**, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Apenas o Procurador Geral de Justiça (estadual) é nomeado pelo chefe do Poder Executivo com base em lista tríplice formada pela respectiva carreira. Para nomear o Procurador Geral da República não é necessária a lista tríplice.

II – INCORRETA – CF/88 - Art. 130-A, § 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei...

III – CORRETA – CF/88 - Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a **proteção do patrimônio público** e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV – INCORRETA – Artigo 281 LC nº 75 de 20 de Maio de 1993

Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

Art. 281. Os membros do Ministério Público da União, nomeados antes de 5 de outubro de 1988, **poderão optar entre o novo regime jurídico e o anterior à promulgação da Constituição Federal**, quanto às garantias, vantagens e vedações do cargo.

Portanto, **nem todos os membros do Ministério Público estão proibidos de exercerem a advocacia**. As exceções são os que optaram ao regime anterior à promulgação da Constituição Federal.

V – CORRETA – na sessão do dia 28 de abril de 2009, houve aprovação do Enunciado nº 06, com a seguinte redação:

Os atos relativos à atividade-fim do Ministério Público **são insuscetíveis de revisão ou desconstituição pelo Conselho Nacional do Ministério Público**. Os atos praticados em sede de inquérito civil público, procedimento preparatório ou procedimento administrativo investigatório dizem respeito à atividade finalística, não podendo ser revistos ou desconstituídos pelo Conselho Nacional do Ministério Público, pois, embora possuam natureza administrativa, não se confundem com aqueles referidos no art. 130-A, § 2º, inciso II, CF, os quais se referem à gestão administrativa e financeira da Instituição.

4. CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

Entre os princípios institucionais do Ministério Público, o princípio da unidade assegura a integração de seus membros a um só órgão, sob a chefia de um procurador-geral.

Gabarito: Certo

Comentário:

Segundo o princípio da unidade, o Ministério Público atua a partir de um único Chefe (nesse caso o Procurador-Geral), uma vez que se trata de uma instituição única também, em cada Estado e em relação ao Ministério Público Federal, ou seja, a unidade vincula-se a cada órgão, conforme ensinamentos do professor Pedro Lenza.

“Unidade: sob a égide de um só Chefe, o Ministério Público deve ser visto como uma instituição única, sendo a divisão existente meramente funcional. Importante notar, porém, que a unidade se encontra dentro de

cada órgão, não se falando em unidade entre o Ministério Público da União (qualquer deles) e o dos Estados, nem entre os ramos daquele; (Pedro Lenza, Direito Constitucional Esquematizado, 2013)”

5. CEBRASPE (CESPE) - TCE TCE RJ/TCE RJ/Técnico/2022

À luz das disposições constitucionais a respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

A composição do Conselho Nacional do Ministério Público tem vagas destinadas a procuradores do Ministério Público junto aos tribunais de contas.

Gabarito: Errado

Comentário:

Tendo em vista que não há previsão de vagas para integrantes do Ministério Público especializado nas Cortes de Contas para composição do CNMP (art. 130-A, CF):

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I - o Procurador-Geral da República, que o preside;

II - quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III - três membros do Ministério Público dos Estados;

IV - dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça

V - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI - dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

6. CEBRASPE (CESPE) - TCE TCE RJ/TCE RJ/Técnico/2022

À luz das disposições constitucionais a respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

Aos procuradores dos estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade depois de três anos de efetivo exercício no cargo, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

Gabarito: Errado

Comentário:

Tendo em vista que não há previsão de vagas para integrantes do Ministério Público especializado nas Cortes de Contas para composição do CNMP, conforme trecho abaixo da CF/88:

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I - o Procurador-Geral da República, que o preside;

II - quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III - três membros do Ministério Público dos Estados; IV - dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI - dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

7. (CESPE / MPC-PA – 2019) Considerando-se as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), é correto afirmar que o Procurador-Geral da República, chefe do Ministério Público da União, é nomeado pelo Presidente da República dentre

- a) integrantes da carreira, para mandato de dois anos, podendo ser destituído por iniciativa do Presidente da República, desde que haja prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- b) cidadãos de mais de trinta e cinco anos de idade de notório saber jurídico e conduta ilibada, após sabatina e aprovação pelo STF, para mandato de três anos, sem possibilidade de posterior destituição.
- c) integrantes de lista tríplice da carreira, para mandato de dois anos após prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal, sem possibilidade de posterior destituição, salvo em caso de processo disciplinar ou decisão judicial.
- d) cidadãos de mais de trinta e cinco anos de idade de notório saber jurídico e conduta ilibada, integrantes ou não das carreiras do Ministério Público, para mandato de dois anos podendo ser destituído por iniciativa do presidente da República, desde que haja prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- e) integrantes da carreira, para mandato de três anos, podendo ser destituído por iniciativa do Presidente da República, desde que haja prévia autorização da maioria absoluta do STF.

Comentários:

Os §§ 1º e 2º do art. 128 da Carta Magna estabelecem as regras para nomeação e destituição do Procurador-Geral da República (PGR), chefe do Ministério Público da União. Nos termos da CF, o PGR deverá ser nomeado pelo Presidente da República dentre **integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos**, permitida a recondução. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal. O gabarito é a letra A.

8. (CESPE / TRF 1ª Região – 2017) São princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública, enquanto funções essenciais à justiça, a indivisibilidade, a unidade e a independência funcional.

Comentários:

Unidade, indivisibilidade e independência funcional são **princípios institucionais** do Ministério Público e da Defensoria Pública. Em relação à Defensoria Pública, a EC nº 80/2014 foi a responsável pela constitucionalização desses princípios. Questão correta. .

9. (CESPE / TRF 1ª Região – 2017) O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional cujo rol de funções previsto pela Constituição Federal de 1988 é não exaustivo e inclui a titularidade para promover ação penal pública e ação direta de constitucionalidade.

Comentários:

É isso mesmo. O art. 129, CF/88, consiste em um **rol não-exaustivo** de atribuições do Ministério Público. Dentro das funções institucionais do Ministério Público, estão as de promover a ação penal pública (art. 129, I) e a ação direta de constitucionalidade (art. 129, IV). Questão correta.

10. (CESPE / TCE-PE – 2017) O princípio constitucional da indivisibilidade do Ministério Público veda aos integrantes da carreira a possibilidade de substituição de uns pelos outros.

Comentários:

É exatamente o contrário. O princípio da indivisibilidade **permite que os integrantes do Ministério Público sejam substituídos** uns pelos outros ao longo do processo, desde que sejam da mesma carreira. Questão errada.

11. (CESPE / PC-GO – 2017) No modelo de funcionamento da justiça montado no Brasil, entendeu-se ser indispensável a existência de determinadas funções essenciais à justiça. Nesse sentido, a CF considera como funções essenciais à justiça

- a) o Poder Judiciário, o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- b) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- c) o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- d) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia.
- e) o Poder Judiciário, o Ministério Público e a defensoria pública.

Comentários:

A Constituição Federal considera como funções essenciais à justiça o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia. O gabarito é a letra D.

12. (CESPE / PC-GO – 2017) À luz da CF, assinale a opção correta a respeito do Ministério Público.

- a) Segundo a CF, são princípios institucionais aplicáveis ao Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade, a independência funcional e a inamovibilidade.
- b) Foi com a CF que a atividade do Ministério Público adquiriu o status de função essencial à justiça.
- c) O STF, ao tratar das competências e prerrogativas do Ministério Público, estabeleceu o entendimento de que membro desse órgão pode presidir inquérito policial.
- d) A CF descreve as carreiras abrangidas pelo Ministério Público e, entre elas, elenca a do Ministério Público Eleitoral.
- e) A exigência constitucional de que o chefe do Ministério Público da União, procurador-geral da República, pertença à carreira significa que ele, para o exercício do cargo, pode pertencer tanto ao Ministério Público Federal quanto ao estadual.

Comentários:

Letra A: errada. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional (art. 127, § 1º, CF).

Letra B: correta. Com a CF/88, o Ministério Público deixou de fazer parte do Poder Executivo, passando a integrar as funções essenciais à justiça. O *status* de instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado foi essencial para assegurar-lhe autonomia e independência.

Letra C: errada. Compete exclusivamente à polícia judiciária presidir o inquérito policial. Cabe ao Ministério Público somente requisitar a sua instauração.

Letra D: errada. A estrutura do Ministério Público está prevista no art. 128 da CF/88, que reproduzimos a seguir:

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

- a) o Ministério Público Federal;
- b) o Ministério Público do Trabalho;
- c) o Ministério Público Militar;
- d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II - os Ministérios Públicos dos Estados.

Não há Ministério Público Eleitoral.

Letra E: errada. O procurador-geral da República deve integrar a carreira do Ministério Público da União. Vejamos o que determina a Constituição:

Art. 127, § 1º O Ministério Público da União tem por chefe o **Procurador-Geral da República**, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da **carreira**, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

O gabarito é a letra B.

13. (CESPE / TCE-PA – 2016) Cabe ao próprio Ministério Público a iniciativa de propor ao Poder Legislativo a edição de lei ordinária que disponha sobre a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como sobre a política remuneratória e seus planos de carreira.

Comentários:

O Ministério Público tem a **iniciativa de propor ao Poder Legislativo** a edição de lei ordinária disposta sobre criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como sobre a política remuneratória e seus planos de carreira. É o que prevê o art. 127, § 2º, CF/88:

Art. 127 (...)

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Questão correta.

14. (CESPE / PC-PE – 2016) As funções institucionais do MP incluem promover, privativamente, a ação penal pública e exercer o controle externo da atividade policial, assim como a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Comentários:

O Ministério Público não tem competência para efetuar a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas. Essas são missões da Advocacia Pública. Questão errada.

15. (CESPE / PC-PE – 2016) Os procuradores-gerais dos MPs dos estados e o do Distrito Federal e Territórios serão nomeados pelos governadores dos estados e do Distrito Federal, conforme o caso, a partir de lista tríplice composta por integrantes da carreira, para mandato de dois anos.

Comentários:

O Procurador-Geral do Distrito Federal será **nomeado pelo Presidente da República**. Isso porque o Ministério Público do Distrito Federal é organizado e mantido pela União, integrando o MPU. Questão errada.

16. (CESPE / PC-PE–Escrivão – 2016) A respeito das funções institucionais do Ministério Público (MP), assinale a opção correta de acordo com os dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF).

- a) Como não está inserido na parte da CF que trata da segurança pública, o MP não pode exercer controle sobre a atividade policial.
- b) Indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais, o MP pode requisitar a instauração de inquérito policial.
- c) O rol de funções institucionais do MP previstos na CF é taxativo.
- d) Independentemente do tipo penal, compete exclusivamente ao MP a promoção da ação penal.
- e) O MP pode promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesse meramente individual disponível.

Comentários:

Letra A: errada. É função institucional do Ministério Público **exercer o controle externo** da atividade policial, na forma de lei complementar (art. 129, VII, CF/88).

Letra B: correta. É função institucional do Ministério Público **requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial**, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais (art. 129, VIII, CF/88).

Letra C: errada. O rol de funções institucionais do Ministério Público é **exemplificativo**. Isso fica claro ao lemos o art. 129, IX, CF/88, que abre espaço para que outras funções sejam atribuídas ao Ministério Público.

Art. 129 - São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Letra D: errada. A promoção da ação penal **não é exclusividade** do Ministério Público. O Ministério Público tem **competência privativa** para promover a ação penal, na forma da lei. Nos crimes de ação penal privada, é o próprio ofendido que promoverá a ação penal.

Letra E: errada. É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros **interesses difusos e coletivos** (art. 129, III, CF/88). Assim, o inquérito civil e a ação civil pública não se destinam a proteger interesses meramente individuais.

O gabarito é a letra B.

17. (CESPE / TRE-PI – 2016) Dado o princípio da unidade, os membros do MP podem ser substituídos uns pelos outros, desde que sejam da mesma carreira.

Comentários:

É o **princípio da indivisibilidade** que permite que os membros do Ministério sejam substituídos uns pelos outros, desde que sejam da mesma carreira. Questão errada.

18. (CESPE / TRE-RS – 2015) Constituem funções essenciais à justiça a magistratura, o Ministério Público, a advocacia pública e a defensoria pública.

Comentários:

São funções essenciais à Justiça o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia. Questão errada.

19. (CESPE / TRE-GO – 2015) O Ministério Público Eleitoral é parte integrante do Ministério Público da União, tem estrutura própria e é composto por procuradores investidos no serviço público mediante aprovação em concurso próprio para a respectiva carreira.

Comentários:

O Ministério Público Eleitoral não é parte do MPU. Integram o Ministério Público da União: i) o Ministério Público Federal; ii) o Ministério Público do Trabalho; iii) o Ministério Público Militar; iv) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (art. 128, CF). Questão errada.

20. (CESPE / TRF 1ª Região – 2015) Dado o princípio da indivisibilidade, o MP é uma instituição una, podendo seus membros, que não se vinculam aos processos nos quais atuam, ser substituídos uns pelos outros de acordo com as normas legais.

Comentários:

É exatamente esse o entendimento acerca do princípio da indivisibilidade. Os **membros do Ministério Público não estão vinculados aos processos** nos quais atuam, podendo ser substituídos por outros. Questão correta.

21. (CESPE / TJ-SE – 2014) O princípio da independência funcional e, *a fortiori*, o princípio do promotor natural protegem o membro do Ministério Público (MP) contra ato de superior que pretenda subtrair-lhe competência fixada por critérios predeterminados abstratamente.

Comentários:

O princípio do promotor natural tem como fundamento o princípio independência funcional dos membros do Ministério Público. Em razão desses princípios, a designação de um membro do Ministério Público para um processo deve obedecer a **critérios predeterminados**. Assim, um membro do MP **não poderá ser arbitrariamente afastado** de um processo. Questão correta.

22. (CESPE / TJ-CE – 2014) O Ministério Público, instituição permanente que desempenha atividade essencial à função jurisdicional do Estado, é subordinado administrativamente ao Poder Judiciário.

Comentários:

O Ministério Público é **instituição autônoma**, não estando subordinado ao Poder Judiciário. Questão errada.

23. (CESPE / TJ-CE – 2014) São princípios institucionais do Ministério Público a seletividade, a uniformidade e a independência funcional.

Comentários:

São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e independência funcional. Questão errada.

24. (CESPE / TJ-CE – 2014) Os procuradores-gerais dos estados poderão ser destituídos por deliberação do procurador-geral da República.

Comentários:

O Procurador-Geral da República não pode destituir os Procuradores-Gerais de Justiça. Os Procuradores-Gerais de Justiça podem ser destituídos por deliberação da **maioria absoluta do Poder Legislativo**. Questão errada.

25. (CESPE / TJ-CE – 2014) O Ministério Público Federal abrange o Ministério Público Militar.

Comentários:

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Militar (MPM) **integram o Ministério Público da União (MPU)**. Questão errada.

26. (CESPE / TJ-SE – 2014) A CF estabelece um rol exemplificativo de funções institucionais do MP, como, por exemplo, a função de promover, privativamente, as ações civil e penal públicas, na forma da lei.

Comentários:

De fato, o rol de funções institucionais do MP previsto na Constituição é exemplificativo. O erro do enunciado é que a competência do Ministério Público para promover a ação penal pública é privativa, mas para a ação civil não. A ação civil pública pode ser promovida, também, por outros legitimados. Questão errada.

27. (CESPE / TJ-CE – 2014) O procurador-geral da República será nomeado pelo presidente da República, devendo a sua escolha ser feita entre integrantes da carreira, com mais de trinta e cinco anos de idade, para mandato de dois anos, sendo permitida a recondução somente se não houver outros candidatos.

Comentários:

A recondução do Procurador-Geral da República é **sempre permitida**. A CF/88 não traz restrições a essa recondução. Questão errada.

28. (CESPE / CADE – 2014) A promoção de ação de constitucionalidade e a representação ao STF para fins de intervenção da União em um estado da Federação constituem funções institucionais do Ministério Público.

Comentários:

Essas são, de fato, **funções institucionais** do Ministério Público, na forma do art. 129, IV, CF/88. Questão correta.

29. (CESPE / MPE-RO – 2010) A independência funcional e a vitaliciedade figuram entre os princípios institucionais do MP.

Comentários:

A vitaliciedade não é princípio institucional do MP, mas sim uma garantia dos seus membros. Questão errada.

30. (CESPE / MPE-RO – 2010) A CF admite, em caráter excepcional, a nomeação de promotor *ad hoc*.

Comentários:

Com base no princípio da independência funcional, a doutrina e a jurisprudência conceberam o princípio do promotor natural, segundo o qual o acusado tem direito a sofrer intervenção, em seu processo, de Promotor designado em obediência aos critérios constitucionais e legais. Assim, não se admite nomeação de promotor *ad hoc*. Questão errada.

31. (CESPE / MP-PI – 2012) Compete privativamente ao MP promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Comentários:

Trata-se de função institucional do MP, mas não privativa. Isso porque o art. 129, IX, § 1º da Constituição prevê que “*a legitimização do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na Lei*” . Questão errada.

32. (CESPE / MPE-RO – 2010) As funções institucionais do MP dispostas na CF constituem rol exemplificativo, o que facilita aos estados e aos municípios, por intermédio de legislação própria, o estabelecimento de outras atribuições compatíveis com a finalidade constitucional da instituição.

Comentários:

O erro do enunciado é que não existe Ministério Público municipal. De fato, o rol é exemplificativo. Questão errada.

33. (CESPE / TRE-MA – 2009) Apesar de ser assegurada autonomia funcional e administrativa ao MP, a iniciativa legislativa para criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira dos seus servidores cabem ao Poder Judiciário.

Comentários:

A iniciativa legislativa, nesses casos, é do Ministério Público. Questão errada.

34. (CESPE / TRE-MA – 2009) O MP da União engloba, entre outros, o MPDFT.

Comentários:

De fato, o MPDFT faz parte da estrutura do MPU. Questão correta.

35. (CESPE / TJ-RR – 2012) Os membros do MP gozam de vitaliciedade, após dois anos de exercício, e só perderão o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

Comentários:

É o que dispõe o art. 128, § 5º, I, “a”, da Constituição Federal. Questão correta.

36. (CESPE / TJDFT – 2007) Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, de acordo com os limites legais.

Comentários:

É o que determina o art. 127, § 4º, da Constituição Federal. Questão correta.

37. (CESPE / TRT 21ª Região – 2010) Aos membros do Ministério Público, assim como aos juízes, é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Comentários:

É isso mesmo! Fundamento: art. 128, § 6º, CF. Questão correta.

38. (CESPE / ABIN – 2010) Ao MP incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e a observância dos princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e independência funcional, previstos na CF.

Comentários:

É o que determina o art. 127 da Constituição. Questão correta.

39. (CESPE / MPU – 2010) São funções essenciais à justiça as do Ministério Público, da advocacia pública, da advocacia privada e da defensoria pública.

Comentários:

É o que se depreende do Capítulo IV da Constituição Federal, que tem como Seções cada uma dessas funções. Questão correta.

40. (CESPE / TRE-MA – 2009) A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, prescinde de autorização do Senado Federal.

Comentários:

A destituição do PGR necessita de autorização da maioria absoluta do Senado Federal (art. 128, § 2º, CF). Esta é imprescindível! Questão errada.

41. (CESPE / TRE-MA – 2009) Os MPs dos estados e o MPDFT formam lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu procurador-geral, que é nomeado pelo presidente do tribunal de justiça, para mandato de três anos, permitida uma recondução.

Comentários:

Determina o art. 128, § 3º, da Constituição que:

§ 3º - Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Questão errada.

42. (CESPE / TJ-SE – 2014) Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do MP devem ser indicados pelo procurador-geral da República, que submeterá sua indicação à aprovação do Senado Federal.

Comentários:

Os membros do CNMP oriundos do Ministério Público (4 do MPU e 3 dos MPE's) são **indicados pelo respectivo Ministério Público**, na forma da lei. Questão errada.

43. (CESPE / TJ-SE – 2014) O Conselho Nacional do Ministério Público tem competência para apreciar e desconstituir, inclusive de ofício, atos administrativos praticados pelos membros do *Parquet*.

Comentários:

O CNMP tem competência para **apreciar a legalidade** dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo **desconstituir-los**, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Questão correta.

44. (CESPE / TJ-CE – 2014) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por quatorze membros nomeados pelo presidente da República, após aprovação do Senado Federal.

Comentários:

São 14 (quatorze) os membros do CNMP, os quais são nomeados pelo Presidente da República após aprovação do Senado Federal. Questão correta.

45. (CESPE / MPE-AC – 2014) Compete ao Conselho Nacional do MP o controle da atuação administrativa, financeira e da independência funcional dos membros do MP, competindo-lhe, entre outras atribuições, a revisão, de ofício ou mediante provocação, de processos disciplinares de membros do MPE julgados há menos de um ano.

Comentários:

O CNMP é responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do **cumprimento dos deveres funcionais** de seus membros. Não há que se falar em controle da independência funcional. Questão errada.

46. (CESPE / MPE-RN – 2009) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto de quatorze membros, entre os quais cinco membros dos MPs dos estados, cada um representando uma região da Federação.

Comentários:

Não são cinco os membros dos MPs dos estados, mas sim, três. Questão errada.

47. (CESPE / MPE-RN – 2009) O Conselho Nacional do Ministério Público deve ser presidido por seu membro mais antigo.

Comentários:

O CNMP é presidido pelo Procurador-Geral da República (PGR). Questão errada.

48. (CESPE / MPE-RN – 2009) O Conselho Nacional do Ministério Público não tem poderes para determinar a remoção de membro do MP.

Comentários:

Compete ao CNMP (art. 130-A, § 2º, III, CF) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, **determinar a remoção**, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa. Questão errada.

Advocacia Pública

49. CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, não depende de autorização do Senado Federal.

Gabarito: Errado

Comentário:

O procedimento estabelecido pela CF/88 visando a destituição do Procurador-Geral da República ocorre a partir de iniciativa do Presidente da República, sendo a mesma precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

Veja trecho a seguir da CF/88

Art. 128. O Ministério Público abrange:

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

50. CEBRASPE (CESPE) - AFCE (TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Considerando os termos da CF e a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.

É inconstitucional a lei estadual que confere às procuradorias-gerais dos estados competência para controlar serviços jurídicos de autarquias e de fundações públicas.

Gabarito: Errado

Comentário:

Nos termos da jurisprudência do STF, pautada no art. 132 da Carta Política, e que estabelece a abrangência das Procuradorias dos Estados à representação e consultoria jurídicas apenas da Administração Direta, autárquica e fundacional, não abrangendo as empresas estatais:

"1. O art. 132 da Constituição Federal confere às Procuradorias dos Estados atribuições para as atividades de consultoria jurídica e representação judicial das respectivas unidades federadas, aí se compreendendo apenas a administração pública direta, autárquica e fundacional. 2. A atuação de órgãos da Advocacia Pública em prol de empresas públicas e sociedades de economia mista, além de descharacterizar o perfil constitucional atribuído às Procuradorias dos Estados, implicaria favorecimento indevido a entidades que não gozam do regime jurídico de Fazenda Pública, em afronta ao princípio constitucional da isonomia" (ADI 3.536/SC, rel. Min. Alexandre de Moraes, julg. em 3/10/2019)"

Veja trecho a seguir da CF/88:

Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exerçerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

51. CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Julgue o item que se segue à luz da doutrina majoritária de direito constitucional e da jurisprudência atual e majoritária do STF.

Segundo o STF, os procuradores municipais integram a categoria da advocacia pública, a qual foi inserida pela CF no rol das funções essenciais à justiça.

Gabarito: Certo

Comentário:

É exatamente isso o que decidiu o STF, conforme abaixo:

"A expressão ‘Procuradores’, contida na parte final do inciso XI do art. 37 da Constituição da República, comprehende os Procuradores Municipais, uma vez que estes se inserem nas funções essenciais à Justiça, estando, portanto, submetidos ao teto de noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. STF. Plenário. RE 663696/MG, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 28/2/2019 (Info 932)."

52. CEBRASPE (CESPE) - Tec (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

De acordo com as disposições constitucionais relativas ao Conselho Nacional de Justiça e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

O advogado-geral da União, escolhido pelo presidente da República, deve ser membro de carreira da Advocacia-Geral da União.

Gabarito: Errado

Comentário:

A nomeação de Advogado-Geral da União, feita pelo Presidente da República, é de livre nomeação entre cidadãos maiores de 35 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada (Art. 131, § 1º, CF). A Constituição Federal não exige que o referido cidadão seja membro de carreira da AGU.

Veja abaixo o texto constitucional:

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

53. CEBRASPE (CESPE) - Tec (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

De acordo com as disposições constitucionais relativas ao Conselho Nacional de Justiça e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

As procuradorias de estado gozam de autonomia administrativa e financeira.

Gabarito: Errado

Comentário:

Segundo o posicionamento do STF reproduzido abaixo, as procuradorias estaduais fazem parte da estrutura dos respectivos Poderes Executivos, motivo pelo qual não possuem qualquer tipo de autonomia financeira, administrativa e funcional.

“As Procuradorias de Estado, por integrarem os respectivos Poderes Executivos, não gozam de autonomia funcional, administrativa ou financeira, uma vez que a administração direta é uma e não comporta a criação de distinções entre órgãos em hipóteses não contempladas explícita ou implicitamente pela Constituição Federal. (STF. Plenário. ADI 5029, Rel. Luiz Fux, julgado em 15/04/2020.”

54. CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

A Constituição Federal de 1988 assegura aos membros da advocacia pública as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de seus subsídios.

Gabarito: Errado

Comentário:

Apesar do direito à estabilidade após 3 anos de exercício, a CF/88 não determinou aos membros da advocacia pública as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de seus subsídios.

55. (CESPE / PGE-SE – 2017) De acordo com a CF e a jurisprudência do STF, o procurador-geral de estado:

- a) perderá o cargo efetivo apenas em virtude de sentença judicial transitada em julgado, caso seja integrante da carreira de procurador estadual.
- b) deve, necessariamente, ter sido aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, caso seja integrante da carreira de procurador estadual.
- c) goza da garantia de inamovibilidade.
- d) ocupa cargo comissionado de livre nomeação e exoneração pelo governador do estado.
- e) tem competência para a iniciativa de lei ordinária sobre a organização da procuradoria-geral do estado.

Comentários:

Letra A: errada. Os servidores públicos estáveis **podem perder o cargo** nas seguintes hipóteses: **i)** sentença judicial transitada em julgado; **ii)** processo administrativo no qual lhe seja assegurada ampla defesa; **iii)** avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa e; **iv)** excesso de despesas com pessoal (art. 169, § 3º, CF/88). Desse modo, a perda do cargo **não será apenas** em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Letra B: errada. O cargo de Procurador-Geral do Estado é de livre nomeação e exoneração. Assim, ele **não precisa, necessariamente**, ser integrante da carreira de Procurador estadual.

Letra C: errada. A inamovibilidade é garantia funcional dos juízes e membros do Ministério Público. Assim, o Procurador-Geral do Estado **não possui** inamovibilidade.

Letra D: correta. O Procurador-Geral do Estado é de **livre nomeação e exoneração** pelo Governador.

Letra E: errada. A organização e funcionamento da Procuradoria-Geral do Estado deve ser objeto de **lei complementar**.

O gabarito é a letra D.

56. (CESPE / PC-GO–Escrivão – 2016) A Advocacia-Geral da União é a instituição competente para representar extrajudicialmente a União, o que inclui, por exemplo, a representação do ente central perante o Tribunal de Contas da União.

Comentários:

A Advocacia-Geral da União (AGU) tem competência para representar a União, judicial e extrajudicialmente. Isso inclui também a representação da União perante o TCU. Questão correta.

57. (CESPE / TRF 1ª Região – 2015) A AGU representa os interesses da União no âmbito judicial e na consultoria e assessoramento jurídico aos poderes da República.

Comentários:

A Advocacia-Geral da União (AGU) somente presta consultoria e assessoramento jurídico ao **Poder Executivo** (e não aos demais Poderes!). Questão errada.

58. (CESPE / ANATEL – 2014) Cabe à Advocacia-Geral da União a representação judicial e extrajudicial não apenas do Poder Executivo, mas também dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Comentários:

A Advocacia-Geral da União tem competência para exercer a representação judicial e extrajudicial da União, de todos os seus Poderes. Questão correta.

59. (CESPE / TJ-SE – 2014) Cabe ao Ministério Público Federal representar a União na execução de sua dívida ativa de natureza tributária.

Comentários:

Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**, observado o disposto em lei (art. 131, § 3º, CF). Questão errada.

60. (CESPE / TJ-SE – 2014) De acordo com a CF, a representação judicial dos estados, do Distrito Federal e dos municípios cabe exclusivamente aos procuradores organizados em carreira, dependendo o ingresso nessa carreira de aprovação em concurso público de provas e títulos.

Comentários:

A Constituição não menciona os Procuradores dos Municípios. A Carta Magna apenas prevê, em seu artigo 132, o papel dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal. Questão errada.

61. (CESPE / TJ-SE – 2014) As atividades de consultoria e assessoramento jurídico do TCU são da competência da AGU.

Comentários:

A Advocacia-Geral da União é responsável pela consultoria e assessoramento jurídico **apenas do Poder Executivo**. Questão errada.

62. (CESPE / TJ-SE – 2014) Às procuradorias estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Comentários:

As instituições da Advocacia Pública não possuem autonomia funcional e administrativa, pois estão **vinculadas ao Poder Executivo**. Questão errada.

63. (CESPE / TJDFT – 2007) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas e serão estáveis após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

Comentários:

O erro da questão é que os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal adquirem estabilidade após três anos de efetivo exercício (art. 132, parágrafo único, Constituição Federal). Questão errada.

Defensoria Pública

64. CEBRASPE (CESPE) - DP PA/DPE PA/2022

Assunto: Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

Considerando a jurisprudência majoritária e atual do STF a respeito da legitimidade da DP para o ajuizamento de ação civil pública, assinale a opção correta.

- a) O STF entendeu que a referida questão é infraconstitucional e depende do exame da legislação processual, tendo negado a existência de repercussão geral sobre o tema.
- b) A DP tem legitimidade ampla para a propositura de ação civil pública que vise promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos.
- c) A DP não possui legitimidade para a propositura de ação civil pública. Contudo, pode atuar no polo ativo como assistente do MP na defesa dos direitos dos hipossuficientes e das pessoas necessitadas.
- d) A DP tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.
- e) A DP não possui legitimidade para a propositura de ação civil pública, uma vez que apenas o MP possui legitimidade para defender em juízo direitos difusos e coletivos.

Gabarito: D

Comentários:

A questão cobrou do candidato o conhecimento sobre a jurisprudência do STF a respeito da legitimidade da DP para o ajuizamento de ação civil pública, vejamos:

RE 733433/2015 / MG: “A **Defensoria Pública tem legitimidade** para a propositura de **ação civil pública** que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que **sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas**”.

65. CEBRASPE (CESPE) - DP PI/DPE PI/2022

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) a respeito das funções essenciais à justiça e a jurisprudência do STJ e do STF a esse respeito, assinale a opção correta.

- a) À Defensoria Pública é atribuída a função de promoção dos direitos humanos e defesa do regime democrático, com a orientação jurídica dos necessitados, sendo cabível, inclusive, a celebração de convênios para esse mister constitucional.
- b) O fato de Defensoria Pública estadual não possuir representação física na cidade de Brasília é critério suficiente para que a Defensoria Pública da União assista as partes em sede de recurso especial.
- c) A CF dispõe que a Defensoria Pública é instituição permanente e essencial ao funcionamento da justiça, atribuindo-lhe, entre outras, a função de promover a defesa dos hipossuficientes em sede judicial, o que inviabiliza, portanto, a sua atuação no polo ativo de ação penal.
- d) Em caso de excepcional interesse público, as Constituições estaduais podem ampliar o limite temporal para exercício do direito de opção pela carreira de defensor público previsto no artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).
- e) Constituição estadual pode atribuir foro por prerrogativa de função para defensores público.

Gabarito: A

Comentários:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

Vejamos como a Constituição Federal e a jurisprudência tratam o tema:

CF. Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

É inconstitucional lei estadual que preveja que o serviço de “assistência jurídica gratuita” será feito primordialmente por advogados dativos e não pela Defensoria Pública. **É possível a realização de convênio com a OAB para que esta desenvolva serviço de assistência jurídica gratuita por meio de defensoria dativa**, desde que como forma de suplementar a Defensoria Pública ou de suprir eventuais carências desta. STF. Plenário. ADI 3892/SC, ADI 4270/SC, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 14/3/2012 (Info 658)

A **alternativa B** está incorreta.

A DPU só pode atuar nos processos das Defensorias Públicas estaduais se a respectiva Defensoria Pública estadual: não tiver representação em Brasília; e não tiver aderido ao Portal de Intimações Eletrônicas do STJ. STJ. 5ª Turma. PET no AREsp 1513956-AL, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 17/12/2019 (Info 664).

A alternativa C está incorreta.

LC 80/1994, Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

XV – patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;

A alternativa D está incorreta.

STF, ADI 3603: as Constituições Estaduais não podem ampliar a excepcionalidade admitida pelo art. 22 do ADCT (Art. 22. É assegurado aos defensores públicos investidos na função até a data de instalação da Assembleia Nacional Constituinte o direito de opção pela carreira, com a observância das garantias e vedações previstas no art. 134, parágrafo único, da Constituição).

A alternativa E está incorreta.

STF, ADI 6501: é inconstitucional norma de constituição de estado-membro fixadora de foro por prerrogativa de função a autoridades não contempladas pela Constituição Federal, como, por exemplo, os defensores públicos.

66. CEBRASPE (CESPE) - DP PI/DPE PI/2022

Tendo em vista a jurisprudência do STF no que se refere à relação entre finanças públicas e Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- a) Em atendimento ao equilíbrio financeiro e atuarial, é constitucional lei que defina requisitos legais diferentes em razão do gênero para efeito de outorga de pensão por morte de ex-servidores públicos.
- b) Na dinâmica orçamentária estadual, o Poder Executivo atua apenas como órgão arrecadador dos recursos, não havendo espaço para discricionariedade acerca do repasse dos duodécimos das verbas destinadas à Defensoria Pública pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO).
- c) Com respaldo na garantia constitucional de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, será constitucional lei estadual que atribua à Defensoria Pública do estado o ônus de defesa judicial de servidores públicos que eventualmente sejam processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo.
- d) A autonomia funcional e administrativa conferida à Defensoria Pública estadual assegura, conforme a CF, a gestão dos recursos e de pessoal da instituição, sem, contudo, incluir a prerrogativa de formulação da própria proposta orçamentária.
- e) Será constitucional lei estadual que atribua a governador de estado a competência para nomear cargos de chefia na estrutura organizacional da Defensoria Pública estadual.

Gabarito: B

Comentários:

A **alternativa A** está incorreta.

Nesse ponto, veja o entendimento do STF:

É inconstitucional, por **transgressão ao princípio da isonomia entre homens e mulheres** (art. 5º, I, da CF/88), a exigência de requisitos legais diferenciados para efeito de outorga de pensão por morte de ex-servidores públicos em relação a seus respectivos cônjuges ou companheiros/companheiras (art. 201, V, da CF/88).

STF. Plenário. RE 659424/RS, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 9/10/2020 (Repercussão Geral – Tema 457) (Info 994).

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

Vejamos como a jurisprudência trata o tema:

O Governador do Estado é obrigado a efetuar o **repasse**, sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês, da integralidade dos recursos orçamentários destinados à Defensoria Pública estadual pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro, inclusive quanto às parcelas já vencidas, assim também em relação a eventuais créditos adicionais destinados à instituição.

STF. Plenário. ADPF 384 Ref-MC/MG, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 6/8/2020 (Info 985).

A **alternativa C** está incorreta.

STF: "Norma estadual que atribui à Defensoria Pública do estado a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo **extrapolou o modelo da CF (art. 134)**, o qual restringe as atribuições da Defensoria Pública à assistência jurídica a que se refere o art. 5º, LXXIV." (ADI 3.022, rel. min. Joaquim Barbosa, julgamento em 2-8-2004, Plenário, DJ de 4-3-2005

A **alternativa D** está incorreta.

É inconstitucional a Lei de Diretrizes Orçamentárias que seja **elaborada sem contar com a participação da Defensoria Pública** para elaborar as respectivas propostas orçamentárias. Assim, a LDO enviada pelo Governador do Estado à Assembleia Legislativa deve contar com a participação prévia da Defensoria Pública. Isso porque a LDO fixa limites do orçamento anual que será destinado à Instituição. Além do § 2º, também deve ser aplicado o 1º do art. 99 da CF/88 às Defensorias Públicas.

STF. Plenário. ADI 5381 Referendo-MC/PR, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 18/5/2016 (Info 826).

A **alternativa E** está incorreta.

É inconstitucional lei estadual que atribui ao chefe do Poder Executivo estadual competências administrativas no âmbito da Defensoria Pública.

Assim, viola o art. 134, § 2º da CF/88 a lei estadual que preveja que compete ao Governador:

- a) a nomeação do Subdefensor Público-Geral, do Corregedor-Geral, dos Defensores Chefes e do Ouvidor da Defensoria Pública estadual;
- b) autorizar o afastamento de Defensores Públicos para estudos ou missão;
- c) propor, por meio de lei de sua iniciativa, o subsídio dos membros da Defensoria Pública.

STF. Plenário. ADI 5286/AP, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 18/5/2016 (Info 826).

67. CEBRASPE (CESPE) - DP SE/DPE SE/2022

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- a) a Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura da ação civil pública, ainda que esta vise promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.
- b) o exercício do cargo de defensor público exige que este esteja inscrito nos registros da Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) facilita-se ao defensor público, ao ingressar na carreira, optar por perceber o regime remuneratório de subsídio, que seja percebido pela carreira, ou adotar o modelo remuneratório de vencimentos cumulado com o percepimento de gratificações.
- d) a Defensoria Pública não pode prestar orientação jurídica e exercer a defesa em favor de pessoas jurídicas.
- e) a Defensoria Pública integra a estrutura do Poder Executivo.

Gabarito: A

Comentários:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

A questão cobrou do candidato o conhecimento sobre a jurisprudência do STF a respeito da legitimidade da DP para o ajuizamento de ação civil pública, vejamos:

RE 733433/2015 / MG: “A **Defensoria Pública tem legitimidade** para a propositura de **ação civil pública** que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, **em tese, pessoas necessitadas**”.

A **alternativa B** está incorreta.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a exigência de inscrição dos defensores públicos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é constitucional. A decisão foi tomada, por maioria de votos, no julgamento

do Recurso Extraordinário (RE) 1240999, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.074), e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4636.

A **alternativa C** está incorreta.

A alternativa trouxe uma afirmação inverídica ao afirmar que faculta-se ao defensor público, ao ingressar na carreira, optar por perceber o regime remuneratório de subsídio, que seja percebido pela carreira, ou adotar o modelo remuneratório de vencimentos cumulado com o recebimento de gratificações.

Veja a previsão constitucional:

Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º.

Art. 39, § 4º da CF/88: O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados **exclusivamente por subsídio fixado em parcela única**, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

A **alternativa D** está incorreta.

A **Defensoria Pública**, agente de transformação social, **tem por tarefa assistir aqueles que, de alguma forma, encontram barreiras para exercitar seus direitos**. Naturalmente sua atribuição precípua é o resguardo dos interesses dos carentes vistos sob o prisma financeiro. Todavia, ressalto, não é a única. Ora, as desigualdades responsáveis pela intensa instabilidade social não são apenas de ordem econômica".

STF. Plenário. ADI 4636/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 3/11/2021 (Info 1036).

A **alternativa E** está incorreta.

Desde a Emenda Constitucional nº 45/2004, as Defensorias Públicas Estaduais passaram a contar com autonomia administrativa e funcional (art. 134, §2º da Constituição Federal), bem como financeira (art. 168, CF), **estando fora, portanto, da estrutura do Poder Executivo**.

68. CEBRASPE (CESPE) - DP TO/DPE TO/2022

Na hipótese de violação às prerrogativas da Defensoria Pública da União (DPU), a defesa judicial de tal temática, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, poderia ser exercida

- pela Defensoria Pública, independentemente de representação judicial da Advocacia-Geral da União.
- pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.
- por entidade associativa com pertinência temática, mas não por nenhuma das instituições integrantes das funções essenciais à justiça.
- pela Advocacia-Geral da União, mas não pela Defensoria Pública.

e) pela Advocacia-Geral da União e pelo Ministério Público.

Gabarito: A

Comentários:

A Defensoria Pública tem a garantia de estar em juízo para defesa de suas prerrogativas e funções institucionais, não se mostrando necessário, nessa hipótese, que sua representação judicial fique a cargo da Advocacia-Geral da União. (Rel. Min. Dias Toffoli, j. 13-9-2019, P, DJE de 2-10-2019).

69. CEBRASPE (CESPE) - DP TO/DPE TO/2022

Considere que uma pessoa transgênero e hipossuficiente tenha procurado a Defensoria Pública para que lhe seja assegurada judicialmente a alteração de seu prenome no registro civil. De acordo com os dispositivos presentes na Constituição Federal de 1988 e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, essa pessoa

- a) não pode ser representada Defensoria Pública, já que tal circunstância não consta do rol de atribuições dessa instituição.
- b) pode ser representada pela Defensoria Pública, dada a sua hipossuficiência, embora a pretensão não encontre amparo no catálogo de direitos fundamentais.
- c) não pode ser representada pela Defensoria Pública, já que a alteração do prenome, nessa circunstância, deve ser feita pela via administrativa.
- d) pode ser representada pela Defensoria Pública em juízo, enquanto eventual denegação judicial de alteração do prenome preservaria o direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade.
- e) pode ser representada pela Defensoria Pública, com o objetivo de assegurar a efetivação do direito à igualdade e do direito ao livre desenvolvimento da personalidade.

Gabarito: E

Comentários:

O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa. Essa alteração deve ser averbada à margem do assento de nascimento, vedada a inclusão do termo “transgênero”. Nas certidões do registro não constará nenhuma observação sobre a origem do ato, vedada a expedição de certidão de inteiro teor, salvo a requerimento do próprio interessado ou por determinação judicial. Efetuando-se o procedimento pela via judicial, caberá ao magistrado determinar de ofício ou a requerimento do interessado a expedição de mandados específicos para a alteração dos demais registros nos órgãos públicos ou privados pertinentes, os quais deverão preservar o sigilo sobre a origem dos atos.

De acordo com o art. Art. 134 da CRFB/88, “a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal”.

70. CEBRASPE (CESPE) - PPE (SERES PE)/SERES PE/2022

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Defensoria Pública tem, entre outras funções institucionais, a incumbência de

- a) zelar pelo respeito aos direitos constitucionais pelos poderes públicos e serviços de relevância pública.
- b) defender judicialmente os interesses das populações indígenas.
- c) exercer o controle externo da atividade policial.
- d) promover os direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma gratuita, aos necessitados.
- e) promover ação de inconstitucionalidade para fins de intervenção da União e dos estados.

Gabarito: D

Comentários:

Questão cobrou o conhecimento da literalidade da CF/88, vejamos,

Art. 134 da CF/88. A **Defensoria Pública** é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a **promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos**, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5.º desta Constituição Federal.”

As demais atribuições são todas do Ministério Público.

71. CEBRASPE (CESPE) - AAAJ (DP DF)/DP DF/Direito e Legislação/2022

Acerca dos fundamentos da organização dos Poderes e do Distrito Federal, julgue o seguinte item.

Às pessoas naturais e jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que comprovarem insuficiência de recursos é garantida a prestação da assistência jurídica integral e gratuita por meio da Defensoria Pública.

Gabarito: Certo

Comentário:

Para o STF, a Constituição Federal outorga à Defensoria Pública autonomia e regime próprio e sua função é atender aos necessitados, inclusive pessoas jurídicas, que comprovem insuficiência de recursos, na forma da lei:

"Ação direta de constitucionalidade. 2. Art. 4º, inciso V, expressão "e jurídicas" e § 6º, da Lei Complementar nº 80/1994, com a redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 132/2009. 3. Atendimento de pessoas jurídicas pela Defensoria Pública. Possibilidade. 4. Capacidade postulatória do Defensor Público em razão de nomeação e posse no cargo. Constitucionalidade. 5. Ação direta de constitucionalidade julgada improcedente" (ADI 4.636 DF, rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 4/11/2021)

Além disso, a Lei Orgânica do DF estabelece o seguinte, em consonância com a Constituição Federal:

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

VII - garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Art. 114. A Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe fundamentalmente, como expressão e instrumento do regime democrático, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa judicial e extrajudicial, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos de forma integral e gratuita aos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal.

Constituição Federal:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

72. CEBRASPE (CESPE) - AAAJ (DP DF)/DP DF/Direito e Legislação/2022

Em relação aos direitos difusos e coletivos, julgue o item a seguir. Segundo o entendimento predominante no Supremo Tribunal Federal, é reconhecida a legitimidade da Defensoria Pública para propor, em determinadas circunstâncias, ação civil pública em defesa de direitos difusos ou coletivos.

Gabarito: Certo

Comentário:

A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas, conforme já assentou o STF, em tema de repercussão geral:

"Repercussão geral reconhecida. Mantida a decisão objurgada, visto que comprovados os requisitos exigidos para a caracterização da legitimidade ativa. Negado provimento ao recurso extraordinário. Assentada a tese de que a Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas". (RE 733.433, Tema 607, relator Min. Dias Toffoli, julg. em 4/11/2015)

Posteriormente, o STF assentou a legitimidade da Defensoria Pública para atuar na tutela de interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos, de que sejam titulares pessoas necessitadas, inclusive sem necessidade de prévia comprovação da situação de vulnerabilidade, por meio de ação civil pública ou outro remédio jurídico adequado, inexistindo prejuízo institucional para o Ministério Público.

O Parquet insurgiu-se contra essa prerrogativa da Defensoria por intermédio da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, na ADI 3.943, mas o Supremo assentou que inexiste norma que atribua ao Ministério Público prerrogativa exclusiva para ajuizar ações de proteção de direitos coletivos, conforme julgado abaixo:

"A LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA AJUIZAR AÇÃO CIVIL PÚBLICA NÃO ESTÁ CONDICIONADA À COMPROVAÇÃO PRÉVIA DA HIPOSSUFICIÊNCIA DOS POSSÍVEIS BENEFICIADOS PELA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A QUESTÃO SUSCITADA PELA EMBARGANTE FOI SOLUCIONADA NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 733.433/MG, EM CUJA TESE DA REPERCUSSÃO GERAL SE DETERMINA: "A DEFENSORIA PÚBLICA TEM LEGITIMIDADE PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM ORDEM A PROMOVER A TUTELA JUDICIAL DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS DE QUE SEJAM TITULARES, EM TESE, PESSOAS NECESSITADAS" Legitimidade ativa da defensoria pública para ajuizar ação civil pública (art. 5º, inc. II, da lei n. 7.347/1985, alterado pelo art. 2º da lei n. 11.448/2007). Tutela de interesses transindividuais (coletivos stricto sensu e difusos) e individuais homogêneos. Necessitado: definição segundo princípios hermenêuticos garantidores da força normativa da constituição e da máxima efetividade das normas constitucionais (...) Inexistência de norma de exclusividade do ministério público para ajuizamento de ação civil pública. Ausência de prejuízo institucional do ministério público pelo reconhecimento da legitimidade da defensoria pública." (ADI 3.943, rel. Min. Cármel Lúcia, julg. 7/5/2015).

73. CEBRASPE (CESPE) - TCE TCE RJ/TCE RJ/Técnico/2022

À luz das disposições constitucionais a respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

Aos defensores públicos é permitido o exercício da advocacia fora de suas atribuições institucionais — por exemplo, quando estiverem de férias.

Gabarito: Errado

Comentário:

Conforme vedação expressa do art. 134, § 1º, da Constituição Federal, conforme abaixo:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos

individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal .

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

74. CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

A garantia constitucional de prestação, pelo Estado, de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos é atribuição da Defensoria Pública.

Gabarito: Certo

Comentário:

A CF/88, a partir do disposto no inciso LXXIV, assegura aos necessitados, ou seja, a todos aqueles que comprovarem insuficiência de recursos, o direito fundamental à assistência jurídica integral, cabendo à Defensoria Pública o exercício dessa fundamental garantia, conforme trechos a seguir da CF/88:

Art. 5º, LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

75. (CESPE/ TJ-PA – 2020) Assinale a opção que apresenta o princípio constitucional que se aplica diretamente à carreira de defensoria pública.

- a) livre exercício da ação penal
- b) independência funcional
- c) inamovibilidade
- d) vitaliciedade
- e) irrecusabilidade

Comentários:

São princípios institucionais da Defensoria Pública a **unidade**, a **indivisibilidade** e a **independência funcional** (art. 134, § 4º, CF). O gabarito é a letra B.

76. (CESPE / MPC-PA – 2019) No que se refere às funções essenciais à justiça, conforme os dispositivos da CF, julgue os itens a seguir.

- I. Cabe ao Ministério Público a defesa judicial dos direitos das populações indígenas.
- II. São garantidas ao advogado público independência funcional e inamovibilidade.
- III. É vedado aos defensores públicos o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. É função institucional do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (art. 129, V, CF).

A **segunda assertiva** está errada. Essas garantias não são asseguradas aos advogados públicos pela Constituição.

A **terceira assertiva** está correta. Tal vedação está prevista no art. 134, § 1º, da Constituição.

O gabarito é a letra C.

77. (CESPE / PC-PE-Escrivão – 2016) Assinale a opção correta a respeito da defensoria e da advocacia públicas.

- a) A independência funcional no desempenho das atribuições previstas aos membros da defensoria pública garante a vitaliciedade no cargo.
- b) Os procuradores do estado representam, judicial e administrativamente, as respectivas unidades federadas, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- c) O defensor público, estadual ou federal, que presta orientação jurídica a necessitados pode também exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.
- d) À defensoria pública, instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, a necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas.
- e) A defensoria pública não está legitimada para propor ação civil pública: o constituinte concedeu essa atribuição apenas ao MP.

Comentários:

Letra A: errada. Os membros da Defensoria Pública **não gozam de vitaliciedade**.

Letra B: errada. Segundo o art. 132, CF/88, os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, **exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica** das respectivas **unidades federadas**. Não há menção à “representação administrativa” e à representação de entidades da administração indireta.

Letra C: errada. O Defensor Público **não pode** exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.

Letra D: correta. É exatamente o que prevê o art. 134, CF/88:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

Letra E: errada. O STF considera que a Defensoria Pública **tem competência** para propor ação civil pública.

O gabarito é a letra D.

78. (CESPE / TCE-SC – 2016) Como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a Defensoria Pública incumbe-se da orientação jurídica e da defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, em todas as esferas judiciais, cabendo-lhe atuar extrajudicialmente, em processos administrativos, apenas de maneira subsidiária, quando não existir, na respectiva localidade, serviço jurídico público ou privado de atendimento gratuito à população.

Comentários:

Não se pode dizer que a Defensoria Pública irá atuar apenas de maneira subsidiária em processos administrativos. A Defensoria Pública atuará em defesa dos necessitados, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente. Questão errada.

79. (CESPE / TCE-PA – 2016) Ao defensor público estadual é assegurada a garantia de inamovibilidade.

Comentários:

Os membros da Defensoria Pública, em todos os níveis federativos, têm a garantia da inamovibilidade. Vejamos o que diz o art. 134, § 4º, da CF/88:

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da **inamovibilidade** e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Questão correta.

80. (CESPE / PC-GO-Escrivão – 2016) A Compete à defensoria pública a defesa, de forma integral e gratuita, dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, bem como a promoção da ação penal pública nas hipóteses de crimes praticados contra os hipossuficientes.

Comentários:

A Defensoria Pública tem competência para a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, dos necessitados. A **promoção da ação penal** não é competência da Defensoria Pública, mas sim do **Ministério Público** (art. 129, I, CF/88). Questão errada.

81. (CESPE / TJDFT – 2015) Nas ações em que a defensoria pública atue representando hipossuficiente contra a fazenda pública, não cabe condenação em honorários sucumbenciais.

Comentários:

Segundo a Súmula nº 421, do STJ, os **honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública** quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público à qual pertença. Questão correta.

82. (CESPE / TJDFT – 2015) A defensoria pública possui legitimidade para instauração de inquérito civil público.

Comentários:

O Ministério Público é que tem legitimidade para instaurar inquérito civil público (art. 129, III, CF). Questão errada.

83. (CESPE / DPE-PE – 2015) Aos defensores públicos empossados após a promulgação da CF é permitido o exercício da advocacia privada, desde que não conflitante com o exercício de suas atribuições institucionais.

Comentários:

Os Defensores Públícos **não podem exercer a advocacia fora das atribuições institucionais** (art. 134, § 1º, CF). Questão errada.

84. (CESPE / TJ-SE – 2014) Aos membros das defensorias públicas da União, do DF e dos estados é assegurada a garantia da inamovibilidade, sendo-lhes vedado o exercício da advocacia fora de suas atribuições institucionais.

Comentários:

Os Defensores Públícos têm a garantia da **inamovibilidade** e **não podem exercer a advocacia** fora das suas atribuições institucionais. Questão correta.

85. (CESPE / TJ-SE – 2014) As defensorias públicas dos estados, do Distrito Federal e da União possuem autonomia funcional e administrativa, sendo-lhes assegurada a iniciativa de suas propostas orçamentárias na forma estabelecida na CF.

Comentários:

É isso mesmo. As Defensorias Públcas dos Estados, do DF e da União possuem **autonomia funcional e administrativa**. A elas é assegurada a iniciativa de suas propostas orçamentárias. Questão correta.

86. (CESPE / TJDFT – 2007) Às Defensorias Públcas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Comentários:

É o que determina o art. 134, § 2º, da Constituição Federal. Questão correta.

87. (CESPE / MPU – 2010) A CF assegura autonomia funcional, administrativa e financeira às defensorias públicas estaduais, por meio das quais o Estado cumpre o seu dever constitucional de garantir às pessoas desprovidas de recursos financeiros o acesso à justiça.

Comentários:

É isso mesmo! Fundamento: art. 134, § 2º, da Constituição Federal. Questão correta.

Advocacia Privada

88. (CESPE/ TRT 7ª Região – 2017) No que diz respeito às funções essenciais à justiça insertas na CF, julgue os itens subsequentes.

I É vedada a recondução de membro nomeado pelo presidente da República para o Conselho Nacional do Ministério Público.

II A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais da defensoria pública.

III O advogado é indispensável à administração pública, sendo, em qualquer circunstância, inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Todos os itens estão certos.

Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. O mandato dos membros do CNMP é de 2 (dois) anos, sendo admitida uma recondução.

A **segunda assertiva** está correta. Segundo o art. 134, § 4º, CF/88, são princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

A **terceira assertiva** está errada. Segundo o art. 133, CF/88, o advogado é indispensável à **administração da justiça**, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

O gabarito é a letra B.

89. (CESPE / TJDFT – 2007) A lei pode disciplinar a inviolabilidade do advogado por seus atos e manifestações exarados no exercício da profissão.

Comentários:

É o que determina o art. 133 da Constituição. Questão correta.

QUESTÕES COMENTADAS

Ministério Público e Conselho Nacional do Ministério Público

1. FCC - TJ Aux (TJ SC)/TJ SC/2021

Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Considere:

I. Caio é membro do Ministério Público Federal.

II. Mustafá é membro do Ministério Público do Trabalho

III. Dionísio é membro do Ministério Público de determinado Estado.

IV. Arnaldo é membro do Ministério Público Militar.

Sendo certo que todos ingressaram na carreira no ano 2000, à vista, somente, dos dados fornecidos,

a) apenas a Dionísio é vedado o exercício de qualquer outra função pública, inclusive uma de magistério.

b) apenas a Caio, Mustafá e Arnaldo é vedado o exercício da advocacia.

c) a todos é vedado participar de sociedade comercial, na forma da lei.

d) apenas a Dionísio é permitida a atividade político-partidária.

e) a todos é vedado o percepimento, a qualquer título, de honorários e percentagens, podendo, entretanto, receber as custas processuais, na forma da lei.

Comentários

A alternativa C está correta e é o gabarito da questão. A todo e qualquer membro do Ministério Público é vedada a participação em sociedade comercial, na forma da lei, por força do art. 237, III, da Constituição Federal:

CF/88: Art. 128. O Ministério Público abrange:

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

II - as seguintes vedações:

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

A **Lei Orgânica do Ministério Público da União** (Lei Complementar 75/1993), por exemplo, determina a vedação do exercício do comércio ou participação em sociedade comercial, exceto na condição de cotista ou acionista (sem poder de mando ou controle):

Art. 237. É vedado ao membro do Ministério Público da União:

III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

Dessa forma, **Caio, Mustafá e Arnaldo**, que se sujeitam ao Ministério Público da União (art. 128, I, CF), bem como **Dionísio**, do Ministério Público Estadual, estão sujeitos ao art. 128, §5, II, "c", da Constituição Federal, acima transcrito:

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - **o Ministério Público da União**, que compreende:

- a) o Ministério Público Federal;
- b) o Ministério Público do Trabalho;
- c) o Ministério Público Militar;
- d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II - **os Ministérios Públicos dos Estados.**

A **alternativa A** está incorreta.

Demais alternativas **incorrectas**.

2. FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022

De acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, em matérias atinentes à disciplina constitucional de órgãos e competências do Ministério Público,

- a) lei complementar estadual, de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça do Estado, pode instituir gratificação para os membros do Ministério Público, em função de serviço prestado à Justiça Eleitoral, a ser paga com dotações próprias do Tribunal Regional Eleitoral no Estado.
- b) o Ministério Público não tem legitimidade para propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por se tratar de direitos divisíveis, disponíveis e com titulares determinados, não abrangidos por seu âmbito de atuação institucional.

c) compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe rever, somente mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de dois anos.

d) compete ao Procurador-Geral da República, na qualidade de chefe do Ministério Público da União, conhecer e resolver os conflitos de atribuições entre membros de ramos diferentes do Ministério Público.

e) é competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal processar e julgar todas as ações contra decisões do Conselho Nacional do Ministério Público proferidas no exercício de suas competências constitucionais.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. Conforme decidiu o STF, neste caso, tal lei complementar estadual é inconstitucional por haver uma inadequada ingerência na autonomia financeira do Poder Judiciário.

Vejamos a jurisprudência abaixo:

O art. 91, V é inconstitucional. É inconstitucional dispositivo da lei estadual que institui gratificação aos membros do MP pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral a ser paga pelo Poder Judiciário. A previsão representa uma inadequada ingerência na autonomia financeira do Poder Judiciário. STF. Plenário. ADI 2831/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 30/4/2021 (Info 1015).

A **alternativa B** está incorreta. O STF decidiu, por rito de repercussão geral (Tema 850) que o Ministério Público possui legitimidade para propor ACP em defesa de direitos sociais relacionados com o FGTS:

O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de **direitos sociais relacionados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**. STF. Plenário. RE 643978/SE, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 9/10/2019 (repercussão geral – Tema 850 do Info 955)

A **alternativa C** está incorreta. O CNMP pode agir de ofício, para rever processos disciplinares de membros do Ministério Público julgados a menos de 1 ano. Neste sentido, prevê o art. 130-A, § 2º, IV da CF/88:

CF/88: Art. 130-A, § 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

IV – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de 1 (um) ano;

A **alternativa D** está incorreta. A meu ver a assertiva não é clara em especificar se se tratam de conflitos entre ramos diferentes do MPU ou conflito entre MPs de Estados diferentes, o que compromete a análise da questão.

No caso de conflito entre ramos diversos do Ministério Público da União (p.ex., MPF e MPT), por ambos integrarem o MPU, quem decide o conflito de competência é o **Procurador Geral da República** (art. 26, VII da LC 75/93).

LC 75/93: Art. 26. São atribuições do Procurador-Geral da República, como Chefe do Ministério Público da União: VII - dirimir conflitos de atribuição entre integrantes de ramos diferentes do Ministério Público da União;

Se, no entanto, se tratarem de Ministérios Públicos de Estados diferentes, entre um ramo do Ministério Público da União e um Ministério Público Estadual, a competência para resolver o conflito é do **Conselho Nacional do Ministério Público**, conforme entendimento recente do STF.

Compete ao CNMP dirimir conflitos de atribuições entre membros do MPF e de Ministérios Públicos estaduais. **STF. Plenário. ACO 843/SP, Rel. para acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 05/06/2020.**

Para fins de compreensão, segue tabela elaborada pelo prof. Marcio Cavalcante em comentários ao julgado supra mencionado:

QUEM DECIDE O CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO?	
SITUAÇÃO	QUEM IRÁ DIRIMIR
MPE do Estado 1 x MPE do Estado 1	Procurador-Geral de Justiça do Estado 1
MPF x MPF	CCR, com recurso ao PGR
MPU (ramo 1) x MPU (ramo 2)	Procurador-Geral da República
MPE x MPF	CNMP
MPE do Estado 1 x MPE do Estado 2	CNMP

A alternativa E está correta e é o gabarito da questão. Trata-se de competência atribuída pela CF ao STF.

CF/88: Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

3. FCC - DP SC/DPE SC/2021

Nos termos da Constituição Federal de 1988, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público

- zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público da União, podendo apenas recomendar providências aos Procuradores-Gerais de Justiça.
- apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, com prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.

c) receber e conhecer das reclamações apenas contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, ou seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição.

d) rever somente mediante provocação os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há mais de um ano e dia.

e) elaborar relatório semestral, propondo as providências sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem do Chefe do Poder Judiciário ao Congresso Nacional.

Comentários

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão. Conforme Art. 130-A, § 2º da CF/88 reproduzido abaixo:

CF/88: Art. 130-A, § 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo lhe:

I zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, **podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;**

II zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituir-lhos, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, **sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;**

III - **receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição,** podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV rever, **de ofício ou mediante provocação**, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V elaborar relatório **anual**, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI

Demais alternativas **incorrectas**.

4. (FCC / SEFAZ-BA – 2019) Considere as seguintes situações:

I. membro do Ministério Público estadual, em exercício há dois anos e meio, é aprovado em concurso público para professor de Universidade pública federal;

II. membro do Ministério Público Federal, em exercício há três anos, pretende candidatar-se a mandato eletivo estadual.

À luz da Constituição Federal,

- a) o membro do Ministério Público estadual não poderá cumular o exercício de sua função com a de magistério; o membro do Ministério Público Federal poderá filiar-se a partido político, mas não poderá pleitear mandato eletivo, enquanto estiver no exercício de sua função.
- b) o membro do Ministério Público estadual poderá cumular o exercício de sua função com a de magistério; o membro do Ministério Público Federal poderá filiar-se a partido político e candidatar-se a mandato eletivo, devendo, no entanto, afastar-se do exercício de sua função, se eleito.
- c) tanto o membro de Ministério Público estadual quanto o membro do Ministério Público Federal estão habilitados a exercer cumulativamente com suas funções as de magistério público e mandato eletivo, respectivamente.
- d) tanto o membro de Ministério Público estadual quanto o membro do Ministério Público Federal estão impedidos de exercer cumulativamente com suas funções as de magistério público e mandato eletivo, respectivamente, sob pena de perda do cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- e) o membro do Ministério Público estadual poderá cumular o exercício de sua função com a de magistério; o membro do Ministério Público Federal não poderá sequer filiar-se a partido político, enquanto estiver no exercício da função, faltando-lhe, portanto, condição de elegibilidade para candidatar-se.

Comentários:

Os membros do Ministério Público **poderão acumular** o exercício do cargo com o exercício do magistério (art. 128, § 5º, II, alínea “d”).

Os membros do Ministério Público **não poderão** exercer atividade político-partidária (art. 128, § 5º, II, alínea “e”). Assim, não poderão nem mesmo estar filiados a partidos políticos.

O gabarito é a letra E.

5. (FCC / MPE-PE – 2018) Considere as seguintes situações:

I. membro de Ministério Público estadual, em exercício há dois anos e meio, é aprovado em concurso público para professor de Universidade pública federal;

II. membro do Ministério Público Federal, em exercício há três anos, pretende candidatar-se a mandato eletivo estadual.

À luz da Constituição Federal,

- a) tanto o membro de Ministério Público estadual quanto o membro do Ministério Público Federal estão habilitados a exercer cumulativamente com suas funções as de magistério público e mandato eletivo, respectivamente.
- b) tanto o membro de Ministério Público estadual quanto o membro do Ministério Público Federal estão impedidos de exercer cumulativamente com suas funções as de magistério público e mandato eletivo, respectivamente, sob pena de perda do cargo por sentença judicial transitada em julgado.

- c) o membro de Ministério Público estadual poderá cumular o exercício de sua função com a de magistério; o membro do Ministério Público Federal não poderá sequer filiar-se a partido político, enquanto estiver no exercício da função, faltando-lhe, portanto, condição de elegibilidade para candidatar-se.
- d) o membro de Ministério Público estadual não poderá cumular o exercício de sua função com a de magistério; o membro do Ministério Público Federal poderá filiar-se a partido político, mas não poderá pleitear mandato eletivo, enquanto estiver no exercício de sua função.
- e) o membro de Ministério Público estadual poderá cumular o exercício de sua função com a de magistério; o membro do Ministério Público Federal poderá filiar-se a partido político e candidatar-se a mandato eletivo, devendo, no entanto, afastar-se do exercício de sua função, se eleito.

Comentários:

Os membros do Ministério Público poderão acumular o exercício do cargo com o exercício do magistério (art. 128, § 5º, II, alínea “d”). Por isso, tanto o membro do Ministério Público estadual quanto o membro do Ministério Público Federal estão habilitados a exercer cumulativamente com suas funções as de magistério público.

Por outro lado, os membros do Ministério Público **não poderão exercer atividade político-partidária** (art. 128, § 5º, II, alínea “e”). Assim, não poderão nem mesmo estar filiados a partidos políticos, faltando-lhes elegibilidade.

O gabarito é a letra C.

6. (FCC / MPE-PE – 2018) De acordo com a Constituição Federal, o chefe do Ministério Público da União

- a) será nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- b) poderá ser destituído do cargo por iniciativa do Presidente da República após autorização da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- c) será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo para o exercício do cargo de Procurador-Geral da República, dentre brasileiros com notável saber jurídico e reputação ilibada, maiores de trinta e cinco anos, integrantes ou não da carreira.
- d) será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, após autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- e) poderá ser destituído do cargo pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização de dois terços da Câmara dos Deputados.

Comentários:

Letra A: correta. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República (PGR), **nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução** (art. 128, § 1º, CF).

Letra B: errada. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do **Senado Federal** (art. 128, § 2º, CF).

Letra C: errada. O PGR deverá ser nomeado apenas dentre **integrantes da carreira** (art. 128, § 1º, CF).

Letra D: errada. O PGR será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo após autorização pela maioria absoluta dos membros do **Senado Federal** (art. 128, § 1º, CF).

Letra E: errada. O PGR somente poderá ser destituído por iniciativa do **Presidente da República**, após autorização da maioria absoluta do **Senado Federal** (art. 128, § 2º, CF).

O gabarito é a letra A.

7. (FCC / MPE-PE – 2018) Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre o Ministério Público e seu Conselho Nacional,

- a) o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- b) a destituição do chefe do Ministério Público da União, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- c) os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Senado Federal, na forma da lei ordinária respectiva.
- d) ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, sendo-lhe vedado, contudo, propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, em razão de ser esta atribuição de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.
- e) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Comentários:

Letra A: correta. É o que determina o “caput” do art. 130-A da Constituição.

Letra B: errada. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do **Senado Federal** (art. 128, § 2º, CF).

Letra C: errada. Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do **Poder Legislativo**, na forma da **lei complementar** respectiva (art. 128, § 4º, CF).

Letra D: errada. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares (art. 127, § 2º, CF).

Letra E: errada. O Ministério Público da União tem por chefe o **Procurador-Geral da República**, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação

de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução (art. 128, § 1º, CF).

O gabarito é a letra A.

8. (FCC / TRT 15ª Região – 2018) Nos termos da Constituição Federal e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), sendo o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado,

- a) não possui legitimidade para a propositura de ações judiciais em defesa dos interesses da população indígena, cabendo tal prerrogativa aos procuradores da autarquia federal incumbida dessa defesa.
- b) o princípio da independência funcional garante aos seus membros liberdade de convicção, cabendo à chefia a edição de normas de orientação para a padronização da atuação jurídica da instituição.
- c) a seus membros é garantida vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- d) possui legitimidade para promover ação civil pública para proteção de interesses coletivos, inclusive com a finalidade de impugnar a cobrança de tributos ou pleitear sua restituição.
- e) a seus membros é vedado o exercício da advocacia perante o juízo ou tribunal no qual tenham atuado, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Comentários:

Letra A: errada. Nos termos do art. 129, V, da CF/88, é **função institucional do Ministério Público** a defesa judicial dos direitos e interesses da população indígena.

Letra B: errada. O princípio da independência funcional garante aos seus membros liberdade de convicção. Por isso mesmo, a chefia não poderá padronizar a atuação jurídica da instituição.

Letra C: errada. A vitaliciedade dos membros do Ministério Público é garantida após **dois anos** de efetivo exercício do cargo.

Letra D: errada. Não cabe ao Ministério Público promover ação civil pública para impugnar a cobrança de tributos ou pleitear sua restituição.

Letra E: correta. É o que determina o art. 128, §6º, da Carta Magna.

O gabarito é a letra E.

9. (FCC / ALESE – 2018) A Constituição Federal reconhece como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis,

- a) a Defensoria Pública.
- b) a Advocacia-Geral da União.
- c) o Ministério Público.

- d) a Controladoria-Geral da União.
- e) a Justiça Federal.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento do “caput” do art. 127 da Carta Magna, segundo o qual o **Ministério Público** é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. O gabarito é a letra C.

10. (FCC / TRE-SP – 2017) Uma Lei complementar estadual, de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça do Estado, que estabelecesse organização, atribuições e estatuto do Ministério Público do Estado em questão, prevendo ser vedado a seus membros o exercício, ainda que em disponibilidade, de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, seria

- a) compatível com a Constituição Federal.
- b) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência da União, e não dos Estados.
- c) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria reservada à lei ordinária.
- d) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado.
- e) incompatível com a Constituição Federal, pois esta permite ao membro do Ministério Público em disponibilidade o exercício de outra função pública que não apenas uma de magistério.

Comentários:

Há dois pontos que merecem exame nesse enunciado:

1) A organização do Ministério Público da União deverá ser objeto de **lei complementar federal**. Por sua vez, a organização do Ministério Público do Estado deverá ser objeto de **lei complementar estadual**. Essas leis complementares são de iniciativa concorrente entre o Chefe do Poder Executivo e o respectivo Procurador-Geral.

2) A Constituição Federal estabelece algumas **vedações aos membros do Ministério Público** (art. 128, § 5º, II, CF), a serem disciplinadas nas leis complementares acima mencionadas:

- a)** receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- b)** exercer a advocacia;
- c)** participar de sociedade comercial, na forma da lei;
- d)** exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;
- e)** exercer atividade político-partidária;

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

A previsão da referida lei complementar estadual, portanto, é compatível com a Carta Magna.

O gabarito é a letra A.

11. (FCC / TRE-SP – 2017) A respeito de magistrados e membros do Ministério Público, à luz da Constituição da República, considere:

I. É vedado a magistrados receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, diferentemente do que ocorre em relação a membros do Ministério Público, para os quais se admitem exceções previstas em lei.

II. É assegurada, tanto a magistrados quanto a membros do Ministério Público, inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, hipótese em que a remoção poderá ser determinada, desde que mediante decisão do órgão colegiado competente, pelo voto de dois terços de seus membros.

III. É vedado, tanto a magistrados quanto a membros do Ministério Público, exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

IV. Juízes estaduais e membros do Ministério Público dos Estados serão julgados perante os Tribunais de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. Trata-se de **vedação comum** a magistrados e a membros do Ministério Público (art. 94, parágrafo único, II, c/c art. 128, § 5º, II, “a”, CF). Os membros do Ministério Público e os magistrados **não poderão receber**, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

A **segunda assertiva** está errada. De fato, a inamovibilidade dos magistrados pode ser excepcionada por interesse público, por voto da **maioria absoluta** do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa (art. 93, VIII, c/c art. 95, II, CF). Da mesma forma, a inamovibilidade dos membros do Ministério Público pode ser excepcionada por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da **maioria absoluta** de seus membros, assegurada ampla defesa (art. 128, § 5º, I, “b”, CF).

A **terceira assertiva** está correta. É o que determina o art. 95, parágrafo único, V e o art. 128, § 6º, da Constituição. Os magistrados e os membros do Ministério Público **não poderão** exercer a advocacia no juízo

ou tribunal do qual se afastaram, ***antes de decorridos 3 (três) anos do afastamento*** do cargo por aposentadoria ou exoneração. Trata-se da chamada “***quarentena de saída***”.

A ***quarta assertiva*** está correta. Segundo o art. 96, III, CF/88, ***cabe aos Tribunais de Justiça*** julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

O gabarito é a letra C.

12. (FCC / TRT 11ª Região – 2017) Basílio é Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e, portanto, é

a) chefe do Ministério Público da União, tendo sido nomeado, para esta chefia, pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

b) chefe do Ministério Público da União, tendo sido nomeado, para esta chefia, pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução.

c) membro do Ministério Público Estadual, tendo sido nomeado para a Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público pelo Chefe do Poder Executivo dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

d) advogado, tendo sido indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

e) advogado, tendo sido indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução.

Comentários:

O Conselho Nacional do Ministério Público é presidido pelo ***Procurador-Geral da República*** (art. 130-A, “caput”, CF), chefe do Ministério Público da União (art. 128, § 1º, CF).

O Procurador-Geral da República é ***nomeado pelo Presidente da República*** após aprovação do seu nome pela ***maioria absoluta do Senado Federal***, por voto secreto, realizada a arguição pública. É escolhido dentre integrantes da carreira, ***maiores de trinta e cinco anos***, para ***mandato de dois anos, permitida a recondução*** (art. 52, III, “e” c/c art. 128, § 1º, CF). O gabarito é a letra A.

13. (FCC / TRT 24ª Região – 2017) De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público

a) é instituição permanente, com os seguintes princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência funcional.

b) possui autonomia funcional, não havendo autonomia administrativa, em razão da sua subordinação ao Poder Executivo.

c) possui autonomia funcional, não havendo autonomia administrativa, em razão da sua subordinação ao Poder Judiciário.

- d) elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei Orgânica da Magistratura.
- e) elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Comentários:

Letra A: correta. De fato, o Ministério Público é instituição permanente que tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional (art. 127, § 1º, CF).

Letras B e C: erradas. O Ministério Público não se subordina a qualquer Poder. É uma instituição independente, que goza de autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, CF).

Letras D e E: erradas. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (art. 127, § 3º, CF).

O gabarito é a letra A.

14. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) A Constituição Federal veda ao membro do Ministério Público exercer

- a) qualquer outra função pública, ainda quando estiver em disponibilidade, com exceção de exercer uma função de magistério.
- b) qualquer outra função pública, ainda quando estiver em disponibilidade, sem qualquer exceção.
- c) qualquer outra função pública, com exceção de exercer a função de defensor público quando estiver em disponibilidade.
- d) algumas funções públicas predeterminadas taxativamente no texto constitucional.
- e) qualquer outra função pública, exceto quando estiver em disponibilidade, sem qualquer exceção.

Comentários:

A Carta Magna veda aos membros do Ministério Público (art. 128, II, CF):

- a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer a advocacia;
- c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;
- d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;**
- e) exercer atividade político-partidária;
- f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

O gabarito é a letra A.

15. (FCC / Eletrobrás – 2016) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por quatorze membros, dentre eles,

- a) quatro membros do Ministério Público da União, e quatro membros do Ministério Público dos Estados.
- b) dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) dois advogados, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- d) um cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) cinco membros do Ministério Público da União, e cinco membros do Ministério Público dos Estados.

Comentários:

Os membros do CNMP são os seguintes (art. 130-A):

- a) O Procurador-Geral da República, que o preside;
- b) 4 (quatro) membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;
- c) 3 (três) membros do Ministério Público dos Estados;
- d) **2 (dois) juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;**
- e) 2 (dois) advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- f) Dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

O gabarito é a letra B.

16. (FCC / TRE-AP – 2015) O Ministério Público da União comprehende, além do Ministério Público Federal,

- a) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e tem por chefe o Promotor de Justiça.
- b) os Ministérios Públicos dos Estados, e tem por chefe o Procurador-Geral da República.
- c) o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e tem por chefe o Procurador-Geral da República.
- d) o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e tem por chefe o Promotor de Justiça.
- e) os Ministérios Públicos dos Estados, e tem por chefe o Promotor de Justiça.

Comentários:

O Ministério Público da União compreende: i) o Ministério Público Federal; ii) o Ministério Público do Trabalho; iii) o Ministério Público Militar e; iv) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O Chefe do MPU é o Procurador-Geral da República. Portanto, o gabarito é a letra C.

17. (FCC / TRE-AP – 2015) Afonso tem 39 anos e é Subprocurador Geral da República. Nesse caso, Afonso:

- a) não poderá ser nomeado Procurador-Geral da República, pois já exerce cargo para o qual foi nomeado após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de até dois anos.
- b) poderá ser nomeado Procurador-Geral da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos integrantes da carreira, para mandato de quatro anos, permitida a recondução
- c) não poderá ser nomeado Procurador-Geral da República, pois a idade mínima para tal nomeação é 40 anos.
- d) poderá ser nomeado Procurador-Geral da República, após a aprovação de seu nome por votação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, para mandato de até quatro anos.
- e) poderá ser nomeado Procurador-Geral da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Comentários:

O Procurador-Geral da República é nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de 35 (trinta e cinco) e menores de 65 (sessenta e cinco) anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal. O mandato é de 2 (dois) anos, admitida a recondução. O gabarito é a letra E.

18. (FCC / TCE-CE – 2015) Nos termos da Constituição Federal, o Ministério Público é considerado instituição permanente e:

- a) essencial à função jurisdicional do Estado, integrando a estrutura do Poder Judiciário.
- b) incumbida da defesa do regime democrático e da ordem jurídica, integrando a estrutura do Poder Executivo.
- c) responsável, privativamente, pela defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis em Juízo.
- d) responsável pela defesa do regime democrático e da ordem jurídica, integrando a estrutura do Poder Legislativo.
- e) incumbida de promover a defesa da ordem jurídica, gozando de autonomia e independência funcional.

Comentários:

Letras A, B e D: erradas. O Ministério Público é instituição autônoma, não integrando a estrutura do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

Letra C: errada. O Ministério Público é responsável pela defesa dos **interesses sociais e individuais indisponíveis**.

Letra E: correta. É isso mesmo! O Ministério Público é instituição dotada de autonomia e independência funcional, responsável pela defesa da ordem jurídica.

O gabarito é a letra E.

19. (FCC / CNMP – 2015) Nos termos da Constituição da República, são vedados tanto aos magistrados quanto aos membros do Ministério Público:

- a) exercício de atividade político-partidária; e participação em sociedade comercial.
- b) exercício da advocacia, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração; e participação em sociedade comercial.
- c) exercício de atividade político-partidária; e exercício da advocacia, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- d) participação em sociedade comercial; recebimento, a qualquer título ou pretexto, de auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas.
- e) recebimento, a qualquer título ou pretexto, de custas processuais; e exercício de atividade político-partidária.

Comentários:

Letra A: errada. Os juízes e os membros do Ministério Público não podem exercer atividade político-partidária. Entretanto, apenas aos membros do Ministério Público é vedada a participação em sociedade comercial. Tal proibição não alcança os magistrados.

Letra B: errada. É vedado aos juízes e aos membros do Ministério Público exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, **antes de decorridos três anos do afastamento** do cargo por aposentadoria ou exoneração. A vedação à participação em sociedade comercial alcança apenas os membros do Ministério Público.

Letra C: errada. Os juízes e os membros do Ministério Público não podem exercer atividade político-partidária. Entretanto, a “quarentena de saída” para que possam exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram é de **3 (três) anos**.

Letra D: errada. Apenas os membros do Ministério Público é que não podem participar em sociedade comercial.

Letra E: correta. Essas duas vedações alcançam os magistrados e os membros do Ministério Público. Ambos não podem exercer atividade político-partidária e receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.

O gabarito é a letra E.

20. (FCC / SEFAZ-PI – 2015) Na Constituição brasileira de 1988, o inquérito civil e a ação civil pública aparecem dentre as funções institucionais do Ministério Público para a proteção:

- a) dos direitos políticos dos cidadãos brasileiros.

- b) do patrimônio cultural do povo brasileiro.
- c) dos direitos individuais de brasileiros e estrangeiros.
- d) do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- e) dos direitos sociais dos trabalhadores.

Comentários:

É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a **proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos** (art. 129, III, CF/88). O gabarito é a letra D.

21. (FCC / CNMP – 2015) O Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público é

- a) o Procurador-Geral da República.
- b) definido por meio de eleição dentre os membros do Ministério Público que o integram, por maioria simples.
- c) o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) o Presidente do Senado Federal.
- e) definido por meio de eleição dentre os membros do Ministério Público que o integram, por maioria absoluta.

Comentários:

O Presidente do CNMP é o Procurador-Geral da República. O gabarito é a letra A.

22. (FCC / CNMP – 2015) Dispõe a Constituição Federal acerca do Conselho Nacional do Ministério Público que:

- a) Escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional apenas dentre os membros do Ministério Público que o integram.
- b) Zelará pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal.
- c) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é membro nato do Conselho.
- d) É composto de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- e) Compete-lhe, dentre outras funções, rever, mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de dois anos.

Comentários:

Letra A: correta. O Corregedor-Nacional é eleito pelo CNMP, em votação secreta, dentre os membros do Ministério Público que o integram.

Letra B: errada. Não é essa a função do CNMP. O CNMP zela pela **observância dos princípios da administração pública**, por meio do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

Letra C: errada. O Presidente do Conselho Federal da OAB não é membro do CNMP. Todavia, a CF/88 determina que ele **oficiará junto ao CNMP**.

Letra D: errada. O CNMP tem 14 (quatorze) membros nomeados pelo Presidente da República após aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do **Senado Federal**. O mandato é de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

Letra E: errada. O CNMP tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados **julgados há menos de 1 (um) ano**.

O gabarito é a letra A.

23. (FCC / TJ-PI – 2010) São princípios institucionais do Ministério Público, previstos na Constituição Federal,

- a) Unidade, indivisibilidade e estabilidade.
- b) Independência funcional, unidade e indivisibilidade.
- c) Inamovibilidade, estabilidade e autoridade.
- d) Autoridade, unidade e vitaliciedade.
- e) Indivisibilidade, irredutibilidade de subsídio e estabilidade.

Comentários:

De acordo com o art. 127, § 1º, da Constituição, são princípios institucionais do Ministério Público a **unidade**, a **indivisibilidade** e a **independência funcional**. A letra B é o gabarito da questão.

24. (FCC / TRE-AL – 2010) É princípio institucional do Ministério Público, dentre outros, a:

- a) autodeterminação dos povos.
- b) divisibilidade.
- c) dependência funcional.
- d) unidade.
- e) concessão de asilo político.

Comentários:

Reza o art. 127, § 1º, da Constituição que são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. A letra D é o gabarito da questão.

25. (FCC / SEFIN-RO – 2010) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador- Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do:

- a) Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- b) Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- c) Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- d) Congresso Nacional, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- e) Congresso Nacional, para mandato de um ano, permitida a recondução.

Comentários:

Como vimos, o art. 128, § 1º, da Constituição determina que o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome **pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal**, para mandato de dois anos, **permitida a recondução**. A letra C é o gabarito da questão.

26. (FCC / MPE-RS – 2008) De acordo com a Constituição Federal brasileira, os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do:

- a) Poder Judiciário, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- b) Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) Poder Executivo, para mandato de três anos, vedada a recondução.
- d) Poder Judiciário, para mandato de três anos, vedada a recondução.
- e) Poder Legislativo, para mandato de três anos, vedada a recondução.

Comentários:

Determina o art. 128, § 3º, da Constituição que:

§ 3º - Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo **Chefe do Poder Executivo**, para mandato de **dois anos**, permitida **uma recondução**.

A letra B é o gabarito da questão.

27. (FCC / TRE-RS – 2010) No que diz respeito ao ministério publico, a destituição do procurador-geral da republica, por iniciativa do:

- a) Conselho Nacional do Ministério Publico, deverá ser precedida de autorização da maioria relativa da câmara dos deputados.

- b) Ministro da Justiça, deverá ser precedida de autorização pelo voto da maioria absoluta da câmara dos deputados.
- c) Presidente do Supremo Tribunal Federal, dependerá de previa autorização do conselho nacional de justiça.
- d) Conselho Superior do Ministério Público, será precedida de autorização da maior absoluta do congresso nacional.
- e) Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do senado federal.

Comentários:

Com base no art. 128, § 2º da Constituição, a letra E é o gabarito da questão.

28. (FCC / TCE-AP – 2010) A Constituição brasileira de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, em seu artigo 95, § 1º, estabelecia garantias aos membros do Ministério Público na seguinte conformidade: "Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios (...) após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa, nem removidos a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço". Em comparação com a disciplina atual da matéria na Constituição brasileira vigente, tem-se que:

- a) o tratamento dispensado às garantias de vitaliciedade e inamovibilidade dos membros do Ministério Público manteve-se inalterado.
- b) houve mudanças tanto no que se refere à garantia de vitaliciedade como à de inamovibilidade dos membros do Ministério Público.
- c) apenas o tratamento dispensado à garantia de inamovibilidade dos membros do Ministério Público manteve-se inalterado.
- d) houve um reforço da garantia de inamovibilidade, mas uma mitigação da garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público.
- e) apenas o tratamento dispensado à garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público manteve-se inalterado.

Comentários:

Percebe-se que a Constituição de 1988 **ampliou consideravelmente as garantias dos membros do Ministério Público**. Com a vitaliciedade, eles passaram a ser demitidos apenas por sentença judicial transitada em julgado. Além disso, a inamovibilidade deu-lhes a garantia de só serem removidos de ofício por interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros. A letra B é o gabarito.

29. (FCC / TJ-PI – 2009) Com relação ao Ministério Público, NÃO é sua a função institucional a de:

- a) prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.
- b) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

- c) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.
- d) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- e) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

Comentários:

A única alternativa da questão que não traz uma função institucional do Ministério Público é a letra A. Trata-se de função do Presidente da República.

30. (FCC / TRT 24ª Região – 2011) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de:

- a) oito membros, nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) trinta e três membros, nomeados pelo Procurador Geral da República.
- c) quinze membros, nomeados pelo Procurador Geral da República.
- d) oito membros, nomeados pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- e) quatorze membros, nomeados pelo Presidente da República.

Comentários:

Reza a Constituição que:

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

- I - o Procurador-Geral da República, que o preside;
- II - quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;
- III - três membros do Ministério Público dos Estados;
- IV - dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;
- V - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VI - dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

A letra E é o gabarito da questão.

Advocacia Pública

31. (FCC / TRT 11ª Região – 2017) Claudemir é cidadão brasileiro, tem 37 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada. De acordo apenas com as informações mencionadas, é correto afirmar que Claudemir poderá, mediante

- a) concurso público de provas e títulos, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, apenas judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- b) livre nomeação pelo Presidente da República, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- c) livre nomeação pelo Presidente da República, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- d) concurso público de provas e títulos, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, apenas diretamente, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- e) a escolha de 2/5 dos membros do Congresso Nacional, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, através de órgão vinculado, representa a União, apenas judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Comentários:

Para responder à questão, é necessário saber como se dá a nomeação do Advogado-Geral da União. A nomeação dessa autoridade, Chefe da Advocacia-Geral da União, não se dá mediante concurso público. Trata-se de competência privativa do Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 84, XVI, c/c art. 131, § 1º, CF).

Além disso, exige-se o conhecimento da função da Advocacia-Geral da União. Segundo o art. 131 da Carta Magna, a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, **judicial e extrajudicialmente**, cabendo-lhe, ***nos termos da lei complementar*** que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as ***atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo***.

O gabarito é a letra B.

32. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União,

- a) de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) indicado pelo Supremo Tribunal Federal dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada e nomeado pelo Presidente da República.
- c) de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- d) indicado pelo Supremo Tribunal Federal dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada e nomeado pelo Presidente da República.
- e) nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, após aprovação pelo Senado Federal de indicação do Supremo Tribunal Federal.

Comentários:

A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, ***de livre nomeação pelo Presidente da República*** dentre ***cidadãos maiores de trinta e cinco anos***, de ***notável saber jurídico e reputação ilibada*** (art. 131, § 1º, CF). O gabarito é a letra A.

33. (FCC / TRF 3ª Região – 2016) De acordo com a Constituição Federal, o cargo de Advogado-Geral da União, observados limites etários, o notável saber jurídico e a reputação ilibada, comporta provimento através de nomeação pelo Presidente da República, a qual será:

- a) precedida de eleição dentre todos os integrantes da carreira de Advogado da União, que formarão lista tríplice vinculativa.
- b) livre, devendo, no entanto, recair em integrante da carreira de Advogado da União.
- c) livre, devendo, no entanto, ser aprovada pelo Senado Federal.
- d) livre, podendo, inclusive, recair em pessoa que não integre a carreira de Advogado da União.
- e) livre, exercendo o titular do cargo mandato por prazo certo e determinado.

Comentários:

O Advogado-Geral da União é de ***livre nomeação*** pelo Presidente da República, dentre cidadãos ***maiores de 35 anos***, de notável saber jurídico e reputação ilibada. A nomeação pode recair, inclusive, sobre pessoa que não integre a carreira de Advogado da União. O gabarito é a letra D.

34. (FCC / TRE-PR – 2012) A Constituição da República prevê, igualmente, para a Advocacia-Geral da União e os Procuradores do Estado que:

- a) se organizam em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- b) têm assegurada a garantia da inamovibilidade, sendo vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, fixadas em lei complementar federal, que organizará a instituição a que pertencem e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados.

c) exercem a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, exceto na execução da dívida ativa de natureza tributária, em que a representação dos Estados cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

d) têm estabilidade assegurada decorridos dois anos de efetivo exercício da função, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

e) são remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Comentários:

Letra A: errada. Nos concursos públicos para as carreiras de Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, é **obrigatória a participação da OAB** em todas as suas fases. Para os concursos da AGU, não há essa previsão constitucional.

Letra B: errada. Os membros da Advocacia Pública não gozam da garantia de inamovibilidade. Além disso, a CF/88 não proíbe que eles exerçam a advocacia fora das atribuições institucionais.

Letra C: errada. A Advocacia-Geral da União é responsável pela consultoria e assessoramento jurídico apenas do Poder Executivo. Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Letra D: errada. Os membros da Advocacia Pública terão a estabilidade assegurada após 3 (três) anos de exercício.

Letra E: correta. A remuneração dos advogados públicos se dá mediante subsídio fixado em parcela única.

O gabarito é a letra E.

35. (FCC / TRT 7ª Região – 2009) A instituição incumbida, diretamente ou através de órgão vinculado, de representar a União, judicial e extrajudicialmente, é:

- a) O Ministério Público Federal.
- b) A Procuradoria-Geral da República.
- c) A Advocacia-Geral da União.
- d) A Defensoria Pública da União.
- e) O Tribunal de Contas da União.

Comentários:

A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo (art. 131, “caput”, CF). A letra C é o gabarito da questão.

Defensoria Pública

36. FCC - DP PB/DPE PB/2022

Segundo expressamente prevê a Constituição do Estado da Paraíba, é VEDADO ao Defensor Público

- a) participar de eventos públicos que contrariem sua missão institucional.
- b) afastar-se do exercício de suas funções durante o período de estágio probatório.
- c) conceder entrevista que exponha o caso em que atua, salvo autorização da parte que representa.
- d) assumir a Defensoria-Geral do Estado ou suas Assessorias se ainda não contar com, no mínimo, cinco anos de exercício no cargo.
- e) assinar confissão de dívida, renúncia a direito ou definir solução extrajudicial, salvo expressa procuração da parte que representa.

Comentários

A alternativa B está correta e é o gabarito da questão.

A partir do disposto no art. 146 da Constituição do Estado da Paraíba são definidas as **vedações vinculadas à atuação dos membros da Defensoria Pública, sendo uma delas a de afastar-se do exercício de suas funções durante o período de estágio probatório.**

CE/PB: Art. 146. É vedado aos membros da Defensoria Pública:

I - participar de sociedade comercial;

II - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

III - residir fora da comarca do exercício de suas funções, salvo quando

expressamente autorizado pelo Procurador-Geral da Defensoria Pública;

IV - exercer qualquer outra função pública, salvo o magistério e os casos expressamente autorizados em lei;

V - afastar-se do exercício de suas funções durante o período de estágio probatório;

VI - exercer advocacia fora das atribuições institucionais.

Demais alternativas **incorrectas**.

37. FCC - Ass TD (DPE AM)/DPE AM/Assistente Técnico Administrativo/2022

O artigo 134 da Constituição Federal prevê que incumbe à Defensoria Pública, entre outras atribuições, a

- a) assistência judiciária gratuita de toda a população brasileira.
- b) promoção dos direitos humanos.
- c) representação judicial e a consultoria jurídica das unidades da Federação.
- d) defesa dos direitos individuais e coletivos, mediante o pagamento de taxas e emolumentos.
- e) concessão de indulto e comutação de penas.

Comentários

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. O art. 134 da CF/88, consagra a defensoria pública como **essencial à função jurisdicional do Estado**, possuindo a competência em realizar a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita daqueles considerados como **necessitados e que comprovem tal condição**

CF/88: Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

Demais alternativas **incorrectas**.

38. FCC - Ass TD (DPE AM)/DPE AM/Assistente Técnico Administrativo/2022

Os princípios institucionais da Defensoria Pública, previstos no parágrafo 4º do artigo 134 da Constituição Federal, são

- a) prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, entre as quais se insere a inamovibilidade.
- b) garantias para o adequado funcionamento da Instituição, entre as quais se insere a autonomia funcional.
- c) equivalentes aos objetivos fundamentais da Defensoria Pública, entre os quais se inclui a afirmação do Estado Democrático de Direito.
- d) garantias institucionais para o livre desempenho das atribuições da Defensoria Pública, entre as quais se insere a soberania.

e) os fundamentos que sustentam e estruturam a instituição, entre as quais se insere a unidade.

Comentários

A alternativa A está incorreta. A **inamovibilidade** dos integrantes da **Defensoria Pública** se trata de prerrogativa assegurada pelo § 1º do art. 134, ou seja, **não encontra-se inserida nos princípios institucionais** da mesma junto ao § 4º do referido dispositivo.

CF/88: Art. 134

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta. A CF/88 (art. 134, § 4º) garante a atuação do Defensor Público a **independência funcional e autonomia funcional** a Defensoria Pública (§§ 2º e 3º)

CF/88: Art. 134

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. Os **objetivos fundamentais** da Defensoria Pública estão descritos na **lei complementar de nº 80/94** enquanto os **princípios institucionais**, que possuem outra dimensão de abrangência **estão descritos no § 4º do art. 134 da CF/88**.

LC 80/94: Art. 3º-A. São objetivos da Defensoria Pública:

I – a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;

II – a afirmação do Estado Democrático de Direito;

III – a prevalência e efetividade dos direitos humanos; e

IV – a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

CF/88: Art. 134

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

A alternativa D está incorreta. A soberania não faz parte do rol de princípios institucionais vinculados à Defensoria Pública.

A alternativa E está correta e é o gabarito da questão. A unidade é incluída como um dos princípios institucionais vinculados à Defensoria Pública.

CF/88: Art. 134

§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

39. FCC - Ana JD (DPE AM)/DPE AM/Ciências Jurídicas/2022

São princípios institucionais da Defensoria Pública previstos na Constituição Federal:

- a) universalidade, divisibilidade e autonomia funcional.
- b) unidade, divisibilidade e autonomia funcional.
- c) unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- d) universalidade, divisibilidade e independência funcional.
- e) unidade, indivisibilidade e autonomia funcional.

Comentários

A alternativa C está correta e é o gabarito da questão. Os princípios institucionais que regem a atuação da Defensoria Pública estão elencados junto a redação do § 4º do art. 134 da CF/88, definidos como a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

CF/88: Art. 134. § 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública **a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional**, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

Demais alternativas estão **incorrectas**.

40. (FCC / TJ-MA – 2019) À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca das funções essenciais à justiça,

- a) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) a atuação do Advogado-Geral da União nas ações declaratórias de constitucionalidade é obrigatória para se defender a presunção de constitucionalidade da norma impugnada, na qualidade de curador da lei.
- c) o Ministério Público Federal é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- d) é função institucional do Ministério Público, dentre outras, promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.
- e) a Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Comentários:

Letra A: errada. A Advocacia-Geral da União (AGU) tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre **cidadãos** maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 131, § 1º, CF).

Letra B: errada. É nas ações declaratórias de **inconstitucionalidade** que a presença do AGU se faz necessária, como defensor da constitucionalidade da norma impugnada. Nos termos do art. 103, § 3º, da Carta Magna, quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a **inconstitucionalidade**, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

Letra C: errada. A **Advocacia-Geral da União** é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo (art. 131, “caput”, CF).

Letra D: correta. Trata-se de função institucional do Ministério Público prevista no art. 129, IV, da Carta Magna.

Letra E: errada. A **Defensoria Pública** é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação

jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados (art. 134, CF).

O gabarito é a letra D.

41. (FCC / PGE-AP – 2018) Ao tratar das Procuradorias dos Estados, da Defensoria Pública e do Ministério Público, a Constituição Federal

- a) assegura-lhes a competência para encaminhar suas propostas orçamentárias ao Chefe do Poder Executivo, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) assegura a autonomia administrativa e funcional apenas às Defensorias Públicas e ao Ministério Público, a ser exercida nos termos da lei, mas não às Procuradorias dos Estados.
- c) atribui-lhes a iniciativa legislativa para apresentação do projeto de sua lei orgânica.
- d) veda, aos respectivos membros, que participem de sociedade comercial, na forma da lei.
- e) veda aos membros dessas instituições o exercício de atividade político-partidária.

Comentários:

Letra A: errada. A Carta Magna somente assegura essa competência ao **Ministério Público** (art. 127, § 3º, CF) e à **Defensoria Pública** (art. 134, § 2º, CF).

Letra B: correta. De fato, a Constituição somente assegura a autonomia administrativa e funcional às Defensorias Públicas (art. 134, § 2º, CF) e ao Ministério Público (art. 127, § 2º, CF).

Letra C: errada. A Constituição somente atribui essa prerrogativa às **Defensorias Públicas** (art. 134, § 2º, CF) e ao **Ministério Público** (art. 127, § 2º, CF), uma vez que têm autonomia administrativa e funcional.

Letra D: errada. A Carta Magna veda apenas aos **membros do Ministério Público** a participação em sociedade comercial, na forma da lei (art. 128, § 5º, II, “c”, CF).

Letra E: errada. Novamente, tal vedação somente se dá para os **membros do Ministério Público** (art. 128, § 5º, II, “e”, CF).

O gabarito é a letra B.

42. (FCC / MPE-PE – 2018) À luz da Constituição Federal, o Ministério Público tem como função institucional, dentre outras,

- a) representar a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
- b) prestar orientação jurídica, bem como promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- c) promover a ação de constitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.
- d) exercer o controle interno da atividade policial, na forma de lei complementar.

e) representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Comentários:

Letra A: errada. Trata-se de atribuição da **Procuradoria da Fazenda Nacional** (art. 131, § 3º, CF).

Letra B: errada. Compete à **Defensoria Pública** prestar orientação jurídica, bem como promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados (art. 134, CF).

Letra C: correta. É o que determina o art. 129, IV, da Constituição.

Letra D: errada. Compete ao Ministério Público exercer o **controle externo** da atividade policial, na forma de lei complementar (art. 129, VII, CF).

Letra E: errada. Cabe à **Advocacia-Geral da União** representar a União judicial e extrajudicialmente (art. 131, CF).

O gabarito é a letra C.

43. (FCC / DPE-AM – 2018) Em decorrência de obras de ampliação da malha viária de determinado Município, foram ocasionados danos à rede de tratamento de água e coleta de esgoto que atende conjunto habitacional destinado à população de baixa renda, bem como a moradias populares instaladas nas proximidades, comprometendo ali a prestação dos serviços de saneamento básico e provocando poluição ambiental no local em questão. Diante da morosidade do poder público em adotar as medidas necessárias para equacionar esses problemas, a Defensoria Pública pretende ajuizar ação civil pública para compelir os órgãos competentes a regularizarem a prestação dos serviços, bem como para obter indenização pelos danos materiais e morais causados ao meio ambiente e à coletividade de moradores prejudicados. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Defensoria Pública

a) está legitimada para a propositura da ação civil pública, em que a tutela de interesses transindividuais beneficiará os economicamente necessitados, restando evidenciada a pertinência temática entre o objeto da ação e a função institucional do órgão.

b) não está legitimada para a propositura da ação civil pública, que tem por objeto a tutela de direitos transindividuais, que não são passíveis de individualização, nem de titularidade exclusiva dos economicamente necessitados, cabendo ao Ministério Público fazê-lo.

c) está legitimada para a propositura da ação civil pública, apenas no que se refere ao restabelecimento dos serviços de saneamento básico, que estão relacionados ao direito à habitação, no caso de titularidade dos economicamente necessitados.

d) não está legitimada para a propositura da ação civil pública, apenas no que se refere aos prejuízos causados ao meio ambiente e correspondente indenização, por se tratar de direito transindividual cuja titularidade é difusa, não estando sua defesa abrangida pela missão institucional do órgão.

e) não está legitimada para a propositura da ação civil pública, apenas no que se refere ao pedido de indenização por danos materiais e morais causados aos moradores, que devem ser demonstrados e defendidos em juízo individualmente, por quem efetivamente prejudicado.

Comentários:

Segundo o STF, a Defensoria Pública **tem competência** para ajuizar ação civil pública para a tutela de **interesses transindividuais** (direitos difusos e coletivos) e **individuais homogêneos**. No exercício das suas funções, a Defensoria Pública deve buscar a tutela dos interesses dos economicamente necessitados, mesmo no caso de ação civil pública.

Na situação apresentada (obras que impactaram o saneamento básico e o meio ambiente em área de população de baixa renda), fica clara a possibilidade de propositura de ação civil pública. Há, afinal, pertinência temática entre o objeto da ação e as funções institucionais da Defensoria Pública.

O gabarito é a letra A.

44. (FCC / TCE-AM – 2015) Considere as seguintes afirmações acerca da disciplina constitucional das funções essenciais à Justiça:

I. São funções essenciais à Justiça aquelas exercidas por Ministério Público, advocacia, órgãos de Advocacia Pública e Defensoria Pública.

II. São princípios institucionais tanto do Ministério Público como da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, cabendo a ambos elaborar a respectiva proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III. Aos membros do Ministério Público, tanto da União quanto dos Estados, é assegurada a vitaliciedade após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado, ao passo que aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado da corregedoria respectiva.

IV. Aos membros do Ministério Público e das Defensorias Públicas é vedado o exercício da advocacia em qualquer hipótese.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. São funções essenciais à justiça o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Advocacia Pública e a advocacia.

A **segunda assertiva** está correta. São princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública a **unidade, a indivisibilidade e a independência funcional**. O Ministério Público e a Defensoria Pública são dotados de autonomia, tendo competência para apresentar as suas respectivas propostas orçamentárias, dentro dos limites estabelecidos pela LDO.

A **terceira assertiva** está correta. Os membros do Ministério Público adquirem a **vitaliciedade após 2 (dois) anos de exercício**, o que significa que somente poderão perder o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado. Por sua vez, os membros da Advocacia Pública adquirem **estabilidade após 3 (três) anos de exercício**, mediante avaliação de desempenho.

A **quarta assertiva** está errada. Aos Defensores Públicos é vedado o exercício da advocacia **fora das atribuições institucionais**. No exercício de suas atribuições, o Defensor Público irá exercer a advocacia.

O gabarito é a letra C.

45. (FCC / TRT 3ª Região – 2015) Sobre os órgãos que exercem as chamadas funções essenciais da Justiça é INCORRETO afirmar:

- a) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Senado Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- c) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- d) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- e) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Comentários:

Letra A: correta. O Ministério Público tem competência elaborar sua proposta orçamentária, que deverá observar os limites estabelecidos pela LDO.

Letra B: errada. A destituição do Procurador-Geral da República, por **iniciativa do Presidente da República**, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do **Senado Federal**.

Letra C: correta. O Advogado-Geral da União é o chefe da AGU. É de **livre nomeação pelo Presidente da República** dentre cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Letra D: correta. É isso mesmo. Segundo o art. 133, CF/88, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Letra E: correta. São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. O Ministério Público também é regido por esses mesmos princípios institucionais.

O gabarito é a letra B.

46. (FCC / TRT 15ª Região – 2013) Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da Defensoria Pública como função essencial à Justiça:

- I. A Defensoria Pública é instituição à qual incumbe, por expressa determinação constitucional, prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- II. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e admitido o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais apenas nas hipóteses estabelecidas em lei.
- III. Às Defensorias Públicas da União, do Distrito Federal e Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação às regras de encaminhamento da proposta previstas na Constituição em relação aos órgãos do Poder Judiciário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

Comentários:

A **primeira assertiva** está correta. A Defensoria Pública tem como missão promover a **defesa dos direitos individuais e coletivos**, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

A **segunda assertiva** está errada. Os Defensores Públicos **não poderão** exercer a advocacia fora das atribuições institucionais.

A **terceira assertiva** está correta. As Defensorias Públicas têm autonomia funcional e administrativa e, ainda, têm a iniciativa de suas propostas orçamentárias. As propostas orçamentárias devem obedecer os limites estabelecidos na LDO e, ainda, as regras de encaminhamento previstas na CF/88 para os órgãos do Poder Judiciário.

O gabarito é a letra D.

47. (FCC / TRE-SP – 2017) Aos integrantes das carreiras da Advocacia Pública e da Defensoria Pública aplica-se igualmente a regra constitucional segundo a qual

- a) ingressam nas classes iniciais das carreiras mediante concurso público de provas e títulos, sendo vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- b) exercem, nos termos da lei complementar que dispuser sobre a organização e o funcionamento da instituição que integram, as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo.

c) gozam das garantias de inamovibilidade e vitaliciedade, adquiridas após três anos de efetivo exercício da função, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

d) estão proibidos de receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

e) farão jus a um abono de permanência, previsto para os servidores titulares de cargo efetivo, caso completem as exigências para aposentadoria voluntária com proventos integrais e optem por permanecer em atividade.

Comentários:

Letra A: errada. Apenas os **Defensores Públícos é que não podem exercer a advocacia** fora das atribuições institucionais. Tal vedação não está constitucionalmente prevista para os membros da Advocacia Pública.

Letra B: errada. **Apenas a Advocacia Pública** é que tem competência para, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. (art. 131, CF)

Letra C: errada. Os membros da Advocacia Pública e da Defensoria Pública **não gozam** da garantia de vitaliciedade. Além disso, somente os Defensores Públícos gozam de inamovibilidade (art. 134, § 1º, CF).

Letra D: errada. Não há tal proibição na Carta Magna.

Letra E: correta. Essa é a melhor de todas as alternativas e tem amparo no art. 40, § 19, da Constituição:

Art. 40, § 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

Entendo, porém, que ela não é perfeita, uma vez que a EC nº 41/2003, **eliminou a aposentadoria com proventos integrais** (salvo no caso de invalidez permanente que decorra de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável) para os servidores que ingressarem no serviço público após a sua promulgação. Para esses servidores, o valor da aposentadoria baseia-se na média das remunerações sobre as quais houve contribuição.

O gabarito é a letra E.

48. (FCC / TRT 2ª Região – 2014) A respeito das funções essenciais à justiça previstas na Constituição Federal, é correto afirmar:

a) No concurso público de provas e títulos para as carreiras da Advocacia Pública, a participação da Ordem dos Advogados do Brasil é facultativa.

b) Exige-se do bacharel em direito no mínimo três anos de atividade jurídica para o ingresso nas carreiras do Ministério Público, da Advocacia Pública, da União e dos Estados, e das Defensorias Públicas da União e dos Estados.

- c) É assegurada autonomia funcional e administrativa às Defensorias Públicas Estaduais, sendo que a iniciativa da proposta orçamentária deve se dar dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias do respectivo Estado.
- d) O ingresso nas carreiras da Advocacia Geral da União far-se-á por meio de livre nomeação pelo Presidente da República entre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- e) O ingresso na carreira do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas se dará por meio de escolha do Governador em lista tríplice elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Comentários:

Letra A: errada. Nos concursos públicos para as carreiras de Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, é **obrigatória a participação da OAB** em todas as suas fases. Para os concursos da AGU, não há essa previsão constitucional.

Letra B: errada. A CF/88 **não exige** 3 (três) anos de atividade jurídica para o ingresso nas carreiras da Advocacia Pública e da Defensoria Pública.

Letra C: correta. As Defensorias Públicas são dotadas de **autonomia funcional e administrativa** e, ainda, têm a iniciativa de sua proposta orçamentária, a qual deve observar os limites estabelecidos pela LDO.

Letra D: errada. O ingresso nas carreiras da Advocacia Geral da União se dá por meio de **concurso público** de provas e títulos.

Letra E: errada. O ingresso na carreira do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas se dá por meio de **concurso público**.

O gabarito é a letra C.

QUESTÕES COMENTADAS

Ministério Público

1. (FGV/TJ-DFT - 2022) A estrutura administrativa do Estado brasileiro possui peculiaridades constitucionalmente definidas considerando-se os poderes independentes, suas atribuições e funções. A esse respeito, é uma atribuição do Ministério Público:

- a) defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses no âmbito dos direitos sociais e coletivos, independentemente de provocação;
- b) propor leis ao Congresso, entre elas o orçamento anual, editar, em casos de emergência, medidas provisórias que têm de imediato o valor de leis;
- c) realizar atividade jurisdicional de resolução de conflitos mediante provocação das partes;
- d) representar o país internacionalmente e manter relações e tratados com países estrangeiros;
- e) ser o guardião da Constituição, julgando ações diretas de constitucionalidade ou ações contra membros dos demais Poderes da União.

Comentários:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão.

A questão cobrou do candidato o conhecimento sobre as funções do Ministério Público. Segundo a CF/88, é atribuição do Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses no âmbito dos direitos sociais e coletivos, independentemente de provocação.

Vejamos:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

A **alternativa B** está incorreta.

A alternativa citou funções do Presidente da República, vejamos:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

Art. 166, § 6º Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

Art. 62 Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

A **alternativa C** está incorreta. A atividade jurisdicional será exercida por órgãos do Poder Judiciário nos limites territoriais previstos no ordenamento jurídico, de acordo com o Art. 92 e seguintes da CF/88.

A **alternativa D** está incorreta. A alternativa citou competências do Presidente da República, Vejamos:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

- VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
- VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

A **alternativa E** está incorreta.

A alternativa trouxe atribuições do Supremo Tribunal Federal, vejamos:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípua mente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

- I - processar e julgar, originariamente:

- a) a ação direta de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

2. (FGV/MP-GO - 2022) Analisando o Ministério Público de Goiás sob a ótica da organização administrativa, temática que estuda a estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que ele é um exemplo de:

- a) órgão público.
- b) poder constitucional.
- c) secretaria de governo.
- d) entidade administrativa.
- e) pessoa jurídica de direito público externo.

Comentários:

A alternativa A está correta e é o gabarito da questão.

Costuma-se dizer que órgão público é uma unidade com funções específicas dentro da organização do Estado. É composto por agentes públicos que dirigem e compõem o órgão, voltado para o cumprimento de uma atividade estatal.

Portanto, segundo a CF/88 em seu art. 127, o Ministério Público é instituição (órgão) permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

3. (FGV/MP-GO - 2022) O Governador do Estado Alfa consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de encaminhar uma proposição à Assembleia Legislativa visando à alteração da Lei Orgânica do Ministério Público do respectivo Estado. A assessoria respondeu corretamente que o Governador do Estado:

- a) está legitimado, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei complementar nacional.
- b) está legitimado, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.

c) não está legitimado, de modo que apenas o Procurador-Geral de Justiça pode apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.

d) está legitimado, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei ordinária, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei complementar nacional.

e) não está legitimado, de modo que apenas o Procurador-Geral de Justiça pode apresentar o projeto de lei ordinária, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.

Comentários:

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

De acordo com o enunciado, o Governador do Estado Alfa consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de encaminhar uma proposição à Assembleia Legislativa visando à alteração da Lei Orgânica do Ministério Público do respectivo Estado.

Questionamento: o Governador possui legitimidade para apresentar o referido projeto de lei?

Vejamos o que diz a Constituição Federal sobre o assunto:

Art. 128, §5º - **Leis complementares** da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos **Procuradores-Gerais**, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público.

Podemos concluir que:

(i) Lei Orgânica do Ministério Público Estadual é de competência privativa do Procurador-Geral de Justiça.

(ii) Lei Orgânica do Ministério Público Estadual deve ser instituída por lei complementar.

No mais, a Lei nº 8.625, de 12.02.1993, dispõe sobre **normas gerais** para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. Foi editada com base no art. 61, § 1º, II, "d", da Constituição Federal, veja:

Art. 61. (...)

§ 1º São de **iniciativa privativa do Presidente da República** as leis que:

II - disponham sobre:

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como **normas gerais para a organização do Ministério Público** e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

Destaco que a Lei nº 8.625/1993 é uma lei ordinária.

Assim, o Governador do Estado não está legitimado para encaminhar uma proposição à Assembleia Legislativa visando à alteração da Lei Orgânica do Ministério Público do respectivo Estado. Apenas o Procurador-Geral de Justiça pode apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.

4. (FGV/TCE-AM - 2021) O Ministério Público do Estado Alfa, após regular tramitação interna, elaborou a sua proposta orçamentária e encaminhou o respectivo projeto de lei à Assembleia Legislativa, que deliberou pela sua rejeição por vício de iniciativa.

À luz da sistemática constitucional, a deliberação da Assembleia Legislativa foi:

- a) incorreta, desde que a iniciativa, pelo Ministério Público, tenha sido autorizada pelo Poder Executivo;
- b) correta, pois a iniciativa do processo legislativo, na temática descrita na narrativa, é privativa do Poder Executivo;
- c) correta, considerando que o Ministério Público é órgão do Poder Executivo, logo, apenas este último detém o poder de iniciativa legislativa;
- d) incorreta, pois a iniciativa do processo legislativo somente é transferida ao Poder Executivo caso o Ministério Público não observe o prazo constitucional;
- e) incorreta, pois o Ministério Público possui autonomia financeira, logo, tem legitimidade para submeter sua proposta orçamentária ao Poder Legislativo.

Comentários:

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

A questão cobrou do candidato o conhecimento sobre a autonomia financeira do Ministério Público.

Segundo o art. 127, § 2º da CF/88, o MP possui autonomia funcional e administrativa, devendo o candidato acrescentar também em seus estudos que o MP também possui autonomia financeira devido à interpretação sistemática da CF/88.

O art. 127, § 3º da CF/88 determina que o Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

A elaboração da proposta deverá ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo, porém, caso não seja a proposta encaminhada, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º.

Repare que a questão informa que o MP encaminhou a proposta orçamentária diretamente à Assembleia Legislativa, quando na verdade deveria ter encaminhada ao Chefe do Poder Executivo, por força de mandamento constitucional.

Por fim, a Lei nº 8.625/93, que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, ensina que:

Art. 4º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá ao Poder Legislativo.

5. (FGV / DPE-RJ – 2019) Adélia praticou uma infração penal e, após amplas investigações, a instituição com atribuição constitucional ajuizou uma ação penal em face dela. Essa instituição é:

- a) o Ministério Público;
- b) a Defensoria Pública;
- c) a Procuradoria-Geral do Estado;
- d) a Polícia Judiciária;
- e) o Poder Judiciário.

Comentários:

A ação penal foi ajuizada pelo Ministério Público, ao qual compete, privativamente, promover a ação penal pública, na forma da lei (art. 129, I, CF). O gabarito é a letra A.

6. (FGV / AL-RO – 2018) O Juiz de Direito da Comarca Alfa, ao receber a denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Antônio, pela prática de crime contra o patrimônio, entendeu que as provas colhidas na investigação criminal apontavam para a existência de um coautor para a infração penal, João, sobre o qual a inicial acusatória não fazia qualquer menção. Por tal razão, expediu determinação para que o Promotor de Justiça aditasse a denúncia para nela incluir João.

À luz da sistemática constitucional afeta ao Ministério Público, é correto afirmar que a referida determinação

- a) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio da inamovibilidade.
- b) está em harmonia com a ordem constitucional, desde que confirmada pelo Tribunal de Justiça.

- c) está em harmonia com a ordem constitucional, por força do direito fundamental de acesso à justiça.
- d) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio da independência funcional.
- e) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio do convencimento motivado.

Comentários:

O Poder Judiciário não pode determinar que o Ministério Público adite uma denúncia, uma vez que o Parquet goza de independência funcional (art. 127, § 1º, CF). Desse modo, o Ministério Público é uma instituição que **não está sujeita a qualquer interferência** de outro órgão ou Poder da República. O Ministério Público deve buscar a satisfação do interesse social e do bem comum (e não o cumprimento de ordens deste ou daquele Poder!). O gabarito é a letra D.

7. (FGV / ALE-RJ–Procurador – 2017) CWW, político de grande prestígio em certo Município do Estado, não concordava com a forma de atuação do Promotor de Justiça da Comarca, já que ela resultara no ajuizamento de diversas ações que estavam comprometendo a sua imagem. O caso foi levado ao conhecimento do Procurador-Geral de Justiça, que recebeu de CWW a solicitação de que o Promotor de Justiça, titular há vários anos na Comarca, fosse dela removido compulsoriamente.

À luz dos dados fornecidos e da sistemática constitucional, é correto afirmar que a solicitação formulada:

- a) deve ser apreciada pelo órgão colegiado competente, que só pode deferi-la por motivo de interesse público;
- b) jamais poderia ser atendida, pois a ordem constitucional assegura a garantia da inamovibilidade;
- c) poderia ser livremente apreciada pelo Procurador-Geral de Justiça, Chefe do Ministério Público estadual;
- d) deveria ser endereçada diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público, único órgão competente para apreciá-la;
- e) é livremente apreciada pelo órgão ao qual a normatização infraconstitucional atribuiu competência.

Comentários:

Os membros do Ministério gozam da garantia da inamovibilidade, segundo a qual não poderão ser removidos de ofício. A **inamovibilidade**, todavia, **não é absoluta**. É possível a remoção de ofício por razões de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado do Ministério Público.

O gabarito é a letra A.

8. (FGV / MPE-RJ – 2016) Pedro e Arnaldo estavam insatisfeitos com a atuação de determinado membro do Ministério Público, lotado há muitos anos na Comarca, que frequentemente se contrapunha aos interesses prestigiados pelas oligarquias locais. Procuraram, portanto, um influente político do Estado e solicitaram que o referido Promotor de Justiça fosse removido, sob o argumento de que sua atuação era prejudicial ao interesse público. À luz da sistemática constitucional e dos dados informados, esse membro do Ministério Público:

- a) pode ser removido, por decisão do colegiado competente do Ministério Público, se presentes os requisitos constitucionais;
- b) não pode ser removido em nenhuma hipótese, o que decorre da garantia da inamovibilidade;
- c) pode ser livremente removido, o que decorre do princípio hierárquico, que caracteriza a Administração Pública;
- d) somente pode ser removido por decisão do Poder Judiciário, o que decorre da inafastabilidade da tutela jurisdicional;
- e) somente pode ser removido por decisão do Procurador-Geral de Justiça, que chefia a instituição.

Comentários:

Os membros do Ministério Público possuem **garantias funcionais**: a vitaliciedade, a inamovibilidade e a independência funcional.

Pela inamovibilidade, os membros do Ministério Público não poderão ser removidos de ofício, **salvo por motivo de interesse público**, por decisão de órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta dos membros. Também é possível a remoção de ofício de membro do Ministério Público por decisão da maioria absoluta dos membros do CNMP.

O gabarito é a letra A.

9. (FGV / MPE-RJ – 2016) Odésio, servidor do Ministério Público Estadual, apesar de plenamente realizado em sua profissão, tinha o sonho de ser vereador. Para realizá-lo, filiou-se a um partido político e participou regularmente de inúmeras reuniões. Na eleição, o seu esforço foi compensado e o sonho realizado, sendo eleito vereador do seu Município. Apesar da sua alegria, foi informado por um amigo que, para tomar posse como vereador, teria que pedir exoneração do cargo público que ocupava, informação esta que, no seu entender, não estaria correta.

À luz dessa narrativa e da sistemática adotada pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que Odésio, caso não pedisse exoneração do Ministério Público Estadual:

- a) teria que, necessariamente, ser afastado do cargo efetivo assim que tomasse posse como vereador;
- b) poderia tomar posse no cargo de vereador, mas teria que, necessariamente, optar pela remuneração de um dos cargos;

- c) poderia ser empossado vereador e, havendo compatibilidade de horários, receberia ambas as remunerações;
- d) não poderia tomar posse no cargo de vereador, já que vedada a acumulação de cargos;
- e) não poderia tomar posse como vereador, exceto se renunciasse à remuneração do cargo efetivo.

Comentários:

A CF/88 proíbe que os membros do Ministério Público exerçam atividade político-partidária. No entanto, tal vedação **não alcança os servidores** do Ministério Público.

Quando um servidor público é eleito para o mandato de Vereador, **há 2 (duas) possibilidades:**

- a) se houver compatibilidade de horários, poderá acumular o cargo efetivo e o mandato de Vereador, recebendo ambas remunerações.
- b) se não houver compatibilidade de horários, será afastado do cargo efetivo, tomando posse como Vereador. Nesse caso, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo ou do mandato de Vereador.

O gabarito é a letra C.

10. (FGV / ISS-Cuiabá – 2016) Arnaldo, cidadão brasileiro, narrou ao órgão com atribuição do Ministério Público três situações fáticas listadas a seguir, cujos efeitos se projetavam sobre ele e solicitou a adoção das providências necessárias à sua superação.

Fato I: o único vizinho de Arnaldo, uma vez por semana, escutava, por trinta minutos, músicas com o som elevado, que superava em muito os limites tidos como toleráveis;

Fato II: uma indústria existente na cidade de Arnaldo despejou resíduos tóxicos no único rio da região, causando grande mortandade de peixes e impedindo o uso da água pela população;

Fato III: outra indústria havia comercializado, exclusivamente na cidade de Arnaldo, um produto impróprio para o consumo, causando danos variados a todos os seus adquirentes.

Com base no caso descrito, à luz das atribuições constitucionais de natureza extrapenal do Ministério Público e das características dos interesses envolvidos, assinale a afirmativa correta.

- a) Todos os fatos poderiam ser investigados pelo Ministério Público, isso por se enquadrarem sob a epígrafe dos interesses individuais e coletivos de natureza indisponível.
- b) Somente os fatos II e III poderiam ser investigados pelo Ministério Público, pois têm, respectivamente, natureza de interesses difusos e de interesses coletivos.
- c) Nenhum dos fatos poderia ser investigado pelo Ministério Público, já que Arnaldo, por ser cidadão, teria legitimidade para o ajuizamento da ação popular.
- d) Somente os fatos I e II, isso por violarem o meio ambiente, tendo natureza essencialmente difusa, poderiam ser investigados pelo Ministério Público.

- e) Somente os fatos I e III poderiam ser investigados pelo Ministério Público, pois somente nesses casos seria possível identificar as vítimas dos ilícitos.

Comentários:

Segundo o art. 129, III, CF/88, são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a **proteção do patrimônio público e social**, do **meio ambiente** e de **outros interesses difusos e coletivos**.

Na situação apresentada pelo enunciado, os fatos II e III podem ser investigados pelo Ministério Público, uma vez que têm a natureza de interesses difusos e coletivos. Entretanto, o fato I está fora do âmbito de atuação do Ministério Público, uma vez que “*escutar música com o som elevado*” está prejudicando apenas Arnaldo (e não os interesses da coletividade!).

O gabarito é a letra B.

11. (FGV / Prefeitura de Cuiabá – 2015) Adenílton e Ismênio, estudantes de Direito, travaram intenso debate a respeito das atribuições constitucionais do Ministério Público. Apesar de ambos defenderem a importância da Instituição e a amplitude de suas atribuições, não chegaram a um consenso a respeito das situações concretas em que a atuação seria possível.

Adenílton sustentava que o Ministério Público, como guardião da ordem jurídica, poderia defender os interesses dos necessitados, ajuizando ações judiciais em nome daqueles que não pudessem pagar advogado. Ismênio, por sua vez, entendia que o Ministério Público poderia defender interesses individuais, desde que fossem indisponíveis.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) ambos estão corretos, já que, no exercício da atribuição de “defesa da ordem jurídica”, está incluída a tutela dos interesses individuais, disponíveis ou indisponíveis.
- b) somente Adenílton está correto, pois o Ministério Público pode defender interesses individuais dos necessitados, mas não interesses de pessoas não necessitadas.
- c) ambos estão incorretos, já que o Ministério Público somente pode defender interesses difusos e coletivos, não interesses individuais, quaisquer que sejam eles.
- d) somente Ismênio está correto, pois o Ministério Público apenas pode defender interesses individuais de natureza indisponível.
- e) ambos estarão corretos caso seja demonstrada a relevância social dos interesses e os respectivos titulares tiverem outorgado procuração ao Ministério Público.

Comentários:

- I) Adenílton está errado. O Ministério Público não pode ajuizar ações judiciais para defender os interesses dos necessitados. Essa é uma competência da Defensoria Pública.

II) Ismênia está correto. Segundo o art. 127, CF/88, "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos **interesses sociais e individuais indisponíveis**".

O gabarito é a letra D.

12. (FGV / TJ-RJ – 2014) As funções essenciais à Justiça:

- a) estão subordinadas ao Poder Judiciário no plano funcional;
- b) são autônomas em relação ao Poder Judiciário;
- c) estão subordinadas ao Poder Judiciário no plano administrativo;
- d) são autônomas em relação ao Poder Judiciário e subordinadas ao Ministério da Justiça;
- e) estão subordinadas ao Poder Executivo exclusivamente no plano financeiro.

Comentários:

As funções essenciais à Justiça, desempenhadas por Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública são **autônomas**. Não integram o Judiciário e não estão subordinadas a ele. O gabarito é a letra B.

13. (FGV / MPE-RJ – 2014) O Ministério Público, como órgão que desempenha funções fundamentais em um Estado Democrático de Direito, é incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Como consequência da presente assertiva, fruto de interpretação literal do caput do artigo 127 da Constituição da República Brasileira, é INCORRETO afirmar que:

- a) o Ministério Público pode ser considerado como o guardião da sociedade, diante do perfil que lhe foi traçado constitucionalmente;
- b) na defesa dos interesses acima mencionados, o Ministério Público pode atuar judicial e extrajudicialmente, já que, além de outras razões, quem detém os fins, detém também os meios;
- c) as funções institucionais elencadas nos incisos constantes do caput do artigo 129 da Constituição da República Brasileira não devem apresentar incompatibilidades materiais com a norma estabelecida no citado artigo 127, caput, também da nossa *Lex Fundamentalis*;
- d) ao Ministério Público é autorizado também exercer a representação judicial e consultoria jurídica de outras entidades públicas, vez que este papel estaria em consonância com os termos do artigo 127, caput da Constituição da República Brasileira;
- e) em virtude dos interesses que protege, o Ministério Público deve obrigatoriamente atuar em ações penais e ações civis públicas.

Comentários:

A letra A está correta. De fato, o Ministério Público pode ser considerado um guardião da sociedade. O art. 127 da CF/88 prevê que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do **regime democrático** e dos **interesses sociais e individuais indisponíveis**.

A letra B está correta. Na defesa dos interesses da sociedade, o Ministério Público pode atuar tanto judicial quanto extrajudicialmente.

A letra C está correta. As competências do Ministério Público previstas no art. 129 da CF/88 têm como fundamento a função do Parquet de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A letra D está incorreta. O inciso IX do art. 129 da Constituição veda que o Ministério Público exerça a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

A letra E está correta. Essas competências estão previstas nos incisos I e III do art. 129 da CF/88.

A letra D é o gabarito da questão.

14. (FGV / PROCEMPA – 2014) O Presidente da República, após receber a proposta de previsão orçamentária do Ministério Público, verifica que ela não atende às regras de previsibilidade de despesas acoplada as receitas previstas e, ao enviar a proposta consolidada ao Congresso Nacional, realiza diversos cortes nas despesas previstas no projeto do Ministério Público.

Nos termos da Constituição Federal, o Ministério Público

- a) poderá propor sua previsão orçamentária sem quaisquer limitações.
- b) terá como limite à sua proposta a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) será controlado pelo Poder Executivo, que, não concordando com a proposta, poderá seccioná-la.
- d) controlará o seu orçamento pela decisão da sua Chefia.
- e) apresentará sua proposta orçamentária em audiência pública.

Comentários:

A Carta Magna prevê, em seu art. 127, § 4º, que o Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária **dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias**. Não poderia ser diferente, uma vez que todo o orçamento deve obediência a esses limites. O gabarito é a letra B.

15. (FGV / SUDENE – 2013) O Ministério Público exerce função essencial à Justiça. Nos termos da Constituição Federal, o Chefe do Ministério Público da União é escolhido, dentre integrantes da carreira:

- a) pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados com sanção do Presidente da República.

- b) por votação direta e secreta dos membros do Ministério Público, com aprovação do Senado Federal.
- c) por indicação dos órgãos de classe do Ministério Público, com nomeação do Presidente da República.
- d) por indicação do plenário do Senado, com aprovação do Presidente da República.
- e) pela Presidência da República, após aprovação do Senado Federal.

Comentários:

O Chefe do Ministério Público da União é o Procurador-Geral da República (PGR). O PGR é **nomeado pelo Presidente da República** dentre integrantes da carreira, maiores de 35 anos, **após aprovação** de seu nome pela maioria absoluta do **Senado Federal**. A resposta, portanto, é a letra E.

16. (FGV / TJ-AM – 2013) Junto ao Tribunal de Contas da União atua um Ministério Público especializado, com membros nomeados pelo Presidente da República após concurso público específico de provas e títulos, dotado de fisionomia institucional própria, submetido exclusivamente ao Procurador-Geral da República.

Comentários:

Segundo o STF, o Ministério Público junto ao TCU não possui fisionomia institucional própria. Ele integra a estrutura do próprio TCU e seus membros não estão submetidos ao Procurador-Geral da República. Questão errada.

17. (FGV / SEFAZ-RJ – 2011) A Constituição Brasileira dispõe que “o ministério público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127). Dentre os cargos abaixo, não integra o Ministério Público o:

- a) Procurador do estado.
- b) Procurador da república.
- c) Procurador de justiça.
- d) Promotor de justiça.
- e) Procurador do trabalho.

Comentários:

Dentre os cargos acima relacionados, o único que não faz parte do Ministério Público é o de Procurador do Estado, que é **membro da Advocacia Pública**. O Procurador da República é membro

do MPF; o Promotor de Justiça, do MPE e MPDFT e; o Procurador do Trabalho, do MPT. A resposta é a letra A.

18. (FGV / BADESC – 2010) Considerando o estatuto constitucional do Ministério Público, analise as afirmativas a seguir.

I. Os membros do Ministério Público gozam da garantia da vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo, salvo por sentença transitada em julgado, ou por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público em processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

II. Algumas das vedações previstas na Constituição aos membros do Ministério Público são: o exercício de atividade político partidária; o exercício, ainda que em disponibilidade, de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério; e a participação em sociedade comercial, na forma da lei.

III. São funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, o exercício do controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar respectiva, e a requisição à polícia judiciária de diligências investigatórias e de instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. A vitaliciedade é garantia dos membros do Ministério Público, adquirida após 2 anos de efetivo exercício. Uma vez tendo adquirido a vitaliciedade, o membro do Ministério Público somente pode perder o seu cargo mediante **sentença judicial transitada em julgado**. O CNMP não pode decidir pela perda do cargo.

A **segunda assertiva** está correta. Todas essas são vedações aplicáveis aos membros do Ministério Público, conforme art. art. 128, § 5º, III.

A **terceira assertiva** está correta. Compete ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial e requisitar à polícia judiciária diligências investigatórias e instauração de inquérito policial.

19. (FGV / TJ-AM – 2013) A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia e a Defensoria Pública como funções

essenciais à Justiça. Em relação ao Ministério Público, a Constituição reconhece, explicitamente, como seus princípios institucionais:

- a) a indivisibilidade, a soberania e a imparcialidade.
- b) a unidade, a imparcialidade e o sigilo de suas deliberações e decisões.
- c) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- d) a independência funcional, a imparcialidade e a unidade.
- e) a soberania, a imparcialidade e a unidade.

Comentários:

São princípios institucionais do Ministério Público a **unidade**, a **indivisibilidade** e a **independência funcional** (art. 127, § 1º). A resposta é a letra C.

20. (FGV / OAB – 2012) A respeito dos Procuradores-Gerais de Justiça nos Estados e no Distrito Federal, é INCORRETO afirmar que

- a) podem ser destituídos pela Assembleia Legislativa (nos Estados) e pela Câmara Legislativa (no Distrito Federal).
- b) podem ser reconduzidos somente uma vez.
- c) devem ser integrantes da carreira e exercem o cargo por mandato de dois anos.
- d) são nomeados pelo Governador (nos Estados) e pelo Presidente da República (no Distrito Federal).

Comentários:

Letra A: errada. A destituição do Procurador-Geral de Justiça no Distrito Federal depende de **deliberação da maioria absoluta do Senado Federal**. Isso porque o MPDFT integra o Ministério Público da União.

Letra B: correta. De fato, os Procuradores-Gerais de Justiça podem ser reconduzidos apenas uma vez. É diferente do Procurador-Geral da República, que pode ser reconduzido sucessivas vezes.

Letra C: correta. Os Procuradores-Gerais de Justiça são integrantes da carreira e exercem o mandato por 2 anos.

Letra D: correta. A nomeação dos Procuradores-Gerais de Justiça nos Estados compete aos Governadores. A nomeação dos Procuradores-Gerais de Justiça no Distrito Federal é competência do Presidente da República.

21. (FGV / TJ-PA – 2009) As alternativas a seguir apresentam funções institucionais do Ministério Público, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Exercer o controle externo da atividade policial, podendo avocar a presidência de inquérito policial, quando verificado desvio de poder por parte da autoridade policial competente.
- b) Promover a ação de constitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
- c) Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.
- d) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- e) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

Comentários:

Letra A: errada. De fato, o Ministério Público tem como atribuição exercer o controle externo da atividade policial. No entanto, essa instituição **não pode avocar a presidência de inquérito policial**.

Letra B: correta. É exatamente o que dispõe o art. 129, IV, CF. O Procurador-Geral da República é um dos legitimados para ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade junto ao STF. O Procurador-Geral da República também pode promover representação interventiva junto ao STF.

Letra C: correta. Essa é uma atribuição prevista no art. 129, VI, CF.

Letra D: correta. O Ministério Público tem competência para promover o inquérito civil e a ação civil pública (art. 129, III, CF).

Letra E: correta. Segundo o art. 129, V, é atribuição do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

Conselho Nacional do Ministério Público

22. (FGV / TJ-AM – 2013) O Conselho Nacional do Ministério Público tem atribuição para revisar e instaurar processos disciplinares contra servidores dos órgãos estaduais e federais, além dos membros das respectivas carreiras.

Comentários:

Compete ao CNMP rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de **membros do Ministério Público da União ou dos Estados** julgados há menos de um ano. O CNMP não se preocupa com os “servidores dos órgãos estaduais e federais”, mas sim com os membros do Ministério Público. Questão errada.

Advocacia Pública

23. (FGV / Câmara Municipal de Caruaru – 2015) A respeito da sistemática constitucional afeta à Advocacia-Geral da União, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A Advocacia-Geral da União possui autonomia funcional, administrativa e financeira.
- () O Advogado-Geral da União deve ser necessariamente escolhido dentre integrantes da carreira da Advocacia-Geral da União.
- () Na execução da dívida ativa tributária, a União é representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, F e V.
- b) V, V e F.
- c) V, F e F.
- d) F, V e V.
- e) F, V e F.

Comentários:

A **primeira assertiva** está errada. Dentre as funções essenciais à Justiça, apenas o Ministério Público e a Defensoria Pública é que possuem autonomia funcional, administrativa e financeira. A Advocacia-Geral da União não possui autonomia funcional, administrativa e financeira.

A **segunda assertiva** está errada. O Advogado-Geral da União é de livre nomeação pelo Presidente da República, ou seja, não precisa ser escolhido dentre os integrantes da carreira. O Advogado-Geral da União é nomeado dentre cidadãos maiores de 35 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

A **terceira assertiva** está correta. A União é representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na execução da dívida ativa de natureza tributária.

O gabarito é a letra A.

24. (FGV / SSP-AM – 2015) A Assembleia Legislativa de determinado Estado da Federação, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços prestados pelos Procuradores do Estado, alterou a Constituição Estadual. No entanto, somente uma entre as alterações promovidas encontra-se em harmonia com a Constituição da República, qual seja:

- a) a Procuradoria do Estado foi dividida em duas instituições autônomas e independentes, a Procuradoria da Administração Direta e a Procuradoria da Administração Indireta;

- b) foi vedado o exercício, pelos Procuradores do Estado, da atividade de consultoria jurídica do respectivo ente federado;
- c) os Procuradores do Estado passaram a ter a garantia da inamovibilidade, de modo que não poderão ser removidos do órgão em que atuam por decisão do superior hierárquico;
- d) o ingresso na carreira de Procurador do Estado tanto poderá ocorrer a partir do preenchimento de cargo de provimento efetivo como de cargo em comissão;
- e) o Procurador-Geral do Estado pode ser escolhido entre não integrantes da carreira.

Comentários:

Letra A: errada. A CF/88 **não prevê** a possibilidade de divisão das Procuradorias dos Estados em duas instituições. Além disso, não se pode dizer que as Procuradorias dos Estados sejam instituições autônomas e independentes.

Letra B: errada. Uma das funções da Advocacia Pública é justamente **prestar consultoria e assessoramento jurídico** ao Poder Executivo.

Letra C: errada. Os membros da Advocacia Pública **não gozam** da garantia de inamovibilidade.

Letra D: errada. O art. 132, *caput*, CF/88, estabelece que o ingresso na carreira de Procurador do Estado se dará mediante **concurso público de provas e títulos**.

Letra E: correta. Por simetria com a CF/88, que autoriza a livre nomeação do Advogado-Geral da União, o STF considera que o Procurador-Geral do Estado **pode ser escolhido entre não integrantes da carreira**.

O gabarito é a letra E.

25. (FGV / TJ-BA–Analista–Administração – 2015) Em relação às funções essenciais à justiça, a Constituição da República de 1988 dispõe que:

- a) à Advocacia-Geral da União incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- b) a Defensoria Pública é responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, na defesa de seus interesses, nas esferas federal e estadual;
- c) é função institucional da Defensoria Pública exercer o controle externo da atividade policial e defender judicialmente os direitos dos indígenas;
- d) ao Ministério Público incumbe a orientação jurídica e a defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais, de forma gratuita, aos necessitados e hipossuficientes;
- e) são garantias dos membros do Ministério Público a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.

Comentários:

Letra A: errada. Segundo o art. 127, CF/88, "o **Ministério Públíco** é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a **defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis**".

Letra B: errada. A consultoria e o assessoramento jurídico do Poder Executivo são tarefas de competência da **Advocacia Pública**.

Letra C: errada. Dentre as **funções institucionais** do Ministério Públíco estão o controle externo da atividade policial (art. 129, VII) e a defesa judicial dos direitos dos indígenas (art. 129, V).

Letra D: errada. Cabe à **Defensoria Pública**, a orientação jurídica e a defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais, de forma gratuita, aos necessitados e hipossuficientes.

Letra E: correta. Os membros do Ministério Públíco **gozam das garantias** de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.

O gabarito é a letra E.

26. (FGV / TJ-RJ–Analista–Comissário de Justiça – 2014) Determinada lei estadual, editada no corrente ano, com o objetivo de aumentar a eficiência na representação judicial da Administração Públíca, dispôs que as execuções fiscais passariam a ser promovidas pela "Procuradoria da Fazenda Estadual", estrutura orgânica criada pela referida lei, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda e totalmente autônoma em relação à Procuradoria-Geral do Estado, a quem caberia a representação dos demais interesses estatais. À luz desse quadro, é correto afirmar que a lei estadual é:

- inconstitucional, pois a Procuradoria da Fazenda Estadual deveria ser órgão integrante do Ministério Públíco;
- constitucional, pois a lei estadual pode dispor livremente sobre as matérias de interesse do Estado;
- inconstitucional, pois a Procuradoria da Fazenda Estadual deveria estar diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo;
- constitucional, pois a Procuradoria da Fazenda Estadual está constitucionalmente vocacionada à defesa dos interesses fazendários do Estado;
- inconstitucional, pois o Estado não pode criar Procuradorias autônomas e desvinculadas da Procuradoria-Geral do Estado.

Comentários:

Ao contrário do que ocorre no âmbito da União, a representação dos Estados **não é dividida** entre Procuradores Estaduais e Procuradores da Fazenda. Nesse sentido, não pode o Estado criar Procuradorias autônomas, desvinculadas da Procuradoria-Geral do Estado.

O gabarito é a letra E.

27. (FGV / AL-MT – 2013) Aos Procuradores de Estado é assegurada a vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

Comentários:

Os Procuradores de Estado não têm a garantia da vitaliciedade. Questão errada.

28. (FGV / AL-MT – 2013) O Advogado-Geral da União será nomeado pelo Presidente da República, após aprovação de seu nome pelo Senado Federal.

Comentários:

Segundo o art. 131, § 1º, “a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre **nomeação pelo Presidente da República** dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.” Não há necessidade de que seu nome seja aprovado pelo Senado Federal. Questão errada.

Defensoria Pública

29. (FGV / DPE-RJ – 2019) Clara, pessoa economicamente hipossuficiente, perguntou a um parente, com formação jurídica, se poderia procurar a Defensoria Pública para obter orientações sobre como deveria proceder para vender a casa em que morava.

O referido parente informou corretamente que a Defensoria Pública:

- a) não atenderia Clara, pois não existe uma ação judicial em curso;
- b) somente atenderia Clara se fosse paga a taxa de consulta jurídica;
- c) não atenderia Clara, pois a atuação no plano extrajudicial restringe-se à defesa dos direitos humanos;
- d) atenderia Clara, pois sua atuação, de modo gratuito, estende-se ao plano judicial e ao extrajudicial;
- e) teria liberdade para decidir se atenderia, ou não, Clara, por se tratar de atuação extrajudicial.

Comentários:

A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a **orientação jurídica**, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, ***judicial ou extrajudicial***, dos ***direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita***, aos ***necessitados***, na forma do art. 5º, LXXIV, CF/88. Por isso, poderá orientar Clara de modo gratuito, mesmo não havendo uma ação judicial em curso. O gabarito é a letra D.

30. (FGV / DPE-RJ – 2019) A Constituição da República de 1988 dispõe que incumbe à Defensoria Pública, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Para tanto, o texto constitucional estabelece que são princípios institucionais da Defensoria Pública:

- a) indivisibilidade, vitaliciedade e unidade;
- b) inamovibilidade, unidade e vitaliciedade;
- c) unidade, indivisibilidade e independência funcional;
- d) indivisibilidade, irredutibilidade de vencimentos e estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício;
- e) irredutibilidade de vencimentos, vitaliciedade e independência funcional.

Comentários:

O art. 134, § 4º, da Carta Magna, determina que “são princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional”. O gabarito é a letra C.

31. (FGV / DPE-RJ – 2019) Ao tomar conhecimento de que a Defensoria Pública iria adquirir computadores para o aparelhamento dos órgãos da instituição, o Governador do Estado determinou a suspensão do processo licitatório por entender que a aquisição seria inoportuna. À luz da sistemática constitucional, a decisão do Governador deve ser considerada:

- a) lícita, desde que haja previsão nesse sentido na lei complementar;
- b) ilícita, por violar a autonomia funcional da Defensoria Pública;
- c) ilícita, por violar a autonomia administrativa da Defensoria Pública;
- d) lícita, pois a Defensoria Pública está subordinada ao Governador do Estado;
- e) ilícita, salvo se o próprio Governador tivesse autorizado a realização do processo licitatório em momento anterior.

Comentários:

As Defensorias Públicas da União e dos Estados gozam de autonomia administrativa (art. 134, § 2º, CF), por isso a decisão do Governador é ilícita. O gabarito é a letra C.

32. (FGV / PGE-RO – 2015) A respeito da autonomia da Defensoria Pública Estadual, no modo em que consagrada pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- a) a Defensoria Pública pode elaborar sua proposta orçamentária, observados os balizamentos constitucionais;
- b) a Defensoria Pública é instituição autônoma do Poder Judiciário;
- c) a autonomia administrativa permite que a própria instituição defina suas atribuições e crie seus órgãos;
- d) a autonomia funcional indica que as funções administrativas devem ser exercidas livremente;
- e) a Defensoria Pública é instituição autônoma, funcionalmente subordinada ao Poder Executivo.

Comentários:

Letra A: correta. A Defensoria Pública tem competência para **elaborar sua proposta orçamentária**, observados os balizamentos constitucionais.

Letra B: errada. A Defensoria Pública **não integra** a estrutura do Poder Judiciário.

Letra C: errada. A Defensoria Pública **não pode** definir suas próprias atribuições. Suas competências são definidas pela CF/88. Além disso, a organização da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e Territórios será objeto de lei complementar.

Letra D: errada. Autonomia funcional guarda relação com a **atividade-fim da Defensoria Pública** (e não com a atividade administrativa!).

Letra E: errada. A Defensoria Pública é dotada de autonomia, não estando subordinada ao Poder Executivo.

O gabarito é a letra A.

33. (FGV / PGE-RO – 2015) De acordo com o texto da Constituição da República de 1988, aos Procuradores dos Estados:

- a) é assegurada vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias;
- b) é assegurada vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias;
- c) aplica-se a obrigatoriedade de concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira, com a participação de representante do Poder Judiciário em todas as suas fases;

- d) aplica-se a obrigatoriedade de concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases;
- e) incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Comentários:

Letras A e B: erradas. Os Procuradores do Estado não gozam de vitaliciedade. Possuirão, sim, **estabilidade**, após 3 anos de efetivo exercício e avaliação de desempenho.

Letra C: errada. O ingresso na carreira de Procurador do Estado dependerá de aprovação em concurso público de provas e títulos, com a **participação da OAB em todas as fases**.

Letra D: correta. É isso mesmo. A OAB irá participar em todas as fases do concurso público para Procurador do Estado.

Letra E: errada. Essas são **missões da Defensoria Pública**. Segundo o art. 134, caput, CF/88, “*a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados*”.

O gabarito é a letra D.

34. (FGV / TJ-BA – 2015) Em relação às funções essenciais à justiça, a Constituição da República de 1988 dispõe que:

- a) à Advocacia-Geral da União incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- b) a Defensoria Pública é responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, na defesa de seus interesses, nas esferas federal e estadual;
- c) é função institucional da Defensoria Pública exercer o controle externo da atividade policial e defender judicialmente os direitos dos indígenas;
- d) ao Ministério Público incumbe a orientação jurídica e a defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais, de forma gratuita, aos necessitados e hipossuficientes;
- e) são garantias dos membros do Ministério Público a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.

Comentários:

Letra A: errada. Segundo o art. 127, CF/88, "o **Ministério Públco** é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a **defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis**".

Letra B: errada. A consultoria e o assessoramento jurídico do Poder Executivo são tarefas de competência da **Advocacia Pública**.

Letra C: errada. Dentre as **funções institucionais** do Ministério Públco estão o controle externo da atividade policial (art. 129, VII) e a defesa judicial dos direitos dos indígenas (art. 129, V).

Letra D: errada. Cabe à **Defensoria Pública**, a orientação jurídica e a defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais, de forma gratuita, aos necessitados e hipossuficientes.

Letra E: correta. Os membros do Ministério Públco **gozam das garantias** de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.

O gabarito é a letra E.

35. (FGV / AL-MT – 2013) Segundo a Constituição da República, Lei Complementar organizará a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos estados; contudo apenas para as Defensorias dos estados é assegurada autonomia funcional e administrativa.

Comentários:

Segundo o art. 134, § 1º, CF/88, **lei complementar** organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados. No entanto, a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Distrito Federal e as Defensorias Públicas dos Estados **possuem autonomia funcional e administrativa**. Questão errada.

36. (FGV / DPE-RJ – 2014) No capítulo destinado às "funções essenciais à justiça", a Constituição da República inseriu:

- o Ministério Públco, cujos membros possuem a garantia da vitaliciedade, obtida após três anos de efetivo exercício, sendo instituição encarregada da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- a Advocacia Pública, que é integrada pela Advocacia Geral da União (em nível federal), Procuradoria-Geral de Justiça dos Estados (no âmbito estadual) e Procuradorias Municipais (nos Municípios).
- a Advocacia, sendo que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- a Defensoria Pública, que tem a missão de defender os interesses da União e dos Estados, sendo-lhe assegurada autonomia funcional e administrativa, nos limites da lei.

e) a Procuradoria Pública, cujos membros possuem a garantia da estabilidade, obtida após 3 anos de efetivo exercício, sendo instituição encarregada da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Comentários:

Letra A: errada. A vitaliciedade é adquirida **após 2 (dois) anos** de efetivo exercício.

Letra B: errada. A Procuradoria-Geral de Justiça não integra a Advocacia Pública, mas sim o Ministério Público.

Letra C: correta. É exatamente isso! Nos termos do art. 133, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo **inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão**, nos limites da lei.

Letra D: errada. A Defensoria Pública tem como missão a **orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa**, em todos os graus, judicial e extrajudicial, **dos direitos individuais e coletivos**, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Letra E: errada. A defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são tarefas do **Ministério Público**.

Ação Civil Pública

37. (FGV / PGM-Niterói – 2014) Não é dado ao Ministério Público valer-se da ação civil pública para compelir o Poder Executivo à promoção de políticas públicas, já que não podem ser tecnicamente enquadradas no conceito de interesses difusos.

Comentários:

A ação civil pública **poderá ser utilizada** como meio de controle da implementação de políticas públicas. Questão errada.

38. (FGV / TJ-AM – 2013) A ação civil pública tem se mostrado, ao longo do tempo, importante instrumento na garantia de proteção a direitos difusos e coletivos. Dentre os objetos possíveis desta ação, não se inclui:

- a responsabilização por danos causados ao meio ambiente.
- a proteção de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- a pretensão que envolva contribuições previdenciárias.
- a responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por infração da ordem econômica.
- a tutela da ordem urbanística.

Comentários:

Dentre as alternativas acima, a única que não traz um objeto possível da ação civil pública é a letra C. A pretensão que envolva contribuições previdenciárias não pode ser objeto de ação civil pública, uma vez que não se trata de um direito difuso ou coletivo. A resposta é a letra C.

LISTA DE QUESTÕES

Ministério Público

1. CEBRASPE (CESPE) - Del Pol (PC PB)/PC PB/2022

São princípios institucionais tanto do Ministério Público quanto da Defensoria Pública expressos na Constituição Federal

- a) a unidade, a indivisibilidade e a publicidade.
- b) a unidade, a publicidade e a independência funcional.
- c) a indivisibilidade e a independência funcional, somente.
- d) a unidade e a publicidade, somente.
- e) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

2. CEBRASPE (CESPE) - TDP (DPE RO)/DPE RO/Oficial de Diligência/2022

Acerca do Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

- a) O MP é uma instituição única, embora tenha divisões funcionais.
- b) A hierarquia no MP é funcional.
- c) É permitida aos membros do MP a filiação partidária.
- d) É permitido aos membros do MP em disponibilidade exercer outra função pública além do magistério.
- e) No desempenho de suas funções, o MP está subordinado ao Supremo Tribunal Federal.

3. CEBRASPE (CESPE) - Sub Proc (MPCM-PA)/TCM PA/2022

Julgue os itens a seguir, acerca da disciplina constitucional do Ministério Público na Constituição de 1988.

I - Os procuradores-gerais de justiça e o procurador-geral da República são nomeados pelo chefe do Poder Executivo com base em lista tríplice formada pela respectiva carreira.

II - Bienalmente, o Conselho Nacional do Ministério Público deve escolher um corregedor nacional dentre os chefes dos Ministérios Públicos dos estados e da União.

III - Independentemente da legitimidade das pessoas jurídicas de direito público, o Ministério Público também pode ajuizar ação civil pública para defesa do patrimônio público.

IV - Nenhum membro ativo do Ministério Público pode exercer advocacia.

V - Não cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público suspender atos de membros do Ministério Público praticados no exercício da atividade-fim da instituição, ainda que juridicamente inválidos.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

4. CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

Entre os princípios institucionais do Ministério Público, o princípio da unidade assegura a integração de seus membros a um só órgão, sob a chefia de um procurador-geral.

5. CEBRASPE (CESPE) - TCE TCE RJ/TCE RJ/Técnico/2022

À luz das disposições constitucionais a respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

A composição do Conselho Nacional do Ministério Público tem vagas destinadas a procuradores do Ministério Público junto aos tribunais de contas.

6. CEBRASPE (CESPE) - TCE TCE RJ/TCE RJ/Técnico/2022

À luz das disposições constitucionais a respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

Aos procuradores dos estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade depois de três anos de efetivo exercício no cargo, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

7. (CESPE / MPC-PA – 2019) Considerando-se as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), é correto afirmar que o Procurador-Geral da República, chefe do Ministério Público da União, é nomeado pelo Presidente da República dentre

- a) integrantes da carreira, para mandato de dois anos, podendo ser destituído por iniciativa do Presidente da República, desde que haja prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

- b) cidadãos de mais de trinta e cinco anos de idade de notório saber jurídico e conduta ilibada, após sabatina e aprovação pelo STF, para mandato de três anos, sem possibilidade de posterior destituição.
- c) integrantes de lista tríplice da carreira, para mandato de dois anos após prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal, sem possibilidade de posterior destituição, salvo em caso de processo disciplinar ou decisão judicial.
- d) cidadãos de mais de trinta e cinco anos de idade de notório saber jurídico e conduta ilibada, integrantes ou não das carreiras do Ministério Público, para mandato de dois anos podendo ser destituído por iniciativa do presidente da República, desde que haja prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- e) integrantes da carreira, para mandato de três anos, podendo ser destituído por iniciativa do Presidente da República, desde que haja prévia autorização da maioria absoluta do STF.

8. (CESPE / TRF 1ª Região – 2017) São princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública, enquanto funções essenciais à justiça, a indivisibilidade, a unidade e a independência funcional.

9. (CESPE / TRF 1ª Região – 2017) O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional cujo rol de funções previsto pela Constituição Federal de 1988 é não exaustivo e inclui a titularidade para promover ação penal pública e ação direta de constitucionalidade.

10. (CESPE / TCE-PE – 2017) O princípio constitucional da indivisibilidade do Ministério Público veda aos integrantes da carreira a possibilidade de substituição de uns pelos outros.

11. (CESPE / PC-GO – 2017) No modelo de funcionamento da justiça montado no Brasil, entendeu-se ser indispensável a existência de determinadas funções essenciais à justiça. Nesse sentido, a CF considera como funções essenciais à justiça

- a) o Poder Judiciário, o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- b) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- c) o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- d) o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia.
- e) o Poder Judiciário, o Ministério Público e a defensoria pública.

12. (CESPE / PC-GO – 2017) À luz da CF, assinale a opção correta a respeito do Ministério Público.

- a) Segundo a CF, são princípios institucionais aplicáveis ao Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade, a independência funcional e a inamovibilidade.
- b) Foi com a CF que a atividade do Ministério Público adquiriu o status de função essencial à justiça.
- c) O STF, ao tratar das competências e prerrogativas do Ministério Público, estabeleceu o entendimento de que membro desse órgão pode presidir inquérito policial.
- d) A CF descreve as carreiras abrangidas pelo Ministério Público e, entre elas, elenca a do Ministério Público Eleitoral.
- e) A exigência constitucional de que o chefe do Ministério Público da União, procurador-geral da República, pertença à carreira significa que ele, para o exercício do cargo, pode pertencer tanto ao Ministério Público Federal quanto ao estadual.

13. (CESPE / TCE-PA – 2016) Cabe ao próprio Ministério Público a iniciativa de propor ao Poder Legislativo a edição de lei ordinária que disponha sobre a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como sobre a política remuneratória e seus planos de carreira.

14. (CESPE / PC-PE – 2016) As funções institucionais do MP incluem promover, privativamente, a ação penal pública e exercer o controle externo da atividade policial, assim como a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

15. (CESPE / PC-PE – 2016) Os procuradores-gerais dos MPs dos estados e o do Distrito Federal e Territórios serão nomeados pelos governadores dos estados e do Distrito Federal, conforme o caso, a partir de lista tríplice composta por integrantes da carreira, para mandato de dois anos.

16. (CESPE / PC-PE-Escrivão – 2016) A respeito das funções institucionais do Ministério Público (MP), assinale a opção correta de acordo com os dispositivos da Constituição Federal de 1988 (CF).

a) Como não está inserido na parte da CF que trata da segurança pública, o MP não pode exercer controle sobre a atividade policial.

b) Indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais, o MP pode requisitar a instauração de inquérito policial.

c) O rol de funções institucionais do MP previstos na CF é taxativo.

d) Independentemente do tipo penal, compete exclusivamente ao MP a promoção da ação penal.

e) O MP pode promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de interesse meramente individual disponível.

17. (CESPE / TRE-PI – 2016) Dado o princípio da unidade, os membros do MP podem ser substituídos uns pelos outros, desde que sejam da mesma carreira.

18. (CESPE / TRE-RS – 2015) Constituem funções essenciais à justiça a magistratura, o Ministério Público, a advocacia pública e a defensoria pública.

19. (CESPE / TRE-GO – 2015) O Ministério Público Eleitoral é parte integrante do Ministério Público da União, tem estrutura própria e é composto por procuradores investidos no serviço público mediante aprovação em concurso próprio para a respectiva carreira.

20. (CESPE / TRF 1^a Região – 2015) Dado o princípio da indivisibilidade, o MP é uma instituição una, podendo seus membros, que não se vinculam aos processos nos quais atuam, ser substituídos uns pelos outros de acordo com as normas legais.

21. (CESPE / TJ-SE – 2014) O princípio da independência funcional e, *a fortiori*, o princípio do promotor natural protegem o membro do Ministério Público (MP) contra ato de superior que pretenda subtrair-lhe competência fixada por critérios predeterminados abstratamente.

22. (CESPE / TJ-CE – 2014) O Ministério Público, instituição permanente que desempenha atividade essencial à função jurisdicional do Estado, é subordinado administrativamente ao Poder Judiciário.

23. (CESPE / TJ-CE – 2014) São princípios institucionais do Ministério Público a seletividade, a uniformidade e a independência funcional.
24. (CESPE / TJ-CE – 2014) Os procuradores-gerais dos estados poderão ser destituídos por deliberação do procurador-geral da República.
25. (CESPE / TJ-CE – 2014) O Ministério Público Federal abrange o Ministério Público Militar.
26. (CESPE / TJ-SE – 2014) A CF estabelece um rol exemplificativo de funções institucionais do MP, como, por exemplo, a função de promover, privativamente, as ações civil e penal públicas, na forma da lei.
27. (CESPE / TJ-CE – 2014) O procurador-geral da República será nomeado pelo presidente da República, devendo a sua escolha ser feita entre integrantes da carreira, com mais de trinta e cinco anos de idade, para mandato de dois anos, sendo permitida a recondução somente se não houver outros candidatos.
28. (CESPE / CADE – 2014) A promoção de ação de inconstitucionalidade e a representação ao STF para fins de intervenção da União em um estado da Federação constituem funções institucionais do Ministério Público.
29. (CESPE / MPE-RO – 2010) A independência funcional e a vitaliciedade figuram entre os princípios institucionais do MP.
30. (CESPE / MPE-RO – 2010) A CF admite, em caráter excepcional, a nomeação de promotor *ad hoc*.
31. (CESPE / MP-PI – 2012) Compete privativamente ao MP promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
32. (CESPE / MPE-RO – 2010) As funções institucionais do MP dispostas na CF constituem rol exemplificativo, o que facilita aos estados e aos municípios, por intermédio de legislação própria, o estabelecimento de outras atribuições compatíveis com a finalidade constitucional da instituição.
33. (CESPE / TRE-MA – 2009) Apesar de ser assegurada autonomia funcional e administrativa ao MP, a iniciativa legislativa para criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, a política remuneratória e os planos de carreira dos seus servidores cabem ao Poder Judiciário.
34. (CESPE / TRE-MA – 2009) O MP da União engloba, entre outros, o MPDFT.
35. (CESPE / TJ-RR – 2012) Os membros do MP gozam de vitaliciedade, após dois anos de exercício, e só perderão o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
36. (CESPE / TJDFT – 2007) Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, de acordo com os limites legais.

37. (CESPE / TRT 21ª Região – 2010) Aos membros do Ministério Público, assim como aos juízes, é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
38. (CESPE / ABIN – 2010) Ao MP incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e a observância dos princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e independência funcional, previstos na CF.
39. (CESPE / MPU – 2010) São funções essenciais à justiça as do Ministério Público, da advocacia pública, da advocacia privada e da defensoria pública.
40. (CESPE / TRE-MA – 2009) A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, prescinde de autorização do Senado Federal.
41. (CESPE / TRE-MA – 2009) Os MPs dos estados e o MPDFT formam lista tríplice entre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu procurador-geral, que é nomeado pelo presidente do tribunal de justiça, para mandato de três anos, permitida uma recondução.
42. (CESPE / TJ-SE – 2014) Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do MP devem ser indicados pelo procurador-geral da República, que submeterá sua indicação à aprovação do Senado Federal.
43. (CESPE / TJ-SE – 2014) O Conselho Nacional do Ministério Público tem competência para apreciar e desconstituir, inclusive de ofício, atos administrativos praticados pelos membros do *Parquet*.
44. (CESPE / TJ-CE – 2014) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por quatorze membros nomeados pelo presidente da República, após aprovação do Senado Federal.
45. (CESPE / MPE-AC – 2014) Compete ao Conselho Nacional do MP o controle da atuação administrativa, financeira e da independência funcional dos membros do MP, competindo-lhe, entre outras atribuições, a revisão, de ofício ou mediante provocação, de processos disciplinares de membros do MPE julgados há menos de um ano.
46. (CESPE / MPE-RN – 2009) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto de quatorze membros, entre os quais cinco membros dos MPs dos estados, cada um representando uma região da Federação.
47. (CESPE / MPE-RN – 2009) O Conselho Nacional do Ministério Público deve ser presidido por seu membro mais antigo.
48. (CESPE / MPE-RN – 2009) O Conselho Nacional do Ministério Público não tem poderes para determinar a remoção de membro do MP.

Advocacia Pública

49. CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

A destituição do procurador-geral da República, por iniciativa do presidente da República, não depende de autorização do Senado Federal.

50. CEBRASPE (CESPE) - AFCE (TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Considerando os termos da CF e a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir.

É inconstitucional a lei estadual que confere às procuradorias-gerais dos estados competência para controlar serviços jurídicos de autarquias e de fundações públicas.

51. CEBRASPE (CESPE) - Ana (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

Julgue o item que se segue à luz da doutrina majoritária de direito constitucional e da jurisprudência atual e majoritária do STF.

Segundo o STF, os procuradores municipais integram a categoria da advocacia pública, a qual foi inserida pela CF no rol das funções essenciais à justiça.

52. CEBRASPE (CESPE) - Tec (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

De acordo com as disposições constitucionais relativas ao Conselho Nacional de Justiça e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

O advogado-geral da União, escolhido pelo presidente da República, deve ser membro de carreira da Advocacia-Geral da União.

53. CEBRASPE (CESPE) - Tec (PGE RJ)/PGE RJ/Processual/2022

De acordo com as disposições constitucionais relativas ao Conselho Nacional de Justiça e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

As procuradorias de estado gozam de autonomia administrativa e financeira.

54. CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

A Constituição Federal de 1988 assegura aos membros da advocacia pública as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de seus subsídios.

55. (CESPE / PGE-SE – 2017) De acordo com a CF e a jurisprudência do STF, o procurador-geral de estado:

a) perderá o cargo efetivo apenas em virtude de sentença judicial transitada em julgado, caso seja integrante da carreira de procurador estadual.

b) deve, necessariamente, ter sido aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, caso seja integrante da carreira de procurador estadual.

c) goza da garantia de inamovibilidade.

d) ocupa cargo comissionado de livre nomeação e exoneração pelo governador do estado.

e) tem competência para a iniciativa de lei ordinária sobre a organização da procuradoria-geral do estado.

56. (CESPE / PC-GO-Escrivão – 2016) A Advocacia-Geral da União é a instituição competente para representar extrajudicialmente a União, o que inclui, por exemplo, a representação do ente central perante o Tribunal de Contas da União.

57. (CESPE / TRF 1ª Região – 2015) A AGU representa os interesses da União no âmbito judicial e na consultoria e assessoramento jurídico aos poderes da República.

58. (CESPE / ANATEL – 2014) Cabe à Advocacia-Geral da União a representação judicial e extrajudicial não apenas do Poder Executivo, mas também dos Poderes Legislativo e Judiciário.

59. (CESPE / TJ-SE – 2014) Cabe ao Ministério Público Federal representar a União na execução de sua dívida ativa de natureza tributária.

60. (CESPE / TJ-SE – 2014) De acordo com a CF, a representação judicial dos estados, do Distrito Federal e dos municípios cabe exclusivamente aos procuradores organizados em carreira, dependendo o ingresso nessa carreira de aprovação em concurso público de provas e títulos.

61. (CESPE / TJ-SE – 2014) As atividades de consultoria e assessoramento jurídico do TCU são da competência da AGU.

62. (CESPE / TJ-SE – 2014) Às procuradorias estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

63. (CESPE / TJDFT – 2007) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas e serão estáveis após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

Defensoria Pública

64. CEBRASPE (CESPE) - DP PA/DPE PA/2022

Assunto: Advocacia Privada e Defensoria Pública (arts. 133 a 135 da CF/1988)

Considerando a jurisprudência majoritária e atual do STF a respeito da legitimidade da DP para o ajuizamento de ação civil pública, assinale a opção correta.

a) O STF entendeu que a referida questão é infraconstitucional e depende do exame da legislação processual, tendo negado a existência de repercussão geral sobre o tema.

b) A DP tem legitimidade ampla para a propositura de ação civil pública que vise promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos.

c) A DP não possui legitimidade para a propositura de ação civil pública. Contudo, pode atuar no polo ativo como assistente do MP na defesa dos direitos dos hipossuficientes e das pessoas necessitadas.

d) A DP tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.

e) A DP não possui legitimidade para a propositura de ação civil pública, uma vez que apenas o MP possui legitimidade para defender em juízo direitos difusos e coletivos.

65. CEBRASPE (CESPE) - DP PI/DPE PI/2022

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) a respeito das funções essenciais à justiça e a jurisprudência do STJ e do STF a esse respeito, assinale a opção correta.

a) À Defensoria Pública é atribuída a função de promoção dos direitos humanos e defesa do regime democrático, com a orientação jurídica dos necessitados, sendo cabível, inclusive, a celebração de convênios para esse mister constitucional.

b) O fato de Defensoria Pública estadual não possuir representação física na cidade de Brasília é critério suficiente para que a Defensoria Pública da União assista as partes em sede de recurso especial.

c) A CF dispõe que a Defensoria Pública é instituição permanente e essencial ao funcionamento da justiça, atribuindo-lhe, entre outras, a função de promover a defesa dos hipossuficientes em sede judicial, o que inviabiliza, portanto, a sua atuação no polo ativo de ação penal.

d) Em caso de excepcional interesse público, as Constituições estaduais podem ampliar o limite temporal para exercício do direito de opção pela carreira de defensor público previsto no artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

e) Constituição estadual pode atribuir foro por prerrogativa de função para defensores público.

66. CEBRASPE (CESPE) - DP PI/DPE PI/2022

Tendo em vista a jurisprudência do STF no que se refere à relação entre finanças públicas e Defensoria Pública, assinale a opção correta.

a) Em atendimento ao equilíbrio financeiro e atuarial, é constitucional lei que defina requisitos legais diferentes em razão do gênero para efeito de outorga de pensão por morte de ex-servidores públicos.

b) Na dinâmica orçamentária estadual, o Poder Executivo atua apenas como órgão arrecadador dos recursos, não havendo espaço para discricionariedade acerca do repasse dos duodécimos das verbas destinadas à Defensoria Pública pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

c) Com respaldo na garantia constitucional de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, será constitucional lei estadual que atribua à Defensoria Pública do estado o ônus de defesa judicial de servidores públicos que eventualmente sejam processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo.

d) A autonomia funcional e administrativa conferida à Defensoria Pública estadual assegura, conforme a CF, a gestão dos recursos e de pessoal da instituição, sem, contudo, incluir a prerrogativa de formulação da própria proposta orçamentária.

e) Será constitucional lei estadual que atribua a governador de estado a competência para nomear cargos de chefia na estrutura organizacional da Defensoria Pública estadual.

67. CEBRASPE (CESPE) - DP SE/DPE SE/2022

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) a Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura da ação civil pública, ainda que esta vise promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas.

b) o exercício do cargo de defensor público exige que este esteja inscrito nos registros da Ordem dos Advogados do Brasil.

c) facilita-se ao defensor público, ao ingressar na carreira, optar por perceber o regime remuneratório de subsídio, que seja percebido pela carreira, ou adotar o modelo remuneratório de vencimentos cumulado com o recebimento de gratificações.

d) a Defensoria Pública não pode prestar orientação jurídica e exercer a defesa em favor de pessoas jurídicas.

e) a Defensoria Pública integra a estrutura do Poder Executivo.

68. CEBRASPE (CESPE) - DP TO/DPE TO/2022

Na hipótese de violação às prerrogativas da Defensoria Pública da União (DPU), a defesa judicial de tal temática, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, poderia ser exercida

a) pela Defensoria Pública, independentemente de representação judicial da Advocacia-Geral da União.

b) pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública.

c) por entidade associativa com pertinência temática, mas não por nenhuma das instituições integrantes das funções essenciais à justiça.

d) pela Advocacia-Geral da União, mas não pela Defensoria Pública.

e) pela Advocacia-Geral da União e pelo Ministério Público.

69. CEBRASPE (CESPE) - DP TO/DPE TO/2022

Considere que uma pessoa transgênero e hipossuficiente tenha procurado a Defensoria Pública para que lhe seja assegurada judicialmente a alteração de seu prenome no registro civil. De acordo com os dispositivos presentes na Constituição Federal de 1988 e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, essa pessoa

- a) não pode ser representada Defensoria Pública, já que tal circunstância não consta do rol de atribuições dessa instituição.
- b) pode ser representada pela Defensoria Pública, dada a sua hipossuficiência, embora a pretensão não encontre amparo no catálogo de direitos fundamentais.
- c) não pode ser representada pela Defensoria Pública, já que a alteração do prenome, nessa circunstância, deve ser feita pela via administrativa.
- d) pode ser representada pela Defensoria Pública em juízo, enquanto eventual denegação judicial de alteração do prenome preservaria o direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade.
- e) pode ser representada pela Defensoria Pública, com o objetivo de assegurar a efetivação do direito à igualdade e do direito ao livre desenvolvimento da personalidade.

70. CEBRASPE (CESPE) - PPE (SERES PE)/SERES PE/2022

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Defensoria Pública tem, entre outras funções institucionais, a incumbência de

- a) zelar pelo respeito aos direitos constitucionais pelos poderes públicos e serviços de relevância pública.
- b) defender judicialmente os interesses das populações indígenas.
- c) exercer o controle externo da atividade policial.
- d) promover os direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma gratuita, aos necessitados.
- e) promover ação de inconstitucionalidade para fins de intervenção da União e dos estados.

71. CEBRASPE (CESPE) - AAAJ (DP DF)/DP DF/Direito e Legislação/2022

Acerca dos fundamentos da organização dos Poderes e do Distrito Federal, julgue o seguinte item.

Às pessoas naturais e jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que comprovarem insuficiência de recursos é garantida a prestação da assistência jurídica integral e gratuita por meio da Defensoria Pública.

72. CEBRASPE (CESPE) - AAAJ (DP DF)/DP DF/Direito e Legislação/2022

Em relação aos direitos difusos e coletivos, julgue o item a seguir. Segundo o entendimento predominante no Supremo Tribunal Federal, é reconhecida a legitimidade da Defensoria Pública para propor, em determinadas circunstâncias, ação civil pública em defesa de direitos difusos ou coletivos.

73. CEBRASPE (CESPE) - TCE TCE RJ/TCE RJ/Técnico/2022

À luz das disposições constitucionais a respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

Aos defensores públicos é permitido o exercício da advocacia fora de suas atribuições institucionais — por exemplo, quando estiverem de férias.

74. CEBRASPE (CESPE) - PJM (Pires do Rio)/Pref Pires do Rio/2022

No tocante às funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte.

A garantia constitucional de prestação, pelo Estado, de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos é atribuição da Defensoria Pública.

75. (CESPE/ TJ-PA – 2020) Assinale a opção que apresenta o princípio constitucional que se aplica diretamente à carreira de defensoria pública.

- a) livre exercício da ação penal
- b) independência funcional
- c) inamovibilidade
- d) vitaliciedade
- e) irrecusabilidade

76. (CESPE / MPC-PA – 2019) No que se refere às funções essenciais à justiça, conforme os dispositivos da CF, julgue os itens a seguir.

- I. Cabe ao Ministério Público a defesa judicial dos direitos das populações indígenas.
- II. São garantidas ao advogado público independência funcional e inamovibilidade.
- III. É vedado aos defensores públicos o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

77. (CESPE / PC-PE–Escrivão – 2016) Assinale a opção correta a respeito da defensoria e da advocacia públicas.

- a) A independência funcional no desempenho das atribuições previstas aos membros da defensoria pública garante a vitaliciedade no cargo.
- b) Os procuradores do estado representam, judicial e administrativamente, as respectivas unidades federadas, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- c) O defensor público, estadual ou federal, que presta orientação jurídica a necessitados pode também exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.
- d) À defensoria pública, instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, a necessitados, em todos os graus de jurisdição e instâncias administrativas.
- e) A defensoria pública não está legitimada para propor ação civil pública: o constituinte concedeu essa atribuição apenas ao MP.

78. (CESPE / TCE-SC – 2016) Como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a Defensoria Pública incumbe-se da orientação jurídica e da defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, em todas as esferas judiciais, cabendo-lhe atuar extrajudicialmente, em processos administrativos, apenas de maneira subsidiária, quando não existir, na respectiva localidade, serviço jurídico público ou privado de atendimento gratuito à população.

79. (CESPE / TCE-PA – 2016) Ao defensor público estadual é assegurada a garantia de inamovibilidade.

80. (CESPE / PC-GO–Escrivão – 2016) A Compete à defensoria pública a defesa, de forma integral e gratuita, dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, bem como a promoção da ação penal pública nas hipóteses de crimes praticados contra os hipossuficientes.

81. (CESPE / TJDF – 2015) Nas ações em que a defensoria pública atue representando hipossuficiente contra a fazenda pública, não cabe condenação em honorários sucumbenciais.

82. (CESPE / TJDF – 2015) A defensoria pública possui legitimidade para instauração de inquérito civil público.

83. (CESPE / DPE-PE – 2015) Aos defensores públicos empossados após a promulgação da CF é permitido o exercício da advocacia privada, desde que não conflitante com o exercício de suas atribuições institucionais.

84. (CESPE / TJ-SE – 2014) Aos membros das defensorias públicas da União, do DF e dos estados é assegurada a garantia da inamovibilidade, sendo-lhes vedado o exercício da advocacia fora de suas atribuições institucionais.

85. (CESPE / TJ-SE – 2014) As defensorias públicas dos estados, do Distrito Federal e da União possuem autonomia funcional e administrativa, sendo-lhes assegurada a iniciativa de suas propostas orçamentárias na forma estabelecida na CF.

86. (CESPE / TJDFT – 2007) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

87. (CESPE / MPU – 2010) A CF assegura autonomia funcional, administrativa e financeira às defensorias públicas estaduais, por meio das quais o Estado cumpre o seu dever constitucional de garantir às pessoas desprovidas de recursos financeiros o acesso à justiça.

Advocacia Privada

88. (CESPE/ TRT 7ª Região – 2017) No que diz respeito às funções essenciais à justiça insertas na CF, julgue os itens subsequentes.

I É vedada a recondução de membro nomeado pelo presidente da República para o Conselho Nacional do Ministério Público.

II A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais da defensoria pública.

III O advogado é indispensável à administração pública, sendo, em qualquer circunstância, inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Todos os itens estão certos.

89. (CESPE / TJDFT – 2007) A lei pode disciplinar a inviolabilidade do advogado por seus atos e manifestações exarados no exercício da profissão.

GABARITO

- | | | |
|--------------------|--------------------|--------------------|
| 1. LETRA E | 31. ERRADA | 61. ERRADA |
| 2. LETRA A | 32. ERRADA | 62. ERRADA |
| 3. LETRA D | 33. ERRADA | 63. ERRADA |
| 4. CORRETA | 34. CERTA | 64. LETRA D |
| 5. ERRADA | 35. CERTA | 65. LETRA A |
| 6. ERRADA | 36. CERTA | 66. LETRA B |
| 7. LETRA A | 37. CERTA | 67. LETRA A |
| 8. CORRETA | 38. CERTA | 68. LETRA A |
| 9. CORRETA | 39. CERTA | 69. LETRA E |
| 10. ERRADA | 40. ERRADA | 70. LETRA D |
| 11. LETRA D | 41. ERRADA | 71. CORRETA |
| 12. LETRA B | 42. ERRADA | 72. CORRETA |
| 13. CERTA | 43. CERTA | 73. ERRADA |
| 14. ERRADA | 44. CERTA | 74. CORRETA |
| 15. ERRADA | 45. ERRADA | 75. LETRA B |
| 16. LETRA B | 46. ERRADA | 76. LETRA C |
| 17. ERRADA | 47. ERRADA | 77. LETRA D |
| 18. ERRADA | 48. ERRADA | 78. ERRADA |
| 19. ERRADA | 49. ERRADA | 79. CERTA |
| 20. CERTA | 50. ERRADA | 80. ERRADA |
| 21. CERTA | 51. CORRETA | 81. CERTA |
| 22. ERRADA | 52. ERRADA | 82. ERRADA |
| 23. ERRADA | 53. ERRADA | 83. ERRADA |
| 24. ERRADA | 54. ERRADA | 84. CERTA |
| 25. ERRADA | 55. LETRA D | 85. CERTA |
| 26. ERRADA | 56. CERTA | 86. CERTA |
| 27. ERRADA | 57. ERRADA | 87. CERTA |
| 28. CERTA | 58. CERTA | 88. LETRA B |
| 29. ERRADA | 59. ERRADA | 89. CERTA |
| 30. ERRADA | 60. ERRADA | |

LISTA DE QUESTÕES

Ministério Público e Conselho Nacional do Ministério Público

1. FCC - TJ Aux (TJ SC)/TJ SC/2021

Atenção: Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Considere:

I. Caio é membro do Ministério Público Federal.

II. Mustafá é membro do Ministério Público do Trabalho

III. Dionísio é membro do Ministério Público de determinado Estado.

IV. Arnaldo é membro do Ministério Público Militar.

Sendo certo que todos ingressaram na carreira no ano 2000, à vista, somente, dos dados fornecidos,

a) apenas a Dionísio é vedado o exercício de qualquer outra função pública, inclusive uma de magistério.

b) apenas a Caio, Mustafá e Arnaldo é vedado o exercício da advocacia.

c) a todos é vedado participar de sociedade comercial, na forma da lei.

d) apenas a Dionísio é permitida a atividade político-partidária.

e) a todos é vedado o percepimento, a qualquer título, de honorários e percentagens, podendo, entretanto, receber as custas processuais, na forma da lei.

2. FCC - PJ (MPE PE)/MPE PE/2022

De acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, em matérias atinentes à disciplina constitucional de órgãos e competências do Ministério Público,

a) lei complementar estadual, de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça do Estado, pode instituir gratificação para os membros do Ministério Público, em função de serviço prestado à Justiça Eleitoral, a ser paga com dotações próprias do Tribunal Regional Eleitoral no Estado.

b) o Ministério Público não tem legitimidade para propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por se tratar de direitos divisíveis, disponíveis e com titulares determinados, não abrangidos por seu âmbito de atuação institucional.

c) compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe rever, somente mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de dois anos.

d) compete ao Procurador-Geral da República, na qualidade de chefe do Ministério Público da União, conhecer e resolver os conflitos de atribuições entre membros de ramos diferentes do Ministério Público.

e) é competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal processar e julgar todas as ações contra decisões do Conselho Nacional do Ministério Público proferidas no exercício de suas competências constitucionais.

3. FCC - DP SC/DPE SC/2021

Nos termos da Constituição Federal de 1988, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público

a) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público da União, podendo apenas recomendar providências aos Procuradores-Gerais de Justiça.

b) apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, com prejuízo da competência dos Tribunais de Contas.

c) receber e conhecer das reclamações apenas contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, ou seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correcional da instituição.

d) rever somente mediante provocação os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há mais de um ano e dia.

e) elaborar relatório semestral, propondo as providências sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem do Chefe do Poder Judiciário ao Congresso Nacional.

4. (FCC / SEFAZ-BA – 2019) Considere as seguintes situações:

I. membro do Ministério Público estadual, em exercício há dois anos e meio, é aprovado em concurso público para professor de Universidade pública federal;

II. membro do Ministério Público Federal, em exercício há três anos, pretende candidatar-se a mandato eletivo estadual.

À luz da Constituição Federal,

a) o membro do Ministério Público estadual não poderá cumular o exercício de sua função com a de magistério; o membro do Ministério Público Federal poderá filiar-se a partido político, mas não poderá pleitear mandato eletivo, enquanto estiver no exercício de sua função.

b) o membro do Ministério P^úbl^{ic}o estadual poderá cumular o exercⁱc^o de sua fun^co^{es} com a de magist^erio; o membro do Ministério P^úbl^{ic}o Federal poderá filiar-se a partido pol^{itic}o e candidatar-se a mandato eletivo, devendo, no entanto, afastar-se do exercⁱc^o de sua fun^co^{es}, se eleito.

c) tanto o membro de Ministério P^úbl^{ic}o estadual quanto o membro do Ministério P^úbl^{ic}o Federal est^{ão} habilitados a exercer cumulativamente com suas fun^co^{es} as de magist^erio p^úbl^{ic}o e mandato eletivo, respectivamente.

d) tanto o membro de Ministério P^úbl^{ic}o estadual quanto o membro do Ministério P^úbl^{ic}o Federal est^{ão} impedidos de exercer cumulativamente com suas fun^co^{es} as de magist^erio p^úbl^{ic}o e mandato eletivo, respectivamente, sob pena de perda do cargo por senten^ca judicial transitada em julgado.

e) o membro do Ministério P^úbl^{ic}o estadual poderá cumular o exercⁱc^o de sua fun^co^{es} com a de magist^erio; o membro do Ministério P^úbl^{ic}o Federal n^{ão} poderá sequer filiar-se a partido pol^{itic}o, enquanto estiver no exercⁱc^o da fun^co^{es}, faltando-lhe, portanto, condi^coⁿ de elegibilidade para candidatar-se.

5. (FCC / MPE-PE – 2018) Considere as seguintes situações:

I. membro de Ministério P^úbl^{ic}o estadual, em exercⁱc^o h^a dois anos e meio, é aprovado em concurso p^úbl^{ic}o para professor de Universidade p^úbl^{ic}a federal;

II. membro do Ministério P^úbl^{ic}o Federal, em exercⁱc^o h^a tr^es anos, pretende candidatar-se a mandato eletivo estadual.

À luz da Constitui^coⁿ Federal,

a) tanto o membro de Ministério P^úbl^{ic}o estadual quanto o membro do Ministério P^úbl^{ic}o Federal est^{ão} habilitados a exercer cumulativamente com suas fun^co^{es} as de magist^erio p^úbl^{ic}o e mandato eletivo, respectivamente.

b) tanto o membro de Ministério P^úbl^{ic}o estadual quanto o membro do Ministério P^úbl^{ic}o Federal est^{ão} impedidos de exercer cumulativamente com suas fun^co^{es} as de magist^erio p^úbl^{ic}o e mandato eletivo, respectivamente, sob pena de perda do cargo por senten^ca judicial transitada em julgado.

c) o membro de Ministério P^úbl^{ic}o estadual poderá cumular o exercⁱc^o de sua fun^co^{es} com a de magist^erio; o membro do Ministério P^úbl^{ic}o Federal n^{ão} poderá sequer filiar-se a partido pol^{itic}o, enquanto estiver no exercⁱc^o da fun^co^{es}, faltando-lhe, portanto, condi^coⁿ de elegibilidade para candidatar-se.

d) o membro de Ministério P^úbl^{ic}o estadual n^{ão} poderá cumular o exercⁱc^o de sua fun^co^{es} com a de magist^erio; o membro do Ministério P^úbl^{ic}o Federal poderá filiar-se a partido pol^{itic}o, mas n^{ão} poderá pleitear mandato eletivo, enquanto estiver no exercⁱc^o de sua fun^co^{es}.

e) o membro de Ministério P^úbl^{ic}o estadual poderá cumular o exercⁱc^o de sua fun^co^{es} com a de magist^erio; o membro do Ministério P^úbl^{ic}o Federal poderá filiar-se a partido pol^{itic}o e candidatar-se a mandato eletivo, devendo, no entanto, afastar-se do exercⁱc^o de sua fun^co^{es}, se eleito.

6. (FCC / MPE-PE – 2018) De acordo com a Constitui^coⁿ Federal, o chefe do Ministério P^úbl^{ic}o da Uni^oⁿo

a) ser^á nomeado pelo Presidente da Rep^úbl^{ic}a dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, ap^{ós} a aprova^coⁿ de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondu^coⁿ.

b) poderá ser destituído do cargo por iniciativa do Presidente da Rep^úbl^{ic}a ap^{ós} autoriza^coⁿ da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

c) será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo para o exercício do cargo de Procurador-Geral da República, dentre brasileiros com notável saber jurídico e reputação ilibada, maiores de trinta e cinco anos, integrantes ou não da carreira.

d) será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, após autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

e) poderá ser destituído do cargo pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização de dois terços da Câmara dos Deputados.

7. (FCC / MPE-PE – 2018) Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre o Ministério Público e seu Conselho Nacional,

a) o Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

b) a destituição do chefe do Ministério Público da União, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

c) os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Senado Federal, na forma da lei ordinária respectiva.

d) ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, sendo-lhe vedado, contudo, propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, em razão de ser esta atribuição de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo.

e) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

8. (FCC / TRT 15ª Região – 2018) Nos termos da Constituição Federal e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), sendo o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado,

a) não possui legitimidade para a propositura de ações judiciais em defesa dos interesses da população indígena, cabendo tal prerrogativa aos procuradores da autarquia federal incumbida dessa defesa.

b) o princípio da independência funcional garante aos seus membros liberdade de convicção, cabendo à chefia a edição de normas de orientação para a padronização da atuação jurídica da instituição.

c) a seus membros é garantida vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

d) possui legitimidade para promover ação civil pública para proteção de interesses coletivos, inclusive com a finalidade de impugnar a cobrança de tributos ou pleitear sua restituição.

e) a seus membros é vedado o exercício da advocacia perante o juízo ou tribunal no qual tenham atuado, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

9. (FCC / ALESE – 2018) A Constituição Federal reconhece como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis,

a) a Defensoria Pública.

- b) a Advocacia-Geral da União.
- c) o Ministério Público.
- d) a Controladoria-Geral da União.
- e) a Justiça Federal.

10. (FCC / TRE-SP – 2017) Uma Lei complementar estadual, de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça do Estado, que estabelecesse organização, atribuições e estatuto do Ministério Público do Estado em questão, prevendo ser vedado a seus membros o exercício, ainda que em disponibilidade, de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, seria

- a) compatível com a Constituição Federal.
- b) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência da União, e não dos Estados.
- c) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria reservada à lei ordinária.
- d) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado.
- e) incompatível com a Constituição Federal, pois esta permite ao membro do Ministério Público em disponibilidade o exercício de outra função pública que não apenas uma de magistério.

11. (FCC / TRE-SP – 2017) A respeito de magistrados e membros do Ministério Público, à luz da Constituição da República, considere:

I. É vedado a magistrados receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, diferentemente do que ocorre em relação a membros do Ministério Público, para os quais se admitem exceções previstas em lei.

II. É assegurada, tanto a magistrados quanto a membros do Ministério Público, inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, hipótese em que a remoção poderá ser determinada, desde que mediante decisão do órgão colegiado competente, pelo voto de dois terços de seus membros.

III. É vedado, tanto a magistrados quanto a membros do Ministério Público, exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

IV. Juízes estaduais e membros do Ministério Público dos Estados serão julgados perante os Tribunais de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

12. (FCC / TRT 11ª Região – 2017) Basílio é Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e, portanto, é

- a) chefe do Ministério Público da União, tendo sido nomeado, para esta chefia, pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- b) chefe do Ministério Público da União, tendo sido nomeado, para esta chefia, pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução.
- c) membro do Ministério Público Estadual, tendo sido nomeado para a Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público pelo Chefe do Poder Executivo dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- d) advogado, tendo sido indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- e) advogado, tendo sido indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução.

13. (FCC / TRT 24ª Região – 2017) De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público

- a) é instituição permanente, com os seguintes princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- b) possui autonomia funcional, não havendo autonomia administrativa, em razão da sua subordinação ao Poder Executivo.
- c) possui autonomia funcional, não havendo autonomia administrativa, em razão da sua subordinação ao Poder Judiciário.
- d) elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei Orgânica da Magistratura.
- e) elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

14. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) A Constituição Federal veda ao membro do Ministério Público exercer

- a) qualquer outra função pública, ainda quando estiver em disponibilidade, com exceção de exercer uma função de magistério.
- b) qualquer outra função pública, ainda quando estiver em disponibilidade, sem qualquer exceção.
- c) qualquer outra função pública, com exceção de exercer a função de defensor público quando estiver em disponibilidade.
- d) algumas funções públicas predeterminadas taxativamente no texto constitucional.
- e) qualquer outra função pública, exceto quando estiver em disponibilidade, sem qualquer exceção.

15. (FCC / Eletrobrás – 2016) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por quatorze membros, dentre eles,

- a) quatro membros do Ministério Público da União, e quatro membros do Ministério Público dos Estados.
- b) dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) dois advogados, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

- d) um cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) cinco membros do Ministério Público da União, e cinco membros do Ministério Público dos Estados.

16. (FCC / TRE-AP – 2015) O Ministério Público da União comprehende, além do Ministério Público Federal,

- a) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e tem por chefe o Promotor de Justiça.
- b) os Ministérios Públicos dos Estados, e tem por chefe o Procurador-Geral da República.
- c) o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e tem por chefe o Procurador-Geral da República.
- d) o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e tem por chefe o Promotor de Justiça.
- e) os Ministérios Públicos dos Estados, e tem por chefe o Promotor de Justiça.

17. (FCC / TRE-AP – 2015) Afonso tem 39 anos e é Subprocurador Geral da República. Nesse caso, Afonso:

- a) não poderá ser nomeado Procurador-Geral da República, pois já exerce cargo para o qual foi nomeado após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de até dois anos.
- b) poderá ser nomeado Procurador-Geral da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos integrantes da carreira, para mandato de quatro anos, permitida a recondução
- c) não poderá ser nomeado Procurador-Geral da República, pois a idade mínima para tal nomeação é 40 anos.
- d) poderá ser nomeado Procurador-Geral da República, após a aprovação de seu nome por votação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, para mandato de até quatro anos.
- e) poderá ser nomeado Procurador-Geral da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

18. (FCC / TCE-CE – 2015) Nos termos da Constituição Federal, o Ministério Público é considerado instituição permanente e:

- a) essencial à função jurisdicional do Estado, integrando a estrutura do Poder Judiciário.
- b) incumbida da defesa do regime democrático e da ordem jurídica, integrando a estrutura do Poder Executivo.
- c) responsável, privativamente, pela defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis em Juízo.
- d) responsável pela defesa do regime democrático e da ordem jurídica, integrando a estrutura do Poder Legislativo.
- e) incumbida de promover a defesa da ordem jurídica, gozando de autonomia e independência funcional.

19. (FCC / CNMP – 2015) Nos termos da Constituição da República, são vedados tanto aos magistrados quanto aos membros do Ministério Público:

- a) exercício de atividade político-partidária; e participação em sociedade comercial.

- b) exercício da advocacia, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração; e participação em sociedade comercial.
- c) exercício de atividade político-partidária; e exercício da advocacia, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- d) participação em sociedade comercial; recebimento, a qualquer título ou pretexto, de auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas.
- e) recebimento, a qualquer título ou pretexto, de custas processuais; e exercício de atividade político-partidária.

20. (FCC / SEFAZ-PI – 2015) Na Constituição brasileira de 1988, o inquérito civil e a ação civil pública aparecem dentre as funções institucionais do Ministério Público para a proteção:

- a) dos direitos políticos dos cidadãos brasileiros.
- b) do patrimônio cultural do povo brasileiro.
- c) dos direitos individuais de brasileiros e estrangeiros.
- d) do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- e) dos direitos sociais dos trabalhadores.

21. (FCC / CNMP – 2015) O Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público é

- a) o Procurador-Geral da República.
- b) definido por meio de eleição dentre os membros do Ministério Público que o integram, por maioria simples.
- c) o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) o Presidente do Senado Federal.
- e) definido por meio de eleição dentre os membros do Ministério Público que o integram, por maioria absoluta.

22. (FCC / CNMP – 2015) Dispõe a Constituição Federal acerca do Conselho Nacional do Ministério Público que:

- a) Escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional apenas dentre os membros do Ministério Público que o integram.
- b) Zelará pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal.
- c) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é membro nato do Conselho.
- d) É composto de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- e) Compete-lhe, dentre outras funções, rever, mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de dois anos.

23. (FCC / TJ-PI – 2010) São princípios institucionais do Ministério Público, previstos na Constituição Federal,

- a) Unidade, indivisibilidade e estabilidade.
- b) Independência funcional, unidade e indivisibilidade.
- c) Inamovibilidade, estabilidade e autoridade.
- d) Autoridade, unidade e vitaliciedade.
- e) Indivisibilidade, irredutibilidade de subsídio e estabilidade.

24. (FCC / TRE-AL – 2010) É princípio institucional do Ministério Público, dentre outros, a:

- a) autodeterminação dos povos.
- b) divisibilidade.
- c) dependência funcional.
- d) unidade.
- e) concessão de asilo político.

25. (FCC / SEFIN-RO – 2010) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador- Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do:

- a) Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- b) Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- c) Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- d) Congresso Nacional, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- e) Congresso Nacional, para mandato de um ano, permitida a recondução.

26. (FCC / MPE-RS – 2008) De acordo com a Constituição Federal brasileira, os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do:

- a) Poder Judiciário, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- b) Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) Poder Executivo, para mandato de três anos, vedada a recondução.
- d) Poder Judiciário, para mandato de três anos, vedada a recondução.
- e) Poder Legislativo, para mandato de três anos, vedada a recondução.

27. (FCC / TRE-RS – 2010) No que diz respeito ao ministério publico, a destituição do procurador-geral da republica, por iniciativa do:

- a) Conselho Nacional do Ministério Publico, deverá ser precedida de autorização da maioria relativa da câmara dos deputados.
- b) Ministro da Justiça, deverá ser precedida de autorização pelo voto da maioria absoluta da câmara dos deputados.
- c) Presidente do Supremo Tribunal Federal, dependerá de previa autorização do conselho nacional de justiça.

d) Conselho Superior do Ministério Público, será precedida de autorização da maior absoluta do congresso nacional.

e) Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do senado federal.

28. (FCC / TCE-AP – 2010) A Constituição brasileira de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, em seu artigo 95, § 1º, estabelecia garantias aos membros do Ministério Público na seguinte conformidade: "Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios (...) após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa, nem removidos a não ser mediante representação do Procurador-Geral, com fundamento em conveniência do serviço". Em comparação com a disciplina atual da matéria na Constituição brasileira vigente, tem-se que:

- a) o tratamento dispensado às garantias de vitaliciedade e inamovibilidade dos membros do Ministério Público manteve-se inalterado.
- b) houve mudanças tanto no que se refere à garantia de vitaliciedade como à de inamovibilidade dos membros do Ministério Público.
- c) apenas o tratamento dispensado à garantia de inamovibilidade dos membros do Ministério Público manteve-se inalterado.
- d) houve um reforço da garantia de inamovibilidade, mas uma mitigação da garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público.
- e) apenas o tratamento dispensado à garantia de vitaliciedade dos membros do Ministério Público manteve-se inalterado.

29. (FCC / TJ-PI – 2009) Com relação ao Ministério Público, NÃO é sua a função institucional a de:

- a) prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei.
- b) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- c) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.
- d) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- e) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

30. (FCC / TRT 24ª Região – 2011) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de:

- a) oito membros, nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) trinta e três membros, nomeados pelo Procurador Geral da República.
- c) quinze membros, nomeados pelo Procurador Geral da República.
- d) oito membros, nomeados pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- e) quatorze membros, nomeados pelo Presidente da República.

Advocacia Pública

31. (FCC / TRT 11ª Região – 2017) Claudemir é cidadão brasileiro, tem 37 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada. De acordo apenas com as informações mencionadas, é correto afirmar que Claudemir poderá, mediante

- a) concurso público de provas e títulos, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, apenas judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- b) livre nomeação pelo Presidente da República, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- c) livre nomeação pelo Presidente da República, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- d) concurso público de provas e títulos, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, apenas diretamente, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- e) a escolha de 2/5 dos membros do Congresso Nacional, tornar-se Advogado-Geral da União, sendo a Advocacia-Geral da União a instituição que, através de órgão vinculado, representa a União, apenas judicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

32. (FCC / TRT 20ª Região – 2016) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União,

- a) de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) indicado pelo Supremo Tribunal Federal dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada e nomeado pelo Presidente da República.
- c) de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- d) indicado pelo Supremo Tribunal Federal dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada e nomeado pelo Presidente da República.
- e) nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, após aprovação pelo Senado Federal de indicação do Supremo Tribunal Federal.

33. (FCC / TRF 3ª Região – 2016) De acordo com a Constituição Federal, o cargo de Advogado-Geral da União, observados limites etários, o notável saber jurídico e a reputação ilibada, comporta provimento através de nomeação pelo Presidente da República, a qual será:

- a) precedida de eleição dentre todos os integrantes da carreira de Advogado da União, que formarão lista tríplice vinculativa.
- b) livre, devendo, no entanto, recair em integrante da carreira de Advogado da União.
- c) livre, devendo, no entanto, ser aprovada pelo Senado Federal.
- d) livre, podendo, inclusive, recair em pessoa que não integre a carreira de Advogado da União.
- e) livre, exercendo o titular do cargo mandato por prazo certo e determinado.

34. (FCC / TRE-PR – 2012) A Constituição da República prevê, igualmente, para a Advocacia-Geral da União e os Procuradores do Estado que:

- a) se organizam em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- b) têm assegurada a garantia da inamovibilidade, sendo vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, fixadas em lei complementar federal, que organizará a instituição a que pertencem e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados.
- c) exercem a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, exceto na execução da dívida ativa de natureza tributária, em que a representação dos Estados cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
- d) têm estabilidade assegurada decorridos dois anos de efetivo exercício da função, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- e) são remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

35. (FCC / TRT 7ª Região – 2009) A instituição incumbida, diretamente ou através de órgão vinculado, de representar a União, judicial e extrajudicialmente, é:

- a) O Ministério Público Federal.
- b) A Procuradoria-Geral da República.
- c) A Advocacia-Geral da União.
- d) A Defensoria Pública da União.
- e) O Tribunal de Contas da União.

Defensoria Pública

36. FCC - DP PB/DPE PB/2022

Segundo expressamente prevê a Constituição do Estado da Paraíba, é VEDADO ao Defensor Público

- a) participar de eventos públicos que contrariem sua missão institucional.
- b) afastar-se do exercício de suas funções durante o período de estágio probatório.
- c) conceder entrevista que exponha o caso em que atua, salvo autorização da parte que representa.

d) assumir a Defensoria-Geral do Estado ou suas Assessorias se ainda não contar com, no mínimo, cinco anos de exercício no cargo.

e) assinar confissão de dívida, renúncia a direito ou definir solução extrajudicial, salvo expressa procuração da parte que representa.

37. FCC - Ass TD (DPE AM)/DPE AM/Assistente Técnico Administrativo/2022

O artigo 134 da Constituição Federal prevê que incumbe à Defensoria Pública, entre outras atribuições, a

a) assistência judiciária gratuita de toda a população brasileira.

b) promoção dos direitos humanos.

c) representação judicial e a consultoria jurídica das unidades da Federação.

d) defesa dos direitos individuais e coletivos, mediante o pagamento de taxas e emolumentos.

e) concessão de indulto e comutação de penas.

38. FCC - Ass TD (DPE AM)/DPE AM/Assistente Técnico Administrativo/2022

Os princípios institucionais da Defensoria Pública, previstos no parágrafo 4º do artigo 134 da Constituição Federal, são

a) prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, entre as quais se insere a inamovibilidade.

b) garantias para o adequado funcionamento da Instituição, entre as quais se insere a autonomia funcional.

c) equivalentes aos objetivos fundamentais da Defensoria Pública, entre os quais se inclui a afirmação do Estado Democrático de Direito.

d) garantias institucionais para o livre desempenho das atribuições da Defensoria Pública, entre as quais se insere a soberania.

e) os fundamentos que sustentam e estruturam a instituição, entre as quais se insere a unidade.

39. FCC - Ana JD (DPE AM)/DPE AM/Ciências Jurídicas/2022

São princípios institucionais da Defensoria Pública previstos na Constituição Federal:

a) universalidade, divisibilidade e autonomia funcional.

b) unidade, divisibilidade e autonomia funcional.

c) unidade, indivisibilidade e independência funcional.

d) universalidade, divisibilidade e independência funcional.

e) unidade, indivisibilidade e autonomia funcional.

40. (FCC / TJ-MA – 2019) À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca das funções essenciais à justiça,

a) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

b) a atuação do Advogado-Geral da União nas ações declaratórias de constitucionalidade é obrigatória para se defender a presunção de constitucionalidade da norma impugnada, na qualidade de curador da lei.

c) o Ministério Público Federal é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

d) é função institucional do Ministério Público, dentre outras, promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.

e) a Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

41. (FCC / PGE-AP – 2018) Ao tratar das Procuradorias dos Estados, da Defensoria Pública e do Ministério Público, a Constituição Federal

a) assegura-lhes a competência para encaminhar suas propostas orçamentárias ao Chefe do Poder Executivo, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

b) assegura a autonomia administrativa e funcional apenas às Defensorias Públicas e ao Ministério Público, a ser exercida nos termos da lei, mas não às Procuradorias dos Estados.

c) atribui-lhes a iniciativa legislativa para apresentação do projeto de sua lei orgânica.

d) veda, aos respectivos membros, que participem de sociedade comercial, na forma da lei.

e) veda aos membros dessas instituições o exercício de atividade político-partidária.

42. (FCC / MPE-PE – 2018) À luz da Constituição Federal, o Ministério Público tem como função institucional, dentre outras,

a) representar a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

b) prestar orientação jurídica, bem como promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

c) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.

d) exercer o controle interno da atividade policial, na forma de lei complementar.

e) representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

43. (FCC / DPE-AM – 2018) Em decorrência de obras de ampliação da malha viária de determinado Município, foram ocasionados danos à rede de tratamento de água e coleta de esgoto que atende conjunto habitacional destinado à população de baixa renda, bem como a moradias populares instaladas nas proximidades, comprometendo ali a prestação dos serviços de saneamento básico e provocando poluição ambiental no local em questão. Diante da morosidade do poder público em adotar as medidas necessárias para equacionar esses problemas, a Defensoria Pública pretende ajuizar ação civil pública para compelir os órgãos competentes a regularizarem a prestação dos serviços, bem como para obter indenização pelos danos materiais e morais causados ao meio ambiente e à coletividade de moradores prejudicados. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Defensoria Pública

a) está legitimada para a propositura da ação civil pública, em que a tutela de interesses transindividuais beneficiará os economicamente necessitados, restando evidenciada a pertinência temática entre o objeto da ação e a função institucional do órgão.

b) não está legitimada para a propositura da ação civil pública, que tem por objeto a tutela de direitos transindividuais, que não são passíveis de individualização, nem de titularidade exclusiva dos economicamente necessitados, cabendo ao Ministério Público fazê-lo.

c) está legitimada para a propositura da ação civil pública, apenas no que se refere ao restabelecimento dos serviços de saneamento básico, que estão relacionados ao direito à habitação, no caso de titularidade dos economicamente necessitados.

d) não está legitimada para a propositura da ação civil pública, apenas no que se refere aos prejuízos causados ao meio ambiente e correspondente indenização, por se tratar de direito transindividual cuja titularidade é difusa, não estando sua defesa abrangida pela missão institucional do órgão.

e) não está legitimada para a propositura da ação civil pública, apenas no que se refere ao pedido de indenização por danos materiais e morais causados aos moradores, que devem ser demonstrados e defendidos em juízo individualmente, por quem efetivamente prejudicado.

44. (FCC / TCE-AM – 2015) Considere as seguintes afirmações acerca da disciplina constitucional das funções essenciais à Justiça:

I. São funções essenciais à Justiça aquelas exercidas por Ministério Público, advocacia, órgãos de Advocacia Pública e Defensoria Pública.

II. São princípios institucionais tanto do Ministério Público como da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, cabendo a ambos elaborar a respectiva proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III. Aos membros do Ministério Público, tanto da União quanto dos Estados, é assegurada a vitaliciedade após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado, ao passo que aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado da corregedoria respectiva.

IV. Aos membros do Ministério Público e das Defensorias Públicas é vedado o exercício da advocacia em qualquer hipótese.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

45. (FCC / TRT 3ª Região – 2015) Sobre os órgãos que exercem as chamadas funções essenciais da Justiça é INCORRETO afirmar:

- a) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Senado Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- c) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- d) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- e) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

46. (FCC / TRT 15ª Região – 2013) Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da Defensoria Pública como função essencial à Justiça:

- I. A Defensoria Pública é instituição à qual incumbe, por expressa determinação constitucional, prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- II. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e admitido o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais apenas nas hipóteses estabelecidas em lei.
- III. Às Defensorias Públicas da União, do Distrito Federal e Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação às regras de encaminhamento da proposta previstas na Constituição em relação aos órgãos do Poder Judiciário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

47. (FCC / TRE-SP – 2017) Aos integrantes das carreiras da Advocacia Pública e da Defensoria Pública aplica-se igualmente a regra constitucional segundo a qual

- a) ingressam nas classes iniciais das carreiras mediante concurso público de provas e títulos, sendo vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- b) exercem, nos termos da lei complementar que dispuser sobre a organização e o funcionamento da instituição que integram, as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo.
- c) gozam das garantias de inamovibilidade e vitaliciedade, adquiridas após três anos de efetivo exercício da função, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- d) estão proibidos de receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
- e) farão jus a um abono de permanência, previsto para os servidores titulares de cargo efetivo, caso completem as exigências para aposentadoria voluntária com proventos integrais e optem por permanecer em atividade.

48. (FCC / TRT 2ª Região – 2014) A respeito das funções essenciais à justiça previstas na Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) No concurso público de provas e títulos para as carreiras da Advocacia Pública, a participação da Ordem dos Advogados do Brasil é facultativa.
- b) Exige-se do bacharel em direito no mínimo três anos de atividade jurídica para o ingresso nas carreiras do Ministério Público, da Advocacia Pública, da União e dos Estados, e das Defensorias Públicas da União e dos Estados.
- c) É assegurada autonomia funcional e administrativa às Defensorias Públicas Estaduais, sendo que a iniciativa da proposta orçamentária deve se dar dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias do respectivo Estado.
- d) O ingresso nas carreiras da Advocacia Geral da União far-se-á por meio de livre nomeação pelo Presidente da República entre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- e) O ingresso na carreira do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas se dará por meio de escolha do Governador em lista tríplice elaborada pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

GABARITO

- 1.** LETRA C
- 2.** LETRA E
- 3.** LETRA C
- 4.** LETRA E
- 5.** LETRA C
- 6.** LETRA A
- 7.** LETRA A
- 8.** LETRA E
- 9.** LETRA C
- 10.** LETRA A
- 11.** LETRA C
- 12.** LETRA A
- 13.** LETRA A
- 14.** LETRA A
- 15.** LETRA B
- 16.** LETRA C
- 17.** LETRA E
- 18.** LETRA E
- 19.** LETRA E
- 20.** LETRA D
- 21.** LETRA A
- 22.** LETRA A
- 23.** LETRA B
- 24.** LETRA D
- 25.** LETRA C
- 26.** LETRA B
- 27.** LETRA E
- 28.** LETRA B
- 29.** LETRA A
- 30.** LETRA E
- 31.** LETRA B
- 32.** LETRA A
- 33.** LETRA D
- 34.** LETRA E
- 35.** LETRA C
- 36.** LETRA B
- 37.** LETRA B
- 38.** LETRA E
- 39.** LETRA C
- 40.** LETRA D
- 41.** LETRA B
- 42.** LETRA C
- 43.** LETRA A
- 44.** LETRA C
- 45.** LETRA B
- 46.** LETRA D
- 47.** LETRA E
- 48.** LETRA C

LISTA DE QUESTÕES

Ministério Público

1. (FGV/TJ-DFT - 2022) A estrutura administrativa do Estado brasileiro possui peculiaridades constitucionalmente definidas considerando-se os poderes independentes, suas atribuições e funções. A esse respeito, é uma atribuição do Ministério Público:

- a) defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses no âmbito dos direitos sociais e coletivos, independentemente de provocação;
- b) propor leis ao Congresso, entre elas o orçamento anual, editar, em casos de emergência, medidas provisórias que têm de imediato o valor de leis;
- c) realizar atividade jurisdicional de resolução de conflitos mediante provocação das partes;
- d) representar o país internacionalmente e manter relações e tratados com países estrangeiros;
- e) ser o guardião da Constituição, julgando ações diretas de inconstitucionalidade ou ações contra membros dos demais Poderes da União.

2. (FGV/MP-GO - 2022) Analisando o Ministério Público de Goiás sob a ótica da organização administrativa, temática que estuda a estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que ele é um exemplo de:

- a) órgão público.
- b) poder constitucional.
- c) secretaria de governo.
- d) entidade administrativa.
- e) pessoa jurídica de direito público externo.

3. (FGV/MP-GO - 2022) O Governador do Estado Alfa consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de encaminhar uma proposição à Assembleia Legislativa visando à alteração da Lei Orgânica do Ministério Público do respectivo Estado. A assessoria respondeu corretamente que o Governador do Estado:

- a) está legitimado, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei complementar nacional.
- b) está legitimado, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.

c) não está legitimado, de modo que apenas o Procurador-Geral de Justiça pode apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.

d) está legitimado, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei ordinária, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei complementar nacional.

e) não está legitimado, de modo que apenas o Procurador-Geral de Justiça pode apresentar o projeto de lei ordinária, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.

4. (FGV/TCE-AM - 2021) O Ministério Público do Estado Alfa, após regular tramitação interna, elaborou a sua proposta orçamentária e encaminhou o respectivo projeto de lei à Assembleia Legislativa, que deliberou pela sua rejeição por vício de iniciativa.

À luz da sistemática constitucional, a deliberação da Assembleia Legislativa foi:

a) incorreta, desde que a iniciativa, pelo Ministério Público, tenha sido autorizada pelo Poder Executivo;

b) correta, pois a iniciativa do processo legislativo, na temática descrita na narrativa, é privativa do Poder Executivo;

c) correta, considerando que o Ministério Público é órgão do Poder Executivo, logo, apenas este último detém o poder de iniciativa legislativa;

d) incorreta, pois a iniciativa do processo legislativo somente é transferida ao Poder Executivo caso o Ministério Público não observe o prazo constitucional;

e) incorreta, pois o Ministério Público possui autonomia financeira, logo, tem legitimidade para submeter sua proposta orçamentária ao Poder Legislativo.

5. (FGV / DPE-RJ – 2019) Adélia praticou uma infração penal e, após amplas investigações, a instituição com atribuição constitucional ajuizou uma ação penal em face dela. Essa instituição é:

a) o Ministério Público;

b) a Defensoria Pública;

c) a Procuradoria-Geral do Estado;

d) a Polícia Judiciária;

e) o Poder Judiciário.

6. (FGV / AL-RO – 2018) O Juiz de Direito da Comarca Alfa, ao receber a denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Antônio, pela prática de crime contra o patrimônio, entendeu que as provas colhidas na investigação criminal apontavam para a existência de um coautor para a infração penal, João, sobre o qual a inicial acusatória não fazia qualquer menção. Por tal razão, expediu determinação para que o Promotor de Justiça aditasse a denúncia para nela incluir João.

À luz da sistemática constitucional afeta ao Ministério Público, é correto afirmar que a referida determinação

- a) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio da inamovibilidade.
- b) está em harmonia com a ordem constitucional, desde que confirmada pelo Tribunal de Justiça.
- c) está em harmonia com a ordem constitucional, por força do direito fundamental de acesso à justiça.
- d) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio da independência funcional.
- e) não está em harmonia com a ordem constitucional, por força do princípio do convencimento motivado.

7. (FGV / ALE-RJ–Procurador – 2017) CWW, político de grande prestígio em certo Município do Estado, não concordava com a forma de atuação do Promotor de Justiça da Comarca, já que ela resultara no ajuizamento de diversas ações que estavam comprometendo a sua imagem. O caso foi levado ao conhecimento do Procurador-Geral de Justiça, que recebeu de CWW a solicitação de que o Promotor de Justiça, titular há vários anos na Comarca, fosse dela removido compulsoriamente.

À luz dos dados fornecidos e da sistemática constitucional, é correto afirmar que a solicitação formulada:

- a) deve ser apreciada pelo órgão colegiado competente, que só pode deferi-la por motivo de interesse público;
- b) jamais poderia ser atendida, pois a ordem constitucional assegura a garantia da inamovibilidade;
- c) poderia ser livremente apreciada pelo Procurador-Geral de Justiça, Chefe do Ministério Público estadual;
- d) deveria ser endereçada diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público, único órgão competente para apreciá-la;
- e) é livremente apreciada pelo órgão ao qual a normatização infraconstitucional atribuiu competência.

8. (FGV / MPE-RJ – 2016) Pedro e Arnaldo estavam insatisfeitos com a atuação de determinado membro do Ministério Público, lotado há muitos anos na Comarca, que frequentemente se contrapunha aos interesses prestigiados pelas oligarquias locais. Procuraram, portanto, um influente político do Estado e solicitaram que o referido Promotor de Justiça fosse removido, sob o argumento de que sua atuação era prejudicial ao interesse público. À luz da sistemática constitucional e dos dados informados, esse membro do Ministério Público:

- a) pode ser removido, por decisão do colegiado competente do Ministério Público, se presentes os requisitos constitucionais;
- b) não pode ser removido em nenhuma hipótese, o que decorre da garantia da inamovibilidade;
- c) pode ser livremente removido, o que decorre do princípio hierárquico, que caracteriza a Administração Pública;

- d) somente pode ser removido por decisão do Poder Judiciário, o que decorre da inafastabilidade da tutela jurisdicional;
- e) somente pode ser removido por decisão do Procurador-Geral de Justiça, que chefia a instituição.

9. (FGV / MPE-RJ – 2016) Odésio, servidor do Ministério Público Estadual, apesar de plenamente realizado em sua profissão, tinha o sonho de ser vereador. Para realizá-lo, filiou-se a um partido político e participou regularmente de inúmeras reuniões. Na eleição, o seu esforço foi compensado e o sonho realizado, sendo eleito vereador do seu Município. Apesar da sua alegria, foi informado por um amigo que, para tomar posse como vereador, teria que pedir exoneração do cargo público que ocupava, informação esta que, no seu entender, não estaria correta.

À luz dessa narrativa e da sistemática adotada pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que Odésio, caso não pedisse exoneração do Ministério Público Estadual:

- a) teria que, necessariamente, ser afastado do cargo efetivo assim que tomasse posse como vereador;
- b) poderia tomar posse no cargo de vereador, mas teria que, necessariamente, optar pela remuneração de um dos cargos;
- c) poderia ser empossado vereador e, havendo compatibilidade de horários, receberia ambas as remunerações;
- d) não poderia tomar posse no cargo de vereador, já que vedada a acumulação de cargos;
- e) não poderia tomar posse como vereador, exceto se renunciasse à remuneração do cargo efetivo.

10. (FGV / ISS-Cuiabá – 2016) Arnaldo, cidadão brasileiro, narrou ao órgão com atribuição do Ministério Público três situações fáticas listadas a seguir, cujos efeitos se projetavam sobre ele e solicitou a adoção das providências necessárias à sua superação.

Fato I: o único vizinho de Arnaldo, uma vez por semana, escutava, por trinta minutos, músicas com o som elevado, que superava em muito os limites tidos como toleráveis;

Fato II: uma indústria existente na cidade de Arnaldo despejou resíduos tóxicos no único rio da região, causando grande mortandade de peixes e impedindo o uso da água pela população;

Fato III: outra indústria havia comercializado, exclusivamente na cidade de Arnaldo, um produto impróprio para o consumo, causando danos variados a todos os seus adquirentes.

Com base no caso descrito, à luz das atribuições constitucionais de natureza extrapenal do Ministério Público e das características dos interesses envolvidos, assinale a afirmativa correta.

- a) Todos os fatos poderiam ser investigados pelo Ministério Público, isso por se enquadrarem sob a epígrafe dos interesses individuais e coletivos de natureza indisponível.
- b) Somente os fatos II e III poderiam ser investigados pelo Ministério Público, pois têm, respectivamente, natureza de interesses difusos e de interesses coletivos.

- c) Nenhum dos fatos poderia ser investigado pelo Ministério Público, já que Arnaldo, por ser cidadão, teria legitimidade para o ajuizamento da ação popular.
- d) Somente os fatos I e II, isso por violarem o meio ambiente, tendo natureza essencialmente difusa, poderiam ser investigados pelo Ministério Público.
- e) Somente os fatos I e III poderiam ser investigados pelo Ministério Público, pois somente nesses casos seria possível identificar as vítimas dos ilícitos.

11. (FGV / Prefeitura de Cuiabá – 2015) Adenílton e Ismênia, estudantes de Direito, travaram intenso debate a respeito das atribuições constitucionais do Ministério Público. Apesar de ambos defenderem a importância da Instituição e a amplitude de suas atribuições, não chegaram a um consenso a respeito das situações concretas em que a atuação seria possível.

Adenílton sustentava que o Ministério Público, como guardião da ordem jurídica, poderia defender os interesses dos necessitados, ajuizando ações judiciais em nome daqueles que não pudessem pagar advogado. Ismênia, por sua vez, entendia que o Ministério Público poderia defender interesses individuais, desde que fossem indisponíveis.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) ambos estão corretos, já que, no exercício da atribuição de "defesa da ordem jurídica", está incluída a tutela dos interesses individuais, disponíveis ou indisponíveis.
- b) somente Adenílton está correto, pois o Ministério Público pode defender interesses individuais dos necessitados, mas não interesses de pessoas não necessitadas.
- c) ambos estão incorretos, já que o Ministério Público somente pode defender interesses difusos e coletivos, não interesses individuais, quaisquer que sejam eles.
- d) somente Ismênia está correto, pois o Ministério Público apenas pode defender interesses individuais de natureza indisponível.
- e) ambos estarão corretos caso seja demonstrada a relevância social dos interesses e os respectivos titulares tiverem outorgado procuraçāo ao Ministério Público.

12. (FGV / TJ-RJ – 2014) As funções essenciais à Justiça:

- a) estão subordinadas ao Poder Judiciário no plano funcional;
- b) são autônomas em relação ao Poder Judiciário;
- c) estão subordinadas ao Poder Judiciário no plano administrativo;
- d) são autônomas em relação ao Poder Judiciário e subordinadas ao Ministério da Justiça;
- e) estão subordinadas ao Poder Executivo exclusivamente no plano financeiro.

13. (FGV / MPE-RJ – 2014) O Ministério Público, como órgão que desempenha funções fundamentais em um Estado Democrático de Direito, é incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Como consequência da presente assertiva, fruto de interpretação literal do caput do artigo 127 da Constituição da República Brasileira, é INCORRETO afirmar que:

- a) o Ministério Público pode ser considerado como o guardião da sociedade, diante do perfil que lhe foi traçado constitucionalmente;
- b) na defesa dos interesses acima mencionados, o Ministério Público pode atuar judicial e extrajudicialmente, já que, além de outras razões, quem detém os fins, detém também os meios;
- c) as funções institucionais elencadas nos incisos constantes do caput do artigo 129 da Constituição da República Brasileira não devem apresentar incompatibilidades materiais com a norma estabelecida no citado artigo 127, *caput*, também da nossa *Lex Fundamentalis*;
- d) ao Ministério Público é autorizado também exercer a representação judicial e consultoria jurídica de outras entidades públicas, vez que este papel estaria em consonância com os termos do artigo 127, *caput* da Constituição da República Brasileira;
- e) em virtude dos interesses que protege, o Ministério Público deve obrigatoriamente atuar em ações penais e ações civis públicas.

14. (FGV / PROCEMPA – 2014) O Presidente da República, após receber a proposta de previsão orçamentária do Ministério Público, verifica que ela não atende às regras de previsibilidade de despesas acoplada as receitas previstas e, ao enviar a proposta consolidada ao Congresso Nacional, realiza diversos cortes nas despesas previstas no projeto do Ministério Público.

Nos termos da Constituição Federal, o Ministério Público

- a) poderá propor sua previsão orçamentária sem quaisquer limitações.
- b) terá como limite à sua proposta a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) será controlado pelo Poder Executivo, que, não concordando com a proposta, poderá seccioná-la.
- d) controlará o seu orçamento pela decisão da sua Chefia.
- e) apresentará sua proposta orçamentária em audiência pública.

15. (FGV / SUDENE – 2013) O Ministério Público exerce função essencial à Justiça. Nos termos da Constituição Federal, o Chefe do Ministério Público da União é escolhido, dentre integrantes da carreira:

- a) pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados com sanção do Presidente da República.
- b) por votação direta e secreta dos membros do Ministério Público, com aprovação do Senado Federal.

- c) por indicação dos órgãos de classe do Ministério Público, com nomeação do Presidente da República.
- d) por indicação do plenário do Senado, com aprovação do Presidente da República.
- e) pela Presidência da República, após aprovação do Senado Federal.

16. (FGV / TJ-AM – 2013) Junto ao Tribunal de Contas da União atua um Ministério Público especializado, com membros nomeados pelo Presidente da República após concurso público específico de provas e títulos, dotado de fisionomia institucional própria, submetido exclusivamente ao Procurador-Geral da República.

17. (FGV / SEFAZ-RJ – 2011) A Constituição Brasileira dispõe que “o ministério público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127). Dentre os cargos abaixo, não integra o Ministério Público o:

- a) Procurador do estado.
- b) Procurador da república.
- c) Procurador de justiça.
- d) Promotor de justiça.
- e) Procurador do trabalho.

18. (FGV / BADESC – 2010) Considerando o estatuto constitucional do Ministério Público, analise as afirmativas a seguir.

I. Os membros do Ministério Público gozam da garantia da vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo, salvo por sentença transitada em julgado, ou por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público em processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

II. Algumas das vedações previstas na Constituição aos membros do Ministério Público são: o exercício de atividade político partidária; o exercício, ainda que em disponibilidade, de qualquer outra função pública, salvo uma de magistério; e a participação em sociedade comercial, na forma da lei.

III. São funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, o exercício do controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar respectiva, e a requisição à polícia judiciária de diligências investigatórias e de instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

19. (FGV / TJ-AM – 2013) A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia e a Defensoria Pública como funções essenciais à Justiça. Em relação ao Ministério Público, a Constituição reconhece, explicitamente, como seus princípios institucionais:

a) a indivisibilidade, a soberania e a imparcialidade.

b) a unidade, a imparcialidade e o sigilo de suas deliberações e decisões.

c) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

d) a independência funcional, a imparcialidade e a unidade.

e) a soberania, a imparcialidade e a unidade.

20. (FGV / OAB – 2012) A respeito dos Procuradores-Gerais de Justiça nos Estados e no Distrito Federal, é INCORRETO afirmar que

a) podem ser destituídos pela Assembleia Legislativa (nos Estados) e pela Câmara Legislativa (no Distrito Federal).

b) podem ser reconduzidos somente uma vez.

c) devem ser integrantes da carreira e exercem o cargo por mandato de dois anos.

d) são nomeados pelo Governador (nos Estados) e pelo Presidente da República (no Distrito Federal).

21. (FGV / TJ-PA – 2009) As alternativas a seguir apresentam funções institucionais do Ministério Público, à exceção de uma. Assinale-a.

a) Exercer o controle externo da atividade policial, podendo avocar a presidência de inquérito policial, quando verificado desvio de poder por parte da autoridade policial competente.

b) Promover a ação de constitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.

c) Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.

d) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

e) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

Conselho Nacional do Ministério Público

22. (FGV / TJ-AM – 2013) O Conselho Nacional do Ministério Público tem atribuição para revisar e instaurar processos disciplinares contra servidores dos órgãos estaduais e federais, além dos membros das respectivas carreiras.

Advocacia Pública

23. (FGV / Câmara Municipal de Caruaru – 2015) A respeito da sistemática constitucional afeta à Advocacia-Geral da União, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() A Advocacia-Geral da União possui autonomia funcional, administrativa e financeira.

() O Advogado-Geral da União deve ser necessariamente escolhido dentre integrantes da carreira da Advocacia-Geral da União.

() Na execução da dívida ativa tributária, a União é representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, F e V.
- b) V, V e F.
- c) V, F e F.
- d) F, V e V.
- e) F, V e F.

24. (FGV / SSP-AM – 2015) A Assembleia Legislativa de determinado Estado da Federação, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços prestados pelos Procuradores do Estado, alterou a Constituição Estadual. No entanto, somente uma entre as alterações promovidas encontra-se em harmonia com a Constituição da República, qual seja:

- a) a Procuradoria do Estado foi dividida em duas instituições autônomas e independentes, a Procuradoria da Administração Direta e a Procuradoria da Administração Indireta;
- b) foi vedado o exercício, pelos Procuradores do Estado, da atividade de consultoria jurídica do respectivo ente federado;
- c) os Procuradores do Estado passaram a ter a garantia da inamovibilidade, de modo que não poderão ser removidos do órgão em que atuam por decisão do superior hierárquico;

- d) o ingresso na carreira de Procurador do Estado tanto poderá ocorrer a partir do preenchimento de cargo de provimento efetivo como de cargo em comissão;
- e) o Procurador-Geral do Estado pode ser escolhido entre não integrantes da carreira.

25. (FGV / TJ-BA–Analista–Administração – 2015) Em relação às funções essenciais à justiça, a Constituição da República de 1988 dispõe que:

- a) à Advocacia-Geral da União incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- b) a Defensoria Pública é responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, na defesa de seus interesses, nas esferas federal e estadual;
- c) é função institucional da Defensoria Pública exercer o controle externo da atividade policial e defender judicialmente os direitos dos indígenas;
- d) ao Ministério Público incumbe a orientação jurídica e a defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais, de forma gratuita, aos necessitados e hipossuficientes;
- e) são garantias dos membros do Ministério Público a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.

26. (FGV / TJ-RJ–Analista–Comissário de Justiça – 2014) Determinada lei estadual, editada no corrente ano, com o objetivo de aumentar a eficiência na representação judicial da Administração Pública, dispôs que as execuções fiscais passariam a ser promovidas pela “Procuradoria da Fazenda Estadual”, estrutura orgânica criada pela referida lei, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda e totalmente autônoma em relação à Procuradoria-Geral do Estado, a quem caberia a representação dos demais interesses estatais. À luz desse quadro, é correto afirmar que a lei estadual é:

- a) inconstitucional, pois a Procuradoria da Fazenda Estadual deveria ser órgão integrante do Ministério Público;
- b) constitucional, pois a lei estadual pode dispor livremente sobre as matérias de interesse do Estado;
- c) inconstitucional, pois a Procuradoria da Fazenda Estadual deveria estar diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo;
- d) constitucional, pois a Procuradoria da Fazenda Estadual está constitucionalmente vocacionada à defesa dos interesses fazendários do Estado;
- e) inconstitucional, pois o Estado não pode criar Procuradorias autônomas e desvinculadas da Procuradoria-Geral do Estado.

27. (FGV / AL-MT – 2013) Aos Procuradores de Estado é assegurada a vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

28. (FGV / AL-MT – 2013) O Advogado-Geral da União será nomeado pelo Presidente da República, após aprovação de seu nome pelo Senado Federal.

Defensoria Pública

29. (FGV / DPE-RJ – 2019) Clara, pessoa economicamente hipossuficiente, perguntou a um parente, com formação jurídica, se poderia procurar a Defensoria Pública para obter orientações sobre como deveria proceder para vender a casa em que morava.

O referido parente informou corretamente que a Defensoria Pública:

- a) não atenderia Clara, pois não existe uma ação judicial em curso;
- b) somente atenderia Clara se fosse paga a taxa de consulta jurídica;
- c) não atenderia Clara, pois a atuação no plano extrajudicial restringe-se à defesa dos direitos humanos;
- d) atenderia Clara, pois sua atuação, de modo gratuito, estende-se ao plano judicial e ao extrajudicial;
- e) teria liberdade para decidir se atenderia, ou não, Clara, por se tratar de atuação extrajudicial.

30. (FGV / DPE-RJ – 2019) A Constituição da República de 1988 dispõe que incumbe à Defensoria Pública, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Para tanto, o texto constitucional estabelece que são princípios institucionais da Defensoria Pública:

- a) indivisibilidade, vitaliciedade e unidade;
- b) inamovibilidade, unidade e vitaliciedade;
- c) unidade, indivisibilidade e independência funcional;
- d) indivisibilidade, irredutibilidade de vencimentos e estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício;
- e) irredutibilidade de vencimentos, vitaliciedade e independência funcional.

31. (FGV / DPE-RJ – 2019) Ao tomar conhecimento de que a Defensoria Pública iria adquirir computadores para o aparelhamento dos órgãos da instituição, o Governador do Estado determinou a suspensão do processo licitatório por entender que a aquisição seria inoportuna. À luz da sistemática constitucional, a decisão do Governador deve ser considerada:

- a) lícita, desde que haja previsão nesse sentido na lei complementar;
- b) ilícita, por violar a autonomia funcional da Defensoria Pública;

- c) ilícita, por violar a autonomia administrativa da Defensoria Pública;
- d) lícita, pois a Defensoria Pública está subordinada ao Governador do Estado;
- e) ilícita, salvo se o próprio Governador tivesse autorizado a realização do processo licitatório em momento anterior.

32. (FGV / PGE-RO – 2015) A respeito da autonomia da Defensoria Pública Estadual, no modo em que consagrada pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- a) a Defensoria Pública pode elaborar sua proposta orçamentária, observados os balizamentos constitucionais;
- b) a Defensoria Pública é instituição autônoma do Poder Judiciário;
- c) a autonomia administrativa permite que a própria instituição defina suas atribuições e crie seus órgãos;
- d) a autonomia funcional indica que as funções administrativas devem ser exercidas livremente;
- e) a Defensoria Pública é instituição autônoma, funcionalmente subordinada ao Poder Executivo.

33. (FGV / PGE-RO – 2015) De acordo com o texto da Constituição da República de 1988, aos Procuradores dos Estados:

- a) é assegurada vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias;
- b) é assegurada vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias;
- c) aplica-se a obrigatoriedade de concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira, com a participação de representante do Poder Judiciário em todas as suas fases;
- d) aplica-se a obrigatoriedade de concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases;
- e) incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

34. (FGV / TJ-BA – 2015) Em relação às funções essenciais à justiça, a Constituição da República de 1988 dispõe que:

- a) à Advocacia-Geral da União incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- b) a Defensoria Pública é responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, na defesa de seus interesses, nas esferas federal e estadual;

- c) é função institucional da Defensoria Pública exercer o controle externo da atividade policial e defender judicialmente os direitos dos indígenas;
- d) ao Ministério Público incumbe a orientação jurídica e a defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais, de forma gratuita, aos necessitados e hipossuficientes;
- e) são garantias dos membros do Ministério Público a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.

35. (FGV / AL-MT – 2013) Segundo a Constituição da República, Lei Complementar organizará a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos estados; contudo apenas para as Defensorias dos estados é assegurada autonomia funcional e administrativa.

36. (FGV / DPE-RJ – 2014) No capítulo destinado às “funções essenciais à justiça”, a Constituição da República inseriu:

- a) o Ministério Público, cujos membros possuem a garantia da vitaliciedade, obtida após três anos de efetivo exercício, sendo instituição encarregada da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) a Advocacia Pública, que é integrada pela Advocacia Geral da União (em nível federal), Procuradoria-Geral de Justiça dos Estados (no âmbito estadual) e Procuradorias Municipais (nos Municípios).
- c) a Advocacia, sendo que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- d) a Defensoria Pública, que tem a missão de defender os interesses da União e dos Estados, sendo-lhe assegurada autonomia funcional e administrativa, nos limites da lei.
- e) a Procuradoria Pública, cujos membros possuem a garantia da estabilidade, obtida após 3 anos de efetivo exercício, sendo instituição encarregada da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Ação Civil Pública

37. (FGV / PGM-Niterói – 2014) Não é dado ao Ministério Público valer-se da ação civil pública para compelir o Poder Executivo à promoção de políticas públicas, já que não podem ser tecnicamente enquadradas no conceito de interesses difusos.

38. (FGV / TJ-AM – 2013) A ação civil pública tem se mostrado, ao longo do tempo, importante instrumento na garantia de proteção a direitos difusos e coletivos. Dentre os objetos possíveis desta ação, não se inclui:

- a) a responsabilização por danos causados ao meio ambiente.
- b) a proteção de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- c) a pretensão que envolva contribuições previdenciárias.

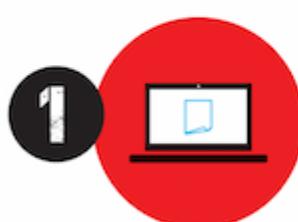
- d) a responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por infração da ordem econômica.
- e) a tutela da ordem urbanística.

GABARITO

- 1.** LETRA A
- 2.** LETRA A
- 3.** LETRA C
- 4.** LETRA B
- 5.** LETRA A
- 6.** LETRA D
- 7.** LETRA A
- 8.** LETRA A
- 9.** LETRA C
- 10.** LETRA B
- 11.** LETRA D
- 12.** LETRA B
- 13.** LETRA D
- 14.** LETRA B
- 15.** LETRA E
- 16.** ERRADA
- 17.** LETRA A
- 18.** LETRA D
- 19.** LETRA C
- 20.** LETRA A
- 21.** LETRA A
- 22.** ERRADA
- 23.** LETRA A
- 24.** LETRA E
- 25.** LETRA E
- 26.** LETRA E
- 27.** ERRADA
- 28.** ERRADA
- 29.** LETRA D
- 30.** LETRA C
- 31.** LETRA C
- 32.** LETRA A
- 33.** LETRA D
- 34.** LETRA E
- 35.** ERRADA
- 36.** LETRA C
- 37.** ERRADA
- 38.** LETRA C

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



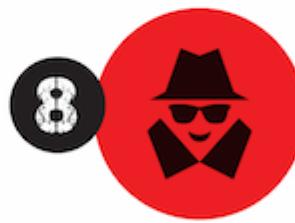
6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.